



Ministério do Meio Ambiente

Serviço Florestal Brasileiro

Gestão de Florestas Públicas

Relatório 2009

Brasília-DF

Março de 2010

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente da República

José de Alencar Gomes da Silva

Ministro do Meio Ambiente

Carlos Minc

Secretária Executiva do Ministério do Meio Ambiente

Izabella Mônica Vieira Teixeira

Conselho Diretor do Serviço Florestal Brasileiro

Antonio Carlos Hummel – **Diretor Geral**

Cláudia de Barros Azevedo-Ramos

José Natalino M. Silva

Luiz Carlos de Miranda Joels

Thaís Linhares Juvenal

Equipe de Redação

Coordenação

Joberto Veloso de Freitas

Claudia Maria Mello Rosa

Redação

Anna Fanzeres, Cristina Galvão, Gustavo Machado, Luiz Carlos Joels, Márcia Muchagata, Marcelo Arguelles, Marco Conde, Marcus Vinícius Alves, Thiago Menezes e Varlone Martins

Colaboração

Alcâmenes Herodoto, Bruna da Silveira, Chirle Colpini, Ekena Pinagé, Érica de Freitas, Fabiana de Souza, Fernando Ludke, Gabriel Rego, Gustavo de Oliveira, Henriette da Silva, Jan Riela, Jénifer Barros, João Paulo Sotero, Karla Felix, Karla Oliveira, Pedro Bruzzi Lion, Ricardo Alexandre Valgas, Rubens Mendonça, Sandra Afonso, Sebastião Resende, Vanderson Vieira, Vicente de Melo e Victor Prado

Revisão Técnica

Ana Cristyna Lacerda e Juliana Lorensi do Canto

Revisão Gramatical

Márcia Bemerguy

Edição

Ministério do Meio Ambiente

Serviço Florestal Brasileiro

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Serviço Florestal Brasileiro.

Gestão de Florestas Públicas - Relatório 2009. Brasília: MMA/SFB, 2010.

1. Meio Ambiente, 2. Amazônia, 3. Florestas Públicas, 4. Concessão Florestal, 5. Uso Sustentável, 6. Manejo Florestal, 7. Florestas Comunitárias

Apresentação

Quatro anos após a implementação da Lei de Gestão de Florestas Públicas, é com satisfação que apresento o Relatório de Gestão de Florestas Públicas referente ao ano de 2009. Além do atendimento à Lei, como forma de prestação de contas ao Congresso Nacional, ao Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) e à sociedade brasileira, para nós do Serviço Florestal Brasileiro o relatório é sempre uma oportunidade de sistematizar e registrar os esforços institucionais realizados para promover o uso sustentável das florestas públicas brasileiras.

O ano de 2009 foi marcado por avanços e também por aprendizados. O início dos contratos de concessão na FLONA do Jamari desencadeou o desenvolvimento de novos processos internos e de procedimentos, em sua maioria com aplicação em nível de Unidade de Manejo Florestal. Isso indica que alcançamos a fase de implementação do manejo florestal em campo, o que, de fato, representa a essência da gestão de florestas públicas. O começo da exploração florestal está previsto para o mês de junho de 2010.

O apoio ao ICMBio para a elaboração de planos de manejo de florestas nacionais tem dado frutos, o que se pode notar pela recente aprovação dos planos de manejo das FLONAs de Amaná e Crepori, ambas na região da BR-163.

Instalamos nossa Ouvidoria, que será um canal de comunicação com os cidadãos. Uma grande conquista para a democracia e o Serviço Florestal Brasileiro. A partir das demandas recebidas, poderemos identificar gargalos e trabalhar para aperfeiçoar nossa atuação.

É importante notar ainda que, não obstante a mudança de Diretor-Geral ocorrida em março de 2009, os processos inerentes à gestão de florestas públicas continuaram, e o direcionamento e a determinação para a implementação do manejo florestal em florestas públicas foram intensificados, demonstrando estabilidade política e institucional.

O relatório de 2009 também traz evolução, uma vez que sua estrutura e conteúdo foram alterados para apresentar, com maior destaque, o que determina a Lei 11.284/2006 e como as ações do Serviço Florestal têm atendido aos seus princípios. O desenvolvimento de indicadores de acompanhamento da gestão de florestas públicas foi iniciado e alguns deles são apresentados a partir deste relatório, o que facilitará o acompanhamento pela sociedade, governo e pelo público interessado na gestão de florestas públicas.

As perspectivas são positivas, uma vez que vários processos para habilitação de florestas nacionais estão atingindo seu termo, indicando que devemos chegar ao final de 2010 com cerca de um milhão de hectares de florestas em processo de concessão ou já em atividade. A ampliação da área de florestas públicas sob manejo florestal por concessões florestais certamente trará benefícios econômicos, sociais e ambientais para o país.

Espero, sinceramente, que este relatório seja de utilidade para os que acompanham a gestão de florestas públicas no país e também para aqueles que procuram informações sobre o uso sustentável dos recursos florestais do Brasil.

Brasília, 31 de março de 2010.

Antônio Carlos Hummel
Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro

Resumo Executivo

Em atendimento à Lei 11.284, de 2 de março de 2006, este relatório apresenta as principais ações e resultados alcançados no ano de 2009 no âmbito da gestão das florestas públicas para produção sustentável de bens e serviços, em todas as etapas que compõem essa gestão.

O ano de 2009 foi bastante produtivo e o Serviço Florestal Brasileiro, em colaboração com seus parceiros, cumpriu grande parte das metas estabelecidas. Algumas metas foram até mesmo superadas e outras foram atingidas parcialmente, em consequência do tempo necessário ao cumprimento consciente e pleno de todas as etapas essenciais ao processo de concessão florestal efetivo para a sociedade.

Foi concluído o edital para concessão de três Unidades de Manejo Florestal na FLONA de Saracá-Taquera (Pará), que incorporou todas as demandas comunitárias apresentadas durante as diversas reuniões e assembleias promovidas pelo Serviço Florestal Brasileiro na região. O edital foi aberto para concorrência em julho de 2009 e encontra-se na fase final de habilitação dos concorrentes.

Foram realizados todos os estudos específicos para a elaboração do edital da Floresta Nacional de Amana (PA), com previsão de lançamento do pré-edital no mês de abril de 2010 e consultas públicas logo a seguir, no mês de maio. O edital de concessão florestal da FLONA de Crepori (PA) também foi trabalhado de forma simultânea ao edital de Amana, compartilhando diversos estudos e base de dados. A previsão de lançamento do pré-edital de Crepori é para o mês de junho de 2010, com consultas públicas previstas para julho do mesmo ano.

Foram realizados diversos estudos para a elaboração dos Planos de Manejo e habilitação de Florestas Nacionais para a concessão florestal. Houve a conclusão de cinco Planos de Manejo, para as FLONAs de Amana, Crepori, Trairão, localizadas no estado do Pará (região da BR-163), e para as FLONAs de Macauã e São Francisco, localizadas no estado do Acre, totalizando uma área de 1.760.894,50 hectares.

Foi ainda concluído o inventário florestal da gleba Mampurú no estado do Pará, com apoio do Serviço Florestal Brasileiro, o que contribuiu para a elaboração do primeiro edital de concessão do estado, programado para 2010.

Em 2009, foi realizada a segunda atualização do Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP). Comparativamente ao ano de 2008, houve acréscimo de 28 milhões de hectares de florestas públicas inseridas no CNFP. As florestas públicas do Brasil inseridas no CNFP até 2009 compreendem uma área de 239 milhões de hectares, o que representa cerca de 28% do território nacional – 212 milhões de hectares de florestas federais (89%) e aproximadamente 27 milhões de hectares de florestas estaduais (11%). Dos nove estados da Amazônia Legal, cinco (Pará, Acre, Amazonas, Rondônia e Amapá) contribuíram efetivamente para a disponibilização das informações sobre as florestas públicas. Também houve

significativos avanços no que tange ao desenvolvimento de sistemas de informação de gerenciamento eletrônico do Cadastro Nacional de Florestas Públicas, tendo em vista sua integração com o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR).

O Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF) da União elaborado para o ano de 2010 foi lançado em julho de 2009. Sua elaboração obedeceu aos dispositivos legais e formais de consulta aos órgãos e entidades de governo e levou em consideração a participação direta da sociedade na construção do documento, promovendo reuniões técnicas e submetendo a minuta do documento a consulta pública na Rede Mundial de Computadores – internet. Teve como objetivo geral identificar e descrever as florestas públicas federais passíveis de concessão florestal, considerando a convergência e o alinhamento com outras políticas da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal. Como resultado do processo de seleção de áreas passíveis de concessão florestal em 2010, o PAOF tornou elegível 6,5 milhões de hectares de florestas públicas federais, distribuídos em 24 Florestas Nacionais (FLONAs).

A primeira concessão florestal, realizada em 2008 na Floresta Nacional do Jamari (Rondônia), encontra-se na etapa final do processo, que é a gestão dos contratos. É nesta etapa que o Serviço Florestal Brasileiro cumpre a função de garantir o cumprimento de todas as cláusulas contratuais expressas.

Em 2009, os concessionários de Jamari protocolaram os Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) no Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) dentro do prazo estabelecido em contrato, ou seja, seis meses após sua assinatura. Contudo, devido à necessidade de correção das pendências, não foi possível aprová-los em tempo hábil para início das explorações florestais na safra de 2009.

O PMFS apresentado pela empresa Amata foi aprovado no dia 28 de setembro de 2009, e as empresas Madeflona e Sakura tiveram seus PMFS aprovados no dia 21 de dezembro de 2009. A próxima etapa consiste na obtenção da Autorização de Exploração (AUTEX), que está condicionada à execução do inventário florestal a 100%, identificação botânica e elaboração do Plano Operacional Anual (POA), a ser encaminhado para aprovação do IBAMA. Está previsto o início da exploração das três Unidades de Manejo Florestal (UMFs) até julho de 2010.

Com relação aos pagamentos previstos no contrato em 2009, não foram realizados pagamentos por unidade de produto explorado, pois não houve exploração de produtos e serviços durante o período. Os custos do edital da concessão da FLONA do Jamari totalizaram R\$ 515.000,00, que foram pagos pelos concessionários em quatro parcelas trimestrais – R\$ 92.000,00 referentes à UMF-I, R\$ 176.000,00 referentes à UMF-II e R\$ 247.000,00 referentes à UMF-III. Todos os concessionários se encontram adimplentes quanto ao pagamento dos custos do edital. O pagamento do valor mínimo anual a ser exigido anualmente do concessionário, independentemente da produção ou dos valores por ele auferidos com a exploração do objeto da concessão, não foi cobrado pelo fato de somente ser exigível após a aprovação do Plano de Manejo Florestal Sustentável, conforme prevê o Decreto 6.063/2007 (art. 40, § 4º).

O pagamento obrigatório da garantia para a cobertura de eventuais danos ao meio ambiente, ao erário e a terceiros é estabelecido na Lei 11.284/2006, e deve ser proporcional ao ônus e aos riscos envolvidos nos contratos de concessão florestal. Nos contratos de Jamari, as garantias são equivalentes ao valor da proposta financeira vencedora de cada UMF. As garantias foram pagas devidamente pelos concessionários.

Para monitoramento das concessões florestais, o Serviço Florestal Brasileiro dedicou o ano de 2009 à elaboração dos sistemas de Auditorias Florestais Independentes, de Rastreamento de Veículos e de Monitoramento da Cadeia de Custódia. O Sistema de Auditorias Florestais Independentes consta de uma Regulamentação de Acreditação de Concessões (RAC), que foi desenvolvida, mediante acordo de cooperação técnica em parceria com o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), órgão estabelecido na Lei de Gestão de Florestas Públicas como acreditador dos organismos que poderão conduzir essas auditorias em períodos não inferiores a três anos para cada uma das UMFs. O Programa de Monitoramento e Rastreamento de Veículos de Transporte de Produtos Florestais (PROMON) conta com documentação de Diretrizes Institucionais e Tecnológicas e Minuta de Regulamentação a ser publicada pelo Ministério do Meio Ambiente. O Sistema de Monitoramento da Cadeia de Custódia, isto é, o controle da produção de madeira desde a origem das toras até a primeira unidade de processamento de cada um dos concessionários, já conta com planilhas e sistema informatizado de entrada de dados e geração de relatórios de controle.

Também foi elaborado, em 2009, um Manual de Monitoramento dos Contratos de Concessão Florestal, em que está descrito minuciosamente cada item do contrato, com prazos e procedimentos para monitoramento e, quando for o caso, contabilidade de bônus para desconto dos preços florestais. As diretrizes desse manual, que será disponibilizado publicamente, serão testadas após o início das operações de exploração a partir do fim do período de embargo em 15 de maio de 2010.

Todo o processo de desenvolvimento dos mecanismos de monitoramento das concessões, com especial enfoque nas áreas já licitadas na Floresta Nacional do Jamari, foi conduzido com base em visitas de campo, troca de informações com os concessionários e também, quando pertinente, em parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o IBAMA.

Em relação ao monitoramento das condições trabalhistas nas concessões florestais, cuja fiscalização será realizada por Auditores Fiscais do Ministério do Trabalho, o Serviço Florestal Brasileiro, em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), elaborou uma cartilha, compilando, em linguagem acessível, a legislação pertinente ao setor florestal, de maneira que trabalhadores e a sociedade, em geral, possam colaborar no monitoramento desse quesito nas concessões florestais.

No período de 2006 a 2009, foram firmados onze contratos de transição com o Serviço Florestal Brasileiro. Destes, cinco encerraram o período de vigência em 2008, quatro estavam vigentes em 2009 e dois que deveriam ter encerrado o período de vigência em 2008 tiveram a

Autorização para Exploração (AUTEX) revalidada pelo IBAMA para exploração em 2009, em decorrência de liminar judicial. Em 2009, foram totalizados aproximadamente 15,5 mil hectares explorados em PMFS sob contrato de transição, que resultaram na retirada e transporte de 43,6 mil m³ de madeira, com o pagamento total de 942,5 mil reais ao governo. O Serviço Florestal Brasileiro conduziu, durante o ano de 2009, o acompanhamento dos Contratos de Transição, com o objetivo de averiguar o cumprimento das cláusulas contratuais em relação aos pagamentos e a entrega dos relatórios de produção devidos. Além disso, foram realizadas visitas técnicas para avaliação da situação ambiental das áreas e, em março de 2010, elaborado o relatório de finalização desses contratos.

O ano de 2009 representou um marco para as comunidades que manejam floresta no país, uma vez que o governo federal assinou, no Dia Mundial do Meio Ambiente, o Decreto 6.874/2009, que cria o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar.

Esse programa, coordenado conjuntamente pelos Ministérios do Meio Ambiente (MMA) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), foi criado com o objetivo de promover ações de fomento ao manejo florestal para agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais. O Decreto prevê a realização de um Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PAMFC). O primeiro plano, de 2010, foi lançado conjuntamente pelos ministérios do MMA e MDA, em dezembro de 2009.

Foi também realizado, diretamente pela equipe de técnicos do Serviço Florestal Brasileiro, o Levantamento Censitário da FLONA Amana/PA e o Diagnóstico Rápido Participativo do Projeto de Assentamento Florestal Jequitibá, no município de Candeias do Jamari/RO. Tais estudos balizaram, respectivamente, o processo de elaboração do edital para concessão florestal daquela FLONA e o processo de planejamento e zoneamento para implantação daquele Projeto de Assentamento Florestal. Cursos nas áreas de Associativismo, Cooperativismo e Desenvolvimento Organizacional, além de capacitações para comunidades locais e populações tradicionais em técnicas de Manejo Florestal, foram promovidos, visando à sustentabilidade social, cultural e ambiental das florestas públicas comunitárias.

Em 2009, o Serviço Florestal Brasileiro realizou a contratação para Assistência Técnica e Extensão Florestal (ATEF) em treze Projetos de Assentamento (PAs) do INCRA e do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) no estado de Pernambuco, na região do bioma Caatinga. Tal atividade mostrou ser de relevante importância para os agricultores desses PAs, uma vez que o manejo florestal comunitário se mostrou complementar à atividade de agricultura, aumentando a renda e promovendo o desenvolvimento sustentável nessas áreas. A ATEF prestada pelo Serviço Florestal Brasileiro também procura apoiar os órgãos responsáveis pela Reforma Agrária, incentivando o planejamento desses Projetos de Assentamento, mediante planejamento e zoneamento que promovam a sustentabilidade florestal. Nesse sentido, foi contratado o Inventário Florestal do Projeto de Assentamento Jequitibá em Rondônia, como forma de subsidiar o zoneamento e a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) desse Projeto de Assentamento Florestal (PAF).

Em setembro de 2009, foi enviado ao INCRA proposta de Acordo de Cooperação Técnica, para formalizar as responsabilidades e a elaboração de Plano de Trabalho das atividades nos Projetos de Assentamentos Rurais, em que há atuação do Serviço Florestal Brasileiro.

O Serviço Florestal Brasileiro encaminhou, em fevereiro de 2009, a proposta de decreto regulamentador do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) para a Casa Civil, cujas principais características de funcionamento haviam sido propostas, ainda em 2008, para a Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP), na qualidade de órgão consultivo do Serviço Florestal Brasileiro. No restante do ano, a proposta passou pelos trâmites burocráticos implícitos ao processo de ajustes necessários ao seu aperfeiçoamento.

Além dos esforços empreendidos na captação de recursos para a implementação da gestão florestal, houve um impulso na consolidação de novos instrumentos de fomento que pudessem canalizar recursos adicionais para a conservação florestal, com o fundamental apoio à implementação do Fundo Amazônia e às discussões sobre os mecanismos financeiros associados à Redução de Emissões do Desmatamento e Degradação Florestal (REDD), conforme previstos na Convenção Quadro das Nações Unidas para a Mudança Climática Global da Organização das Nações Unidas (UNFCCC – sigla original em inglês).

Durante o ano de 2009, foram realizados vários esforços para consolidação da gestão do Distrito Florestal Sustentável da BR-163. Entre eles estão a estruturação da Unidade Regional do Distrito Florestal Sustentável da BR-163 do Serviço Florestal Brasileiro e o lançamento do edital para as concessões na Floresta Nacional Saracá-Taquera.

Ainda em 2009, deu-se início à execução do projeto “Manejo Florestal, Apoio à Produção Sustentável e Fortalecimento da Sociedade Civil na Amazônia Brasileira” (Projeto FAO BRA 070, conhecido como Projeto BR-163), objetivando ao desenvolvimento sustentável da área de influência da BR-163 no estado do Pará. Esse projeto é executado pelo Ministério do Meio Ambiente e tem como principal executor o Serviço Florestal Brasileiro, com recursos de doação da comunidade européia. Conta ainda com os serviços técnicos e administrativos da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) no Brasil e com a orientação e o monitoramento da Agência Brasileira de Cooperação (ABC-MRE).

O Serviço Florestal Brasileiro continuou, em 2009, o fortalecimento da atuação da sociedade no processo de gestão de Florestas Públicas, conforme disposições contidas na Lei 11.284/2006. Houve três reuniões da CGFLOP, em que foram discutidos: o Relatório Anual de Gestão de Florestas Públicas 2008; a proposta de Decreto para instituição da Política Nacional de Manejo Florestal Comunitário e Familiar; o edital de licitação de Concessão Florestal 2009 na Floresta Nacional de Saracá-Taquera/PA; a regulamentação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF); a implementação do Fundo Amazônia; o Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF 2010); o lançamento do Cadastro Nacional de Florestas Públicas; o Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar; a participação do Serviço Florestal Brasileiro no Congresso Florestal Mundial; e novas linhas e temas de pesquisa do Laboratório de Produtos Florestais para o período 2010-2013.

Foram realizadas três audiências públicas, nos municípios de Faro, Oriximiná e Terra Santa, e duas reuniões técnicas, uma em Santarém/PA e outra em Belém/PA, relacionadas ao processo de concessão florestal na Floresta Nacional de Saracá-Taquera/PA. Tais reuniões priorizaram a discussão do lado técnico do manejo florestal a ser realizado na Unidade de Conservação; já as audiências públicas buscaram a opinião das comunidades locais, esclareceram dúvidas e informaram a população acerca do processo de concessão florestal na região. Esses eventos tiveram, em média, participação de sessenta pessoas.

Em se tratando do Plano Anual de Outorga Florestal 2010, foram realizadas seis reuniões técnicas entre os dias 1º e 16 de julho de 2009, nas cidades de Itaituba/PA, Porto Velho/RO, Curitiba/PR, Rio Branco/AC, Macapá/AP e Belém/PA, além de consulta pública, que proporcionou a participação popular por meio da Rede Mundial de Computadores – internet. No total, participaram aproximadamente duzentas pessoas.

No tocante às ações para elaboração do Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar 2010, foi realizada, nos dias 28 e 29 de outubro de 2010, uma reunião técnica entre o Comitê Gestor e o Grupo de Trabalho do Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar, que envolveu representantes do governo federal, entidades representativas dos governos estaduais e representantes da sociedade civil. Nessa reunião, foram definidas as áreas prioritárias, traçaram-se as principais linhas de ação para o manejo florestal comunitário e discutiram-se as estratégias de monitoramento.

Além disso, durante o ano de 2009, o Serviço Florestal Brasileiro participou de reuniões técnicas nos Conselhos Consultivos das Florestas Nacionais de Macauã/São Francisco, Amana, Crepori, Trairão, Jacundá, Altamira, Anauá, Amapá, Itaituba I e II, Caxiuanã, Saracá-Taquera, Jamari, Tapirapé-Aquiri e Carajás.

Entre as ações desenvolvidas pelo Serviço Florestal Brasileiro, no cumprimento de suas competências definidas no art. 55 da Lei 11.284/2006, está o apoio à criação e gestão de capacitações e treinamentos que promovam o uso sustentável dos recursos florestais. As capacitações de recursos humanos para a gestão do Manejo Florestal envolveram a realização de 21 eventos, totalizando 71 capacitados. Além disso, para a difusão de informações sobre o Manejo Florestal, foram realizadas 21 palestras sobre Manejo Florestal e Gestão de Florestas Públicas, que atingiram 943 pessoas, e três oficinas de sensibilização para o Manejo Florestal, que atingiram dezoito comunicadores, da imprensa nacional e internacional, e vinte agricultores familiares.

A pesquisa em produtos florestais no Serviço Florestal Brasileiro está a cargo do Laboratório de Produtos Florestais (LPF). Em 2009, foi desenvolvida “Chave interativa de identificação de madeiras”, cuja base de dados possui sessenta características referentes a 160 espécies estudadas. Foi ainda avaliada a durabilidade natural de 107 espécies de madeiras da Amazônia e foram realizadas pesquisas relacionadas à diversificação industrial e ao desenvolvimento tecnológico, como o comportamento estrutural de grandes estruturas de madeiras; desenvolvimento de metodologia para quantificar a lignina em madeiras;

construção de equipamento para estudo da compactação de resíduos para a confecção de briquetes e peletes para uso energético.

O balanço do ano de 2009 foi bastante favorável com relação às metas estabelecidas, apresentadas no Relatório de Gestão de Florestas Públicas anterior. As metas foram cumpridas na quase totalidade e algumas delas foram até mesmo superadas. As únicas metas que foram cumpridas parcialmente foram o lançamento de dois editais de concessão e a regulamentação e implementação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal. Houve o lançamento do edital de concessão da Floresta Nacional de Saracá-Taquera, e o segundo edital para concessão florestal da Floresta Nacional de Amana foi elaborado. Não houve tempo hábil para o seu lançamento em 2009; este está previsto para abril de 2010. Com relação ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, a proposta de decreto regulamentador foi encaminhada à Casa Civil em fevereiro de 2009 e, durante o restante do ano, ficou sujeita aos trâmites burocráticos necessários ao seu aperfeiçoamento. Sua edição está prevista para o primeiro semestre de 2010.

As metas prioritárias estabelecidas para 2010, considerando os ganhos efetivos necessários para o presente ano, são:

- Homologar a licitação da concessão florestal da FLONA de Saracá-Taquera.
- Lançar três editais de concessões.
- Atingir um milhão de hectares em processo de concessão florestal.
- Conduzir o monitoramento das três primeiras concessões florestais na Floresta Nacional do Jamari.
- Gerir e acompanhar a execução contratual da concessão florestal das FLONAs do Jamari e de Saracá-Taquera.
- Ampliar a habilitação para a concessão florestal das Florestas Nacionais.
- Cadastrar mais 30 milhões de hectares de florestas públicas estaduais no CNFP.
- Publicar o Plano Anual de Outorga Florestal para o ano de 2011.
- Selecionar e contratar os primeiros investimentos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) em projetos.
- Apoiar os processos de adoção do manejo florestal em trinta assentamentos na Amazônia e na Caatinga.
- Disponibilizar para o público todas as informações relacionadas à execução dos contratos de concessão florestal.

Lista de Siglas

SIGLA	SIGNIFICADO
AER	Avaliação Ecológica Rápida
AGU	Advocacia Geral da União
APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Preservação Permanente
ATEF	Assistência Técnica e Extensão Florestal
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
ATES	Assessoria Técnica, Social e Ambiental
AUTEX	Autorização de Exploração
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CATP	Contrato de Alienação de Terras Públicas
CDN	Conselho de Defesa Nacional
CEMAN	Centro de Monitoramento Ambiental do IBAMA
CENAFLO	Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal – Serviço Florestal Brasileiro
CEPROF-PA	Cadastro de Exploradores e Consumidores de Produtos Florestais do Estado do Pará
CGFLOP	Comissão de Gestão de Florestas Públicas
CITES	Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e da Fauna Selvagens em Perigo de Extinção
CNFP	Cadastro Nacional de Florestas Públicas
CODETER	Colegiado de Desenvolvimento Territorial
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
COOMFLONA	Cooperativa Mista da FLONA Tapajós
CTFA	Comitê Técnico do Fundo Amazônia
DeD	Cooperação Técnica Alemã
DETEX	Sistema de Detecção da Extração Seletiva de Madeiras
DFS	Distrito Florestal Sustentável
DFS BR-163	Distrito Florestal Sustentável da BR-163
DOF	Documento de Origem Florestal
DPM	Delegações de Prefeituras Municipais
EETEPA	Escola de Educação Tecnológica do Pará
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FLONA	Floresta Nacional
FNDF	Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal
FNMA	Fundo Nacional de Meio ambiente
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GTA	Grupo de Trabalho Amazônico
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDEFLOR	Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará
IEB	Instituto Internacional de Educação do Brasil
IFT	Instituto Floresta Tropical
IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
LPF	Laboratório de Produtos Florestais – Serviço Florestal Brasileiro
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário

MFCF	Manejo Florestal Comunitário e Familiar
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MME	Ministério de Minas e Energia
MPF	Ministério Público Federal
OEMA	Órgão Estadual de Meio Ambiente
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	Projeto de Assentamento
PAAR	Plano Anual de Aplicação Regionalizado
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PAE	Projeto de Assentamento Agroextrativista
PAF	Projeto de Assentamento Florestal
PAMFC	Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário Familiar
PAOF	Plano Anual de Outorga Florestal
PAS	Plano Amazônia Sustentável
PDA	Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PDS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PFNM	Produtos Florestais Não Madeireiros
PMCF	Programa Federal de Manejo Comunitário e Familiar
PMFC	Plano de Manejo Florestal Comunitário
PMFS	Plano de Manejo Florestal Sustentável
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNF	Programa Nacional de Florestas
PNMC	Plano Nacional sobre Mudança do Clima
POA	Plano Operacional Anual
PPCDAM	Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal
PROMON	Programa de Monitoramento e Rastreamento de Veículos de Transporte de Produtos Florestais
PRONAF	Programa Nacional de Agricultura Familiar
RAC	Regulamentação de Acreditação de Concessões
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REDD	Redução de Emissões do Desmatamento e Degradação Florestal
RESEX	Reserva Extrativista
RL	Reserva Legal
SISFLORA-PA	Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais do Estado do Pará
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SNCR	Sistema Nacional de Cadastro Rural
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
UC	Unidade de Conservação
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UMF	Unidade de Manejo Florestal
UNFCCC	Convenção Quadro das Nações Unidas sobre mudanças do clima
UPA	Unidade de produção Anual
UR DFS BR-163	Unidade Regional Distrito Florestal Sustentável da BR-163
ZEE	Zoneamento Ecológico-Econômico

Lista de Quadros

QUADRO 1 – Principais Ações realizadas nos Projetos de Assentamento apoiados pelo Serviço Florestal Brasileiro.....	35
QUADRO 2 – Dados síntese do Projeto BR-163.	50
QUADRO 3 – Balanço dos resultados alcançados pelo Serviço Florestal Brasileiro para as prioridades estabelecidas para o ano de 2009.	62
QUADRO 4 – Ações e resultados alcançados pelo Serviço Florestal Brasileiro em 2009, sua correspondência com os princípios da Lei de Gestão de Florestas Públicas.	63
QUADRO 5 – Metas prioritárias estabelecidas para o ano de 2010.	65

Lista de Tabelas

TABELA 1 – Áreas de florestas públicas destinadas ¹ e não destinadas ² inseridas no Cadastro Nacional de Florestas Públicas de 2007 a 2009.	9
TABELA 2 – Área das florestas públicas destinadas inseridas no Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP) até 2009, por domínio e categoria de uso.	10
TABELA 3 – Distribuição das áreas arrecadadas não destinadas com florestas públicas.	11
TABELA 4 – Florestas Públicas Estaduais inseridas no Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP) em 2009.....	12
TABELA 5 – Florestas públicas federais passíveis de concessões florestais no PAOF 2010.	14
TABELA 6 – Estudos em florestas públicas federais, em andamento e concluídos, em 2009.	17
TABELA 7 – Florestas Nacionais na região de influência da BR-163, apoiadas diretamente pelo Serviço Florestal Brasileiro para a conclusão dos estudos técnicos para elaboração de Planos de Manejo, com suas respectivas áreas passíveis de concessão florestal.....	18
TABELA 8 – Unidades de Manejo Florestal (UMFs) concedidas na FLONA do Jamari e empresas vencedoras do processo licitatório, atuais concessionárias florestais.	22
TABELA 9 – Produtos e serviços explorados pelos concessionários da FLONA do Jamari.	23
TABELA 10 – Número de Unidades de Produção Anual e intensidade máxima de corte.	23
TABELA 11 – Pagamento pelos custos do edital efetuados pelos concessionários de cada Unidade de Manejo Florestal (UMF).....	24
TABELA 12 – Preços das propostas vencedoras da licitação da FLONA do Jamari.	24
TABELA 13 – Valor mínimo anual dos contratos de concessão da FLONA do Jamari.	25
TABELA 14 – Valor das garantias contratuais.....	26
TABELA 15 – Contratos de Transição firmados com o Serviço Florestal Brasileiro vigentes em 2009, área de exploração, volume de madeira transportado e pagamentos efetuados.	28
TABELA 16 – Área estimada de florestas comunitárias criadas em 2009.	30

TABELA 17 – Ações de ATEF realizadas nas Unidades de Conservação sob ação do Serviço Florestal Brasileiro..... 36

TABELA 18 – Ações de Apoio aos Arranjos Produtivos realizadas nas Unidades de Conservação sob ação do Serviço Florestal Brasileiro..... 36

Lista de Figuras

FIGURA 1 – Linha do tempo com as principais metas alcançadas para a gestão das florestas públicas para produção sustentável de bens e serviços. 2

FIGURA 2 – Indicadores da gestão das florestas públicas..... 4

FIGURA 3 – Florestas Públicas cadastradas desde 2006, com indicação daquelas cadastradas em 2009..... 8

FIGURA 4 – Florestas Públicas cadastradas, apresentadas de acordo com as diferentes categorias ou situação..... 10

FIGURA 5 – Florestas públicas federais (FPF) passíveis de concessões florestais em 2010..... 15

FIGURA 6 – Representação do fluxo processual da concessão florestal. 16

FIGURA 7 – Área de uso identificada pelas comunidades quilombolas da FLONA Saracá-Taquera e distâncias para as UMFs licitadas no Edital de Concessão..... 19

FIGURA 8 – Zoneamento da FLONA Amana, com indicação da área de antropismo. 20

FIGURA 9 – Florestas públicas comunitárias e familiares. 31

FIGURA 10 – Assentamentos e Unidades de Conservação prioritários para apoio do Serviço Florestal Brasileiro na Amazônia, para implantação do manejo florestal comunitário..... 33

FIGURA 11 – Assentamentos atendidos por assistência técnica florestal pelo Serviço Florestal Brasileiro na Caatinga (Pernambuco)..... 34

FIGURA 12 – Série histórica de detecção da exploração seletiva de madeira no Distrito Florestal da BR-163. 42

FIGURA 13 – Área sob contrato de transição, mostrando a diferença entre uma imagem de satélite com típica composição RGB (acima) e uma imagem realçada com técnicas do DETEX (abaixo), que mostra as trilhas e pátios oriundos da exploração florestal..... 43

FIGURA 14 – Área de abrangência do Projeto BR-163..... 50

Lista de Boxes

BOX 1 – Princípios e diretrizes do Decreto 6.874, de 5 de junho de 2009..... 37

BOX 2 – Ações Propostas no Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar 2010 ... 39

Sumário

Capítulo 1: Avanços na Gestão de Florestas Públicas para a produção sustentável no período 2006-2009	1
1.1 Indicadores sobre a Gestão de Florestas Públicas	3
Capítulo 2: A Gestão de Florestas Públicas em 2009	7
2.1 Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP)	7
2.1.1 Avanços ocorridos em 2009	7
2.1.2 Situação atual das Florestas Públicas Cadastradas (Federais e Estaduais)	9
2.2 Plano Anual de Outorga Florestal 2010 (PAOF 2010)	12
2.3 Concessão Florestal	15
2.3.1 O processo de concessão florestal	16
2.3.2 Principais ações de habilitação e preparação de florestas públicas para as concessões florestais em 2009.....	17
2.3.3 Principais ações voltadas para a elaboração de editais de concessão florestal em 2009	18
2.3.3.1 Edital para concessão da Floresta Nacional de Saracá-Taquera	18
2.3.3.2 Edital de concessão florestal da FLONA de Amana.....	19
2.3.3.3 Edital de concessão florestal da FLONA de Crepori	21
2.3.3.4 Avaliação do estágio de elaboração de editais de concessão	21
2.3.4 Gestão de contratos	21
2.3.4.1 Gestão dos contratos de concessão da FLONA Jamari	22
2.3.5 Florestas Públicas Federais com Contratos de Transição.....	26
2.4 Manejo em Florestas Comunitárias	29
2.4.1 Área de Florestas Públicas Federais destinadas ao uso comunitário – avanços em 2009	29
2.4.2 Gestão das Florestas Públicas Federais destinadas ao uso comunitário.....	31
2.4.2.1 Estudos e Levantamentos de Comunidades em Florestas Públicas.....	32
2.4.2.2 Áreas de Florestas Comunitárias sob manejo florestal.....	32
2.4.2.3 Manejo Florestal em Assentamentos de Reforma Agrária	33
2.4.2.4 Manejo Florestal em Unidades de Conservação.....	35
2.4.3 O Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar	37
2.4.3.1 O Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar 2010	38
2.5 Monitoramento das Florestas Públicas	40
2.5.1 Monitoramento dos Contratos de Transição	42
2.5.2 Monitoramento das Concessões Florestais	44
2.6 Fomento Florestal	45
2.6.1 Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal.....	45
2.6.2 Outros instrumentos de fomento	45
2.6.2.1 Fundo Amazônia	46

2.6.2.2	Redução de Emissões do Desmatamento e Degradação Florestal (REDD).....	46
2.6.2.3	Captação de projetos.....	47
2.7	Apoio do Serviço Florestal Brasileiro aos estados para a gestão de florestas públicas.....	47
	Capítulo 3: Gestão do Distrito Florestal Sustentável da BR-163	48
3.1	O Projeto BR-163.....	49
3.1.1	Balanço das ações do Projeto BR-163	50
	Capítulo 4: Participação e Controle da Sociedade na Gestão das Florestas Públicas	52
4.1	A Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP)	52
4.2	Audiências e Consultas Públicas.....	53
4.3	Apoio aos Conselhos Consultivos de Florestas Nacionais	54
4.4	Ouvidoria.....	54
4.5	Disponibilização da Informação	54
	Capítulo 5: Capacitação e Difusão do Manejo Florestal	56
5.1	Treinamento e Capacitação de Recursos Humanos para Gestão do Manejo Florestal	56
5.2	Articulação com programas, ações e instituições.....	57
5.3	Sensibilização e difusão do manejo florestal como alternativa para o desenvolvimento econômico local e regional	57
	Capítulo 6: Promoção e Difusão da Pesquisa Florestal	58
6.1	Pesquisas relacionadas ao processamento local e agregação de valor aos produtos e serviços da floresta	59
6.2	Pesquisas relacionadas à diversificação industrial e desenvolvimento tecnológico	60
	Capítulo 7: Balanço das ações em 2009 e prioridades para 2010	61
7.1	Balanço das ações prioritárias em 2009.....	61
7.2	Análise do cumprimento dos princípios da gestão de florestas públicas	62
7.3	Prioridades para o ano de 2010.....	65
	Referências Bibliográficas	66
	Anexos.....	67

Capítulo 1: Avanços na Gestão de Florestas Públicas para a produção sustentável no período 2006-2009

Historicamente, a destinação das florestas públicas foi bastante antagônica. Ou o governo destinou suas florestas à preservação, com a preocupação de proteger áreas intocadas, ou ao desmatamento para implantação de assentamentos agropecuários, com a preocupação de reforma agrária e produção de alimentos. Desde a criação das primeiras Reservas Extrativistas na década de 90, vem se consolidando um processo de busca de um caminho intermediário na utilização e conservação dos recursos naturais no país. Esse processo culminou com a permissão, dada pela Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei 11.284, de 2 de março de 2006), de exploração dos recursos e serviços das florestas por meio de concessões, sem deixar de lado a sua conservação e o seu domínio público. A mudança cultural que esse processo significa impõe barreiras que exigem muito trabalho e criatividade para superá-las.

Quatro anos após a edição da Lei de Gestão de Florestas Públicas para produção sustentável de bens e serviços, é possível verificar avanços consideráveis nos procedimentos necessários à efetivação das concessões florestais no país e perceber, com clareza, as dificuldades e amadurecimentos exigidos pelo processo.

As principais bases regulamentadoras foram implementadas, os procedimentos de participação social estão consolidados e aprimorados, a primeira experiência de concessão florestal foi efetivada e o conhecimento sobre as florestas públicas do país se ampliou enormemente.

A relação institucional entre o Serviço Florestal Brasileiro, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade foi positivamente trabalhada, com assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica e a criação de um Grupo de Trabalho, para que houvesse melhor entendimento dos papéis fundamentais de cada órgão no processo de gestão das florestas públicas brasileiras e para que as etapas intrínsecas ao processo de concessão florestal fossem melhor entendidas e cumpridas com maior efetividade e colaboração mútua.

A concessão florestal da Floresta Nacional do Jamari, pioneira no processo, mostrou que não será possibilitada às empresas concessionárias a implantação de métodos de exploração florestal que não estejam rigorosamente consonantes com a legislação e com os princípios de sustentabilidade do manejo florestal, mesmo que, para isso, se perca um ano na agenda de exploração.

Houve a conscientização de que o processo de concessão florestal demanda tempo e pressupõe o conhecimento adequado da floresta, seus recursos e relações humanas associadas. Para isso, muitos estudos são necessários e o tempo dispensado com eles é a

segurança de que as pressões legítimas da sociedade para a produção legal e sustentável de bens e serviços das florestas sejam atendidas. Para isso, o governo tem trabalhado com bastante dedicação e seriedade, superando as dificuldades.

Após dois anos de muito trabalho de vários órgãos do governo envolvidos com o tema e de representantes da sociedade civil, houve a consagração do manejo florestal comunitário com a publicação do Decreto 6.874, de 5 de junho de 2009 que institui o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar.

Na figura 1, apresentam-se os principais eventos desde a edição da Lei de Gestão de Florestas Públicas, na forma de uma linha do tempo, atualizada. Nos relatórios anteriores, foram descritas as ações e resultados alcançados até o ano de 2008 e, no presente relatório, apresentam-se, em detalhe, as atividades, resultados, dificuldades e soluções encontradas durante o ano de 2009 na consolidação dessa gestão.

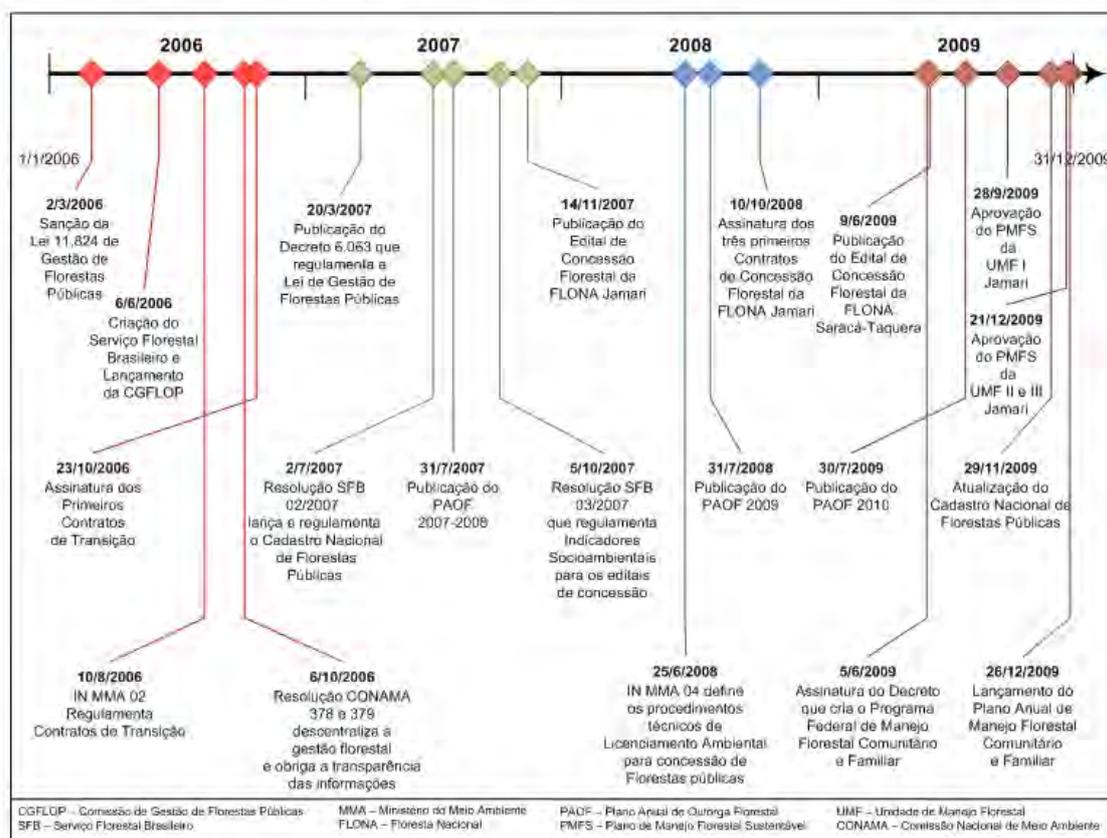


FIGURA 1 – Linha do tempo com as principais metas alcançadas para a gestão das florestas públicas para produção sustentável de bens e serviços.

1.1 Indicadores sobre a Gestão de Florestas Públicas

Quatro anos após a publicação da Lei de Gestão de Florestas Públicas (2006), é possível, e também desejável, acompanhar a evolução de sua implementação, por meio de indicadores quantitativos que representem aspectos importantes e caracterizem objetivamente o que se está alcançando com esta importante política pública. A sistematização desses números e a sua organização e apresentação como séries históricas facilitarão o acompanhamento pela sociedade, governo e pelo público interessado na gestão de florestas públicas. Além disso, os indicadores servirão para que o Serviço Florestal Brasileiro avalie suas condições e tendências em relação às metas e aos objetivos institucionais e, conseqüentemente, os considere na tomada de decisões.

Dessa forma, o Serviço Florestal iniciou o desenvolvimento de indicadores de caracterização de suas ações na gestão de florestas públicas. Alguns deles são apresentados a partir do relatório de 2009. Esses indicadores podem ser considerados como variáveis relacionadas ao desempenho de um sistema mais amplo; neste caso, a gestão de florestas públicas. Eles visam basicamente agregar e quantificar informações, de modo que sua significância fique mais aparente. Devem ser mensuráveis e construídos com metodologia transparente e padronizada. Além dessas características, deve existir aceitação política dos indicadores no nível adequado, para que sejam capazes de influenciar as decisões nesse nível. É necessário ainda que haja disponibilidade de dados para sua geração.

Os indicadores selecionados para compor o relatório 2009 representam aspectos que dão suporte à gestão de florestas públicas para a produção de bens e serviços, ou a instrumentalizam, e para os quais foi possível sistematizar os dados e informações, desde a promulgação da Lei de Gestão de Florestas Públicas (2006). São eles: i) Extensão e qualidade das florestas públicas, representada pela área de florestas cadastradas no país, com referência nas florestas na fase de identificação (figura 2a); ii) Manejo de florestas comunitárias, caracterizado pela área de florestas públicas destinadas a comunidades locais e pelo número de assentamentos apoiados pelo Serviço Florestal (figura 2b); iii) Concessão de Florestas Públicas, caracterizado pela área de floresta sob concessão florestal e o correspondente número de contratos em vigor (figura 2d), juntamente com a evolução do número de Florestas Nacionais com Plano de Manejo aprovados (figura 2c); iv) Participação e controle social, caracterizados pelo número de reuniões da CGFLOP, número de audiências públicas e número de consultas públicas (figura 2e); v) Capacitação e Difusão do Manejo Florestal, sendo o esforço institucional caracterizado pelo número de eventos de treinamento e capacitação em manejo florestal e o respectivo número de pessoas treinadas em temas relacionados ao manejo florestal (figura 2g); vi) Serviços Ambientais por Florestas Manejadas, tema inicialmente representado pela área destinada à reserva absoluta em UMF (figura 2f); e, finalmente vii) Capacidade institucional para a Gestão de Florestas Públicas, indicado pelo número de pessoas envolvidas com a gestão de florestas públicas, no Serviço Florestal Brasileiro (figura 2h).

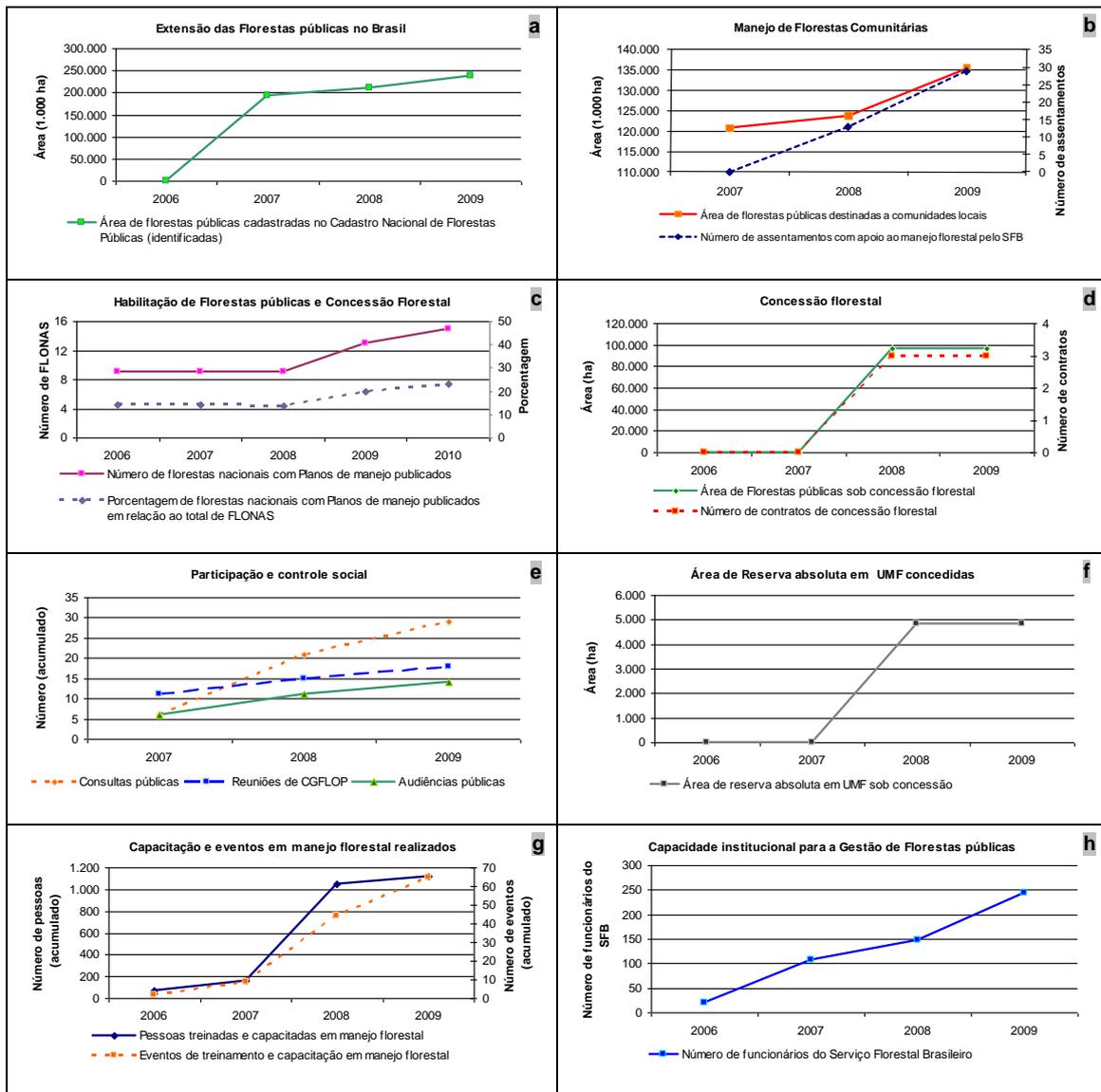


FIGURA 2 – Indicadores da gestão das florestas públicas.

É importante notar que nem todos os aspectos avaliados e os indicadores utilizados para caracterizá-los refletem ações diretas ou exclusivas do Serviço Florestal Brasileiro, mas são também o resultado de parcerias que têm se consolidado desde a sua criação, principalmente com o ICMBio, IBAMA, FUNAI, INCRA e MDA.

O objetivo do estabelecimento de indicadores é proporcionar uma visão rápida da evolução de processos e capturar tendências de aumento, estagnação ou diminuição, associando padrões e mudanças com eventos e conjunturas presentes nos períodos analisados.

De maneira geral, em todos os indicadores apresentados, nota-se um aumento desde o início das atividades do Serviço Florestal Brasileiro (2006), o que se justifica pela alavancagem inicial dos trabalhos da gestão de florestas públicas para a produção sustentável nos poucos anos de análise e o aumento da capacidade institucional do Serviço Florestal.

Mesmo assim, é possível notar períodos em que não houve evolução (esperada), como é o caso da área de florestas sob concessão em 2009. Os fatos que impediram o aumento da área de concessões são apresentados em detalhe neste relatório, contribuindo para a melhor interpretação desse importante indicador. Nesse caso específico, será mostrado que um aspecto que influenciou o indicador foi a discussão com a sociedade, que gerou necessidades de ajustes nos editais em elaboração, o que ocasionou atraso no tempo previsto para conclusão do processo de concessão florestal na FLONA de Saracá-Taquera.

Aproximadamente 239 milhões de hectares de florestas públicas identificadas já foram inseridos no Cadastro Nacional de Florestas Públicas. Isto representa cerca de 45% da área de florestas no país, representa uma extensão considerável, tanto em termos absolutos como relativos. A reunião das informações sobre as florestas públicas no cadastro é importante para que no futuro se possam agregar também informações sobre a qualidade dessas florestas, por fontes tais como o Inventário Florestal Nacional.

Do total de florestas públicas, boa parte está destinada ao uso comunitário, indicando que um grande esforço do governo deve ser na promoção do manejo florestal por comunidades, em pequena escala, de não apenas madeireiros, mas também de não madeireiros. Neste sentido, as iniciativas de apoio a assentamentos também ganham importância, tanto na forma de treinamentos nas técnicas de manejo florestal como de organização social, gerenciamento da produção e comercialização de produtos florestais.

No caso do indicador Número de Florestas Nacionais com Plano de Manejo aprovados, que experimentou aumento em 2009, dois aspectos são importantes para a sua interpretação. O primeiro é o resultado do trabalho conjunto do Serviço Florestal Brasileiro e do ICMBio na elaboração dos Planos de Manejo, e o envolvimento direto do ICMBio em apoio ao Serviço Florestal na gestão de florestas públicas para a produção sustentável de bens e serviços. O segundo aspecto é que, havendo aumento do número de FLONAs com Plano de Manejo aprovados e em vigor, é provável que, no momento (ano) seguinte, haja aumento na área de florestas públicas sob concessão, porque mais florestas públicas estarão habilitadas para esse processo.

O aumento do número de pessoas que participaram de eventos de treinamento e capacitação em manejo florestal ofertados pelo Serviço Florestal Brasileiro, por sua vez, é importante porque pressupõe melhoria das práticas de campo. É um complemento importante aos processos burocráticos inerentes à gestão de florestas públicas. Isto é, a gestão de florestas públicas não se dá apenas pela assinatura dos contratos em conformidade com a lei, mas, fundamentalmente, também pela qualidade do manejo florestal praticado nas Unidades de Manejo Florestal concedidas.

A contribuição de florestas públicas sob manejo florestal em termos de serviços ambientais é também um aspecto importante e bastante relacionado à gestão de florestas públicas. Um indicador desta contribuição, quantificável desde a aprovação do Plano de Manejo Florestal Sustentável, é a área destinada à reserva absoluta, como definido pela Lei de Gestão de Florestas Públicas, que além de manter uma amostra da floresta original para

estudos comparativos, é uma estratégia adicional de conservação da biodiversidade dentro de UMF, somando-se às suas áreas de efetivo manejo. À medida que as unidades de produção anuais sejam implantadas, será possível construir indicadores mais diretamente relacionados ao manejo florestais, tais como sua contribuição à conservação da biodiversidade e ao seqüestro de carbono.

A capacidade institucional para a gestão de florestas públicas é um tema importante, pois, além de explicar avanços pode também identificar gargalos na implementação da política. Um dos indicadores relacionados é o número de funcionários envolvidos diretamente com a gestão. No ano de 2009 houve um acréscimo significativo no número de funcionários do Serviço Florestal Brasileiro, por conta do concurso público realizado em 2008. Esse aumento significou maior capacidade de atuação nos diferentes processos que compõe a gestão de florestas públicas, destacando-se a atuação das Unidades Regionais.

Um número maior de indicadores relacionados à gestão de florestas públicas será incorporado ao próximo relatório de gestão. Os dados e informações necessários à sua construção estão sendo trabalhados pelo Serviço Florestal Brasileiro, assim como a documentação sobre a produção de todos os indicadores. À medida que o manejo é implementado em UMF concedidas, indicadores nesse nível também serão construídos e produzidos anualmente, possibilitando uma visão ampla da gestão de florestas públicas.

Este Relatório mantém estrutura semelhante aos anteriores, com exceção do capítulo de gestão de florestas públicas nos estados. Esse capítulo foi retirado, pois é esperado que, com a consolidação da gestão nos estados, eles publiquem anualmente seus próprios relatórios, com maiores detalhes e propriedade. As ações do Serviço Florestal Brasileiro em apoio aos estados são descritas ao longo dos demais capítulos. Por outro lado, foram acrescentados novos capítulos, que informam a sociedade a respeito da gestão do Distrito Florestal Sustentável da BR-163, das pesquisas desenvolvidas com produtos florestais para agregação de valor e melhor utilização destes e sobre as capacitações para o manejo florestal.

Espera-se que, com essas alterações, o conteúdo do relatório anual de gestão de florestas públicas passe a ter um foco maior do que determina a Lei de Gestão de Florestas Públicas.

Capítulo 2: A Gestão de Florestas Públicas em 2009

O objetivo deste capítulo é informar sobre os principais avanços da gestão de florestas públicas em 2009, tal como definido na Lei 11.284, de 2 de março de 2006, tem como foco os processos que estruturam essa gestão. São eles: o Cadastro Nacional de Florestas Públicas, o Plano Anual de Outorga Florestal, o processo de concessão florestal, o manejo em florestas comunitárias e o monitoramento das florestas públicas.

2.1 Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP)

O Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP) tem por finalidade reunir dados sobre as florestas públicas brasileiras, permitindo as iniciativas de planejamento da gestão florestal. O CNFP foi instituído pela Lei 11.284, de 2 de março de 2006, e regulamentado pelo Decreto 6.063, de 20 de março de 2007. Seus procedimentos operacionais foram fixados pela Resolução nº 02/2007 do Serviço Florestal Brasileiro. O CNFP é composto pelo conjunto de informações, especializadas ou não, presentes no Cadastro Geral de Florestas Públicas da União e nos Cadastros de Florestas Públicas dos Estados, Distrito Federal e Municípios, e será interligado ao Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

2.1.1 Avanços ocorridos em 2009

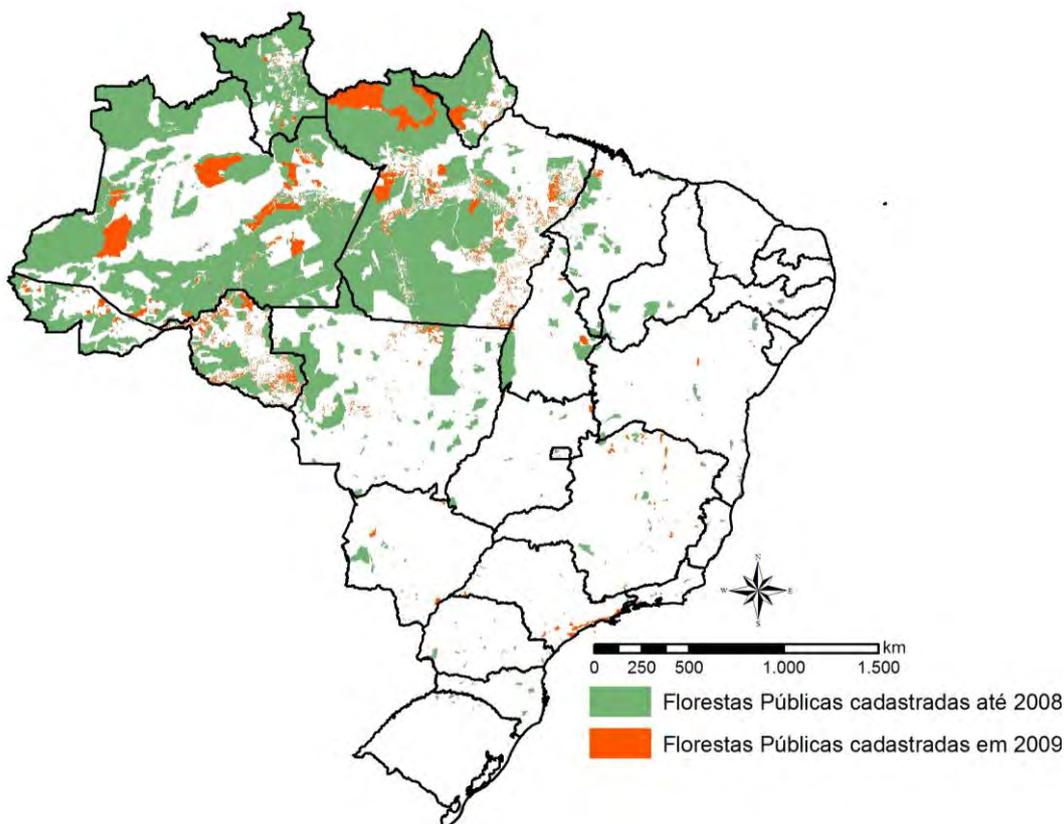
Em 2009, foi realizada a segunda atualização das informações do Cadastro Nacional de Florestas Públicas, num processo em que informações sobre as terras públicas federais fornecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no âmbito do Programa Terra Legal, juntamente com as informações incluídas pelos estados da Federação, aumentaram o número de áreas cadastradas.

Dos nove estados da Amazônia Legal, cinco (Pará, Acre, Amazonas, Rondônia e Amapá) contribuíram efetivamente para a disponibilização das informações sobre as florestas públicas. Também houve significativos avanços no que tange ao desenvolvimento de sistemas de informação. Foram estudados os requisitos necessários para efetivar a implantação de sistema de gerenciamento eletrônico do Cadastro Nacional de Florestas Públicas e foi realizada sua integração com o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR).

Como medida para a integração, o Serviço Florestal Brasileiro desenvolveu internamente um sistema informatizado em que as informações cadastrais podem ser acessadas via *web* pelos gestores dos cadastros estaduais de florestas públicas. Dentre as funcionalidades do sistema criado, destacam-se a inclusão de informações georreferenciadas (possíveis de serem visualizadas em mapas), a emissão de relatórios, a realização de buscas e o descarregamento (*download*) das informações.

A estratégia adotada em 2009 não contemplou a utilização dos recursos do orçamento, uma vez que esteve amparada em um acordo de cooperação firmado com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). O acordo trata de uma ampla gama de oportunidades no âmbito das áreas de comando e controle, bem como da troca de informações entre os partícipes. O principal ganho para a ação foi a utilização da infraestrutura e instalações do Centro de Monitoramento Ambiental (CEMAN) do IBAMA no desenvolvimento de sistemas de informação e processamento de dados. A plataforma eletrônica do Cadastro Nacional de Florestas Públicas e outros sistemas do Serviço Florestal Brasileiro estão sendo desenvolvidos e hospedados em colaboração com o CEMAN.

Comparativamente ao ano de 2008, houve acréscimo de 28 milhões de hectares de florestas públicas inseridas no CNFP (ver figura 3). A área de florestas destinadas cadastradas aumentou em 10%, e a área de florestas não destinadas cadastradas aumentou 38,8%. Isso significa que parte das florestas públicas brasileiras ainda estão no estágio de identificação e que novas glebas federais arrecadadas foram identificadas com o advento do Programa Terra Legal. As florestas públicas do Brasil inseridas no CNFP até 2009 compreendem 239 milhões de hectares (ver tabela 1), o que representa cerca de 28% do território nacional – 212 milhões de hectares de florestas federais (89%) e aproximadamente 27 milhões de hectares de florestas estaduais (11%).



Fonte: Cadastro Nacional de Florestas Públicas. Dezembro de 2009.

FIGURA 3 – Florestas Públicas cadastradas desde 2006, com indicação daquelas cadastradas em 2009.

Nas atividades de demarcação em 2009, o Serviço Florestal Brasileiro conseguiu concluir a execução da demarcação das Unidades de Manejo Florestal ofertadas na primeira licitação de concessões florestais. Os trabalhos duraram cerca de cinco meses e foram executados na Floresta Nacional de Jamari, sem que implicassem impasses para a concretização das primeiras concessões florestais.

TABELA 1 – Áreas de florestas públicas destinadas¹ e não destinadas² inseridas no Cadastro Nacional de Florestas Públicas de 2007 a 2009.

Tipo de Floresta	Área em 2007 (em 1.000 ha)	Área em 2008 (em 1.000 ha)	Área em 2009 (em 1.000 ha)
Destinadas	164.539	185.456	204.004
Não destinadas	29.296	25.414	35.790
Total	193.835	210.870	239.794

Nota: ¹ Florestas Públicas Destinadas: aquelas que já possuem destinação específica à conservação e proteção do meio ambiente, tais como Unidade de Conservação (Proteção Integral ou de Uso Sustentável).

² Florestas Públicas Não Destinadas: aquelas que ainda não foram destinadas pelo governo à utilização pela sociedade, por usuários de bens e serviços, ou por beneficiários diretos de atividades públicas.

Fonte: Cadastro Nacional de Florestas Públicas. Dezembro de 2009.

2.1.2 Situação atual das Florestas Públicas Cadastradas (Federais e Estaduais)

A Amazônia continua com a maior área de florestas públicas cadastradas (ver figura 3). As informações para a região amazônica são mais expressivas devido à grande concentração de unidades de conservação, terras indígenas e glebas arrecadadas incidentes no bioma, que abrange cerca de 93% das florestas públicas cadastradas, além de ser a região com maior cobertura florestal e áreas públicas.

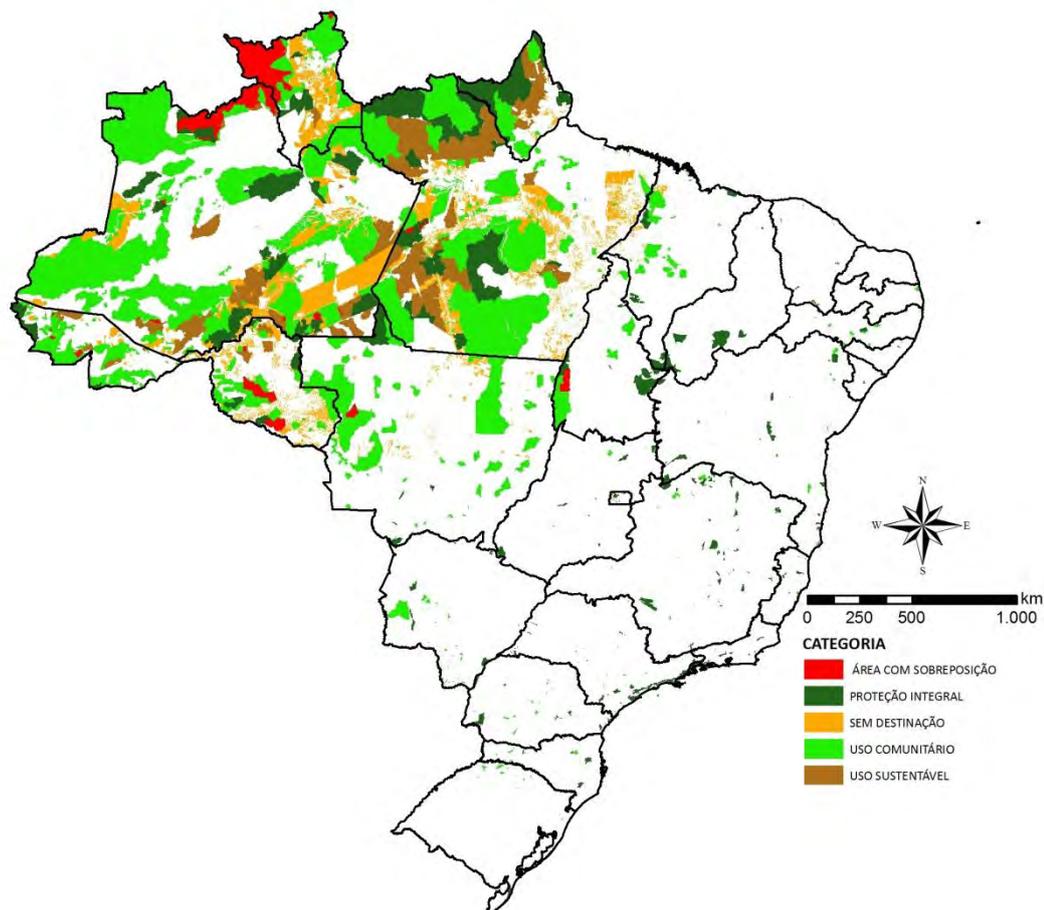
As áreas das florestas públicas destinadas inseridas no Cadastro Nacional de Florestas Públicas até 2009 têm domínio e categoria de uso bem definidos (ver tabela 2). As terras indígenas ocupam cerca de 48% do total de áreas destinadas; as unidades de conservação de proteção integral representam 15,5%; as de uso sustentável, 13,6%; os assentamentos, 4,2%; e as áreas com destinação sobrepostas, 5%.

Dentre todas as florestas públicas cadastradas, as unidades de conservação de Proteção Integral inseridos na categoria de Parque Nacional representam cerca de 10,3% do total. Entre as de uso sustentável, as Florestas Nacionais ocupam cerca de 7,1%. Essas duas categorias representam, em parte, a potencial possibilidade de implantação das concessões de serviços e de produção florestal. As áreas para utilização pelas comunidades indígenas e assentados representam mais da metade das florestas públicas cadastradas, conforme ilustrado na figura 4.

TABELA 2 – Área das florestas públicas destinadas inseridas no Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP) até 2009, por domínio e categoria de uso.

Dominialidade da Floresta	Categoria de Uso	Área aproximada (em ha)
Florestas Públicas Federais	Unidades de Conservação Federal de Proteção Integral	31.602.062
	Unidades de Conservação Federal de Uso Sustentável	27.791.134
	Assentamentos	8.511.945
	Terras Indígenas	98.389.212
	Áreas Inativas	17.418
	Áreas Sobrepostas	10.281.459
Florestas Públicas Estaduais	Unidades de Conservação Estadual de Uso Sustentável	27.410.848
Área Total		204.004.078

Fonte: Cadastro Nacional de Florestas Públicas. Dezembro de 2009.



Fonte: Cadastro Nacional de Florestas Públicas. Dezembro de 2009.

FIGURA 4 – Florestas Públicas cadastradas, apresentadas de acordo com as diferentes categorias ou situação.

A situação fundiária das florestas públicas ainda é indefinida, mesmo nas áreas destinadas. A maior parte das unidades de conservação ainda não tem a regularização fundiária resolvida, o que compromete significativamente o processo de concessão florestal. Nesse sentido, o Cadastro Nacional de Florestas Públicas fez levantamentos para as Florestas Nacionais do Jamari, Saracá-Taquera, Amana e Crepori, em que se constatou a falta de documentação que assegure a ocupação regular das terras e o direito à indenização pela desapropriação da terra. Nas áreas arrecadadas pela União e estados, o Serviço Florestal Brasileiro identificou a existência de aproximadamente 35 milhões de hectares de cobertura florestal (ver tabela 3). Aproximadamente 5% dessas florestas estão cadastradas com situação “inativa” (ver tabela 3), as quais incidem em Projetos Integrados de Colonização onde o INCRA emitiu Contratos de Alienação de Terras Públicas (CATP) e se desconhece o cumprimento das cláusulas resolutivas dos contratos que assegurem a dominialidade das terras, em destaque as áreas dos estados de Rondônia e Pará.

Na Amazônia Legal, no tocante a áreas arrecadadas não destinadas, há dois estados, Amazonas e Pará, que representam os principais percentuais de terras ainda sem destinação, correspondendo a 38,1% e 30,2% ou, aproximadamente, 13,3 e 10,5 milhões de hectares, respectivamente. Merecem destaque também os estados de Roraima e Rondônia, que representam, respectivamente, 14,5% e 10,5% ou, aproximadamente, 5 e 3,6 milhões de hectares. O estado do Mato Grosso também apresenta áreas que se aproximam de um milhão de hectares e que correspondem a aproximadamente 3% do total. Os demais estados apresentam áreas relevantes, que, se somadas, chegam em torno de 1,3 milhão de hectares – 1,3% de áreas no Acre; 1,2% no Amapá; 1,0% no Maranhão; e 0,1% no Tocantins.

TABELA 3 – Distribuição das áreas arrecadadas não destinadas com florestas públicas.

Estado	Área de florestas públicas em terras arrecadadas e não destinadas (em ha)	Proporção do total de FPFs em terras arrecadadas e não destinadas (em %)
Amazonas	13.284.928	38,1
Pará	10.545.025	30,2
Roraima	5.066.864	14,5
Rondônia	3.656.047	10,5
Maranhão	352.971	1,0
Mato Grosso	1.078.747	3,1
Amapá	419.791	1,2
Acre	464.103	1,3
Tocantins	20.711	0,1
Total¹	34.889.187	100,0

Nota: ¹ O cruzamento das bases do CNFP com os limites administrativos fornecidos pelo IBGE gera resíduo na ordem de 0,5%, que não foi incorporado aos dados.

Fonte: Cadastro Nacional de Florestas Públicas. Dezembro de 2009.

Em relação às Florestas Públicas Estaduais, os estados do Amazonas e do Pará representam mais de 80% das áreas estaduais cadastradas (ver tabela 4). Ressalta-se que, no

Pará, existem mais de 800 mil hectares de áreas de Glebas Públicas Estaduais não destinadas, que fazem parte do cadastro. Os dados foram inseridos pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará (IDEFLOR), fazendo desse estado o único com esse tipo de informação. Os demais 20% estão distribuídos, principalmente, entre os estados do Norte, Sudeste e Centro-Oeste.

TABELA 4 – Florestas Públicas Estaduais inseridas no Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP) em 2009.

Estado	Área de Florestas Públicas Estaduais (em ha)	Proporção do total de Florestas Públicas Estaduais (em %)
AM	5.247.127	36,5
AP	875.644	6,1
BA	57.006	0,4
DF	19.271	0,1
GO	136.012	0,9
MG	547.808	3,8
MS	190.848	1,3
MT	120	0,0
PA	6.304.325	43,8
PR	1.507	0,0
RJ	80.509	0,6
RN	9.521	0,1
RR	24	0,0
SP	611.839	4,3
TO	298.328	2,1
Total¹	14.379.888	100,0

Nota: ¹ O cruzamento das bases do CNFP com os limites administrativos fornecidos pelo IBGE gera resíduo na ordem de 0,5%, que não foi incorporado aos dados.

Fonte: Cadastro Nacional de Florestas Públicas. Dezembro de 2009.

Acrescenta-se que a relação das florestas cadastradas no CNFP, contendo situação cadastral, nome, localização, área e matrícula no Registro de Imóveis, conforme a Resolução 2, de 6 de julho de 2007, do Serviço Florestal Brasileiro, encontra-se disponível no sítio eletrônico do Serviço Florestal Brasileiro (<http://www.florestal.com.br> – no *menu* “Cadastro Nacional de Florestas”, selecionando-se a opção “Consulta ao Cadastro”). Ressalta-se que o sítio eletrônico está sendo reformulado, visando aumentar a efetividade e a agilidade da consulta.

2.2 Plano Anual de Outorga Florestal 2010 (PAOF 2010)

A Lei 11.284/2006 e o Decreto 6.063/2007 estabeleceram mecanismos específicos para a gestão das florestas públicas e instituíram o Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF), como instrumento de planejamento das ações da União voltadas à produção florestal sustentável, por meio da concessão onerosa de florestas públicas para a exploração de recursos madeireiros, não madeireiros e serviços.

A elaboração do PAOF 2010 obedeceu aos dispositivos legais e formais de consulta aos órgãos e entidades governamentais, mas também levou em consideração a participação direta da sociedade na construção do documento, promovendo reuniões técnicas e submetendo a minuta do documento a consulta pública na Rede Mundial de Computadores – internet.

O Plano Anual de Outorga Florestal da União elaborado para o ano de 2010 teve como objetivo geral identificar e descrever as florestas públicas federais passíveis de concessão florestal, considerando a convergência e o alinhamento com outras políticas da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal. O PAOF 2010 baseou-se no Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP), que, em junho 2009, registrava aproximadamente 211 milhões de hectares de florestas públicas cadastradas – cerca de 197 milhões de florestas públicas federais e 14 milhões de florestas públicas estaduais.

Como resultado do processo de seleção de áreas passíveis de concessão florestal em 2010, o PAOF tornou elegível 6,5 milhões de hectares de florestas públicas federais, distribuídos em 24 Florestas Nacionais, conforme tabela 5. A figura 5 apresenta a distribuição das florestas públicas federais passíveis de concessão em 2010 no território nacional.

O processo de elaboração do PAOF também considerou iniciativas de grande valor estratégico, tais como: o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC); o Plano Amazônia Sustentável (PAS); o Programa Nacional de Florestas (PNF); o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM); o Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC); os Distritos Florestais Sustentáveis (DFS); e a Operação Arco Verde. Aspectos importantes relativos a outras concessões e políticas setoriais também foram considerados.

Além disso, o PAOF 2010 considerou as proposições apresentadas, em caráter preliminar, pelos estados do Acre, Amapá e Pará, presentes nas minutas de PAOF desses estados, bem como as informações disponíveis no Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal, no Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Acre, no ZEE da região sul do Amapá, no ZEE de Rondônia e no Macrozoneamento Ecológico-Econômico do estado do Pará.

O PAOF foi ainda submetido às manifestações formais do Conselho de Defesa Nacional (CDN), da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), em cumprimento aos dispositivos da Lei 11.284/2006.

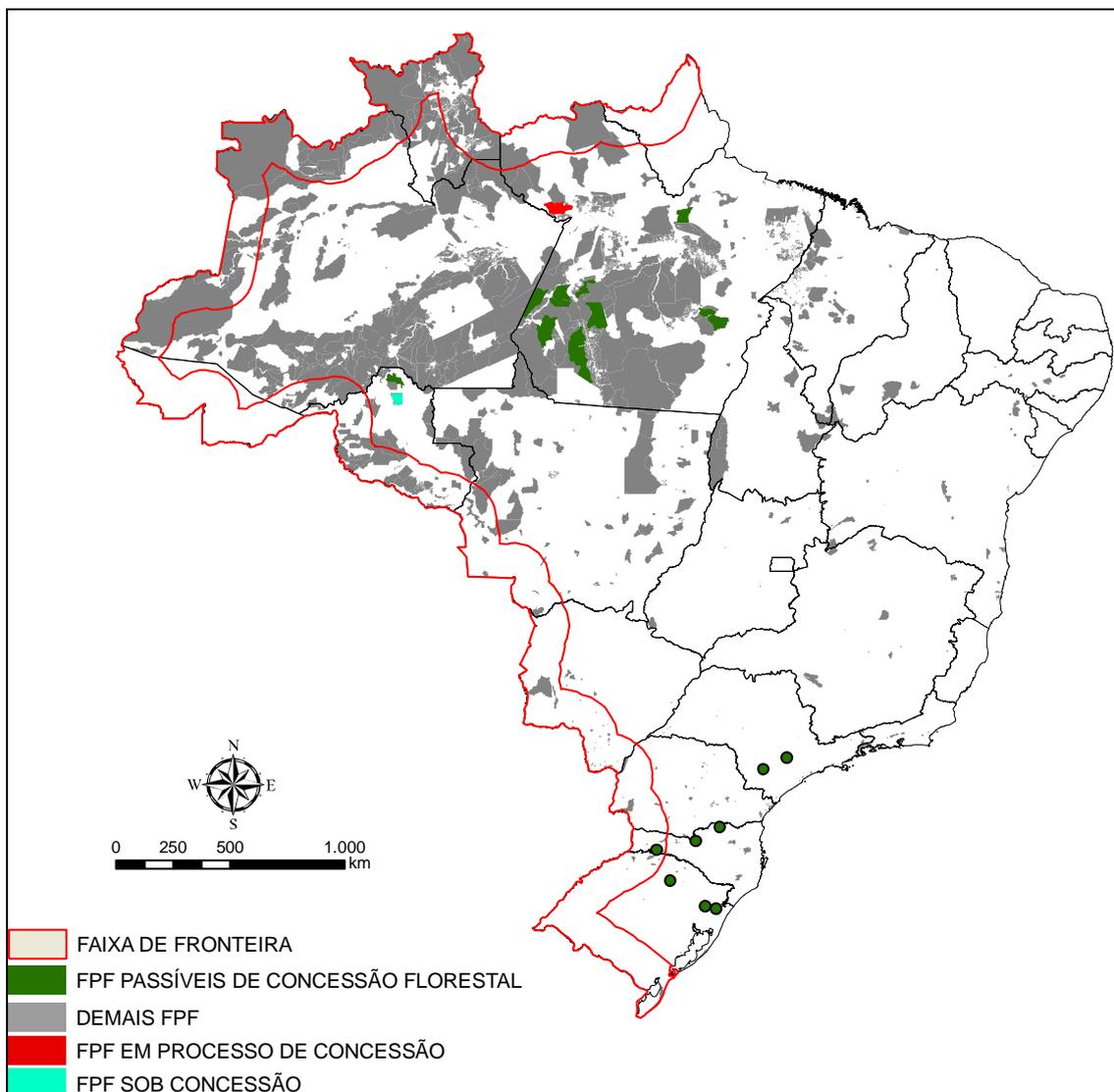
O PAOF estabeleceu os critérios de acessibilidade ao processo de concessão por pessoas jurídicas de micro, pequeno e médio portes, no ano de 2010, como forma de promover a equidade na política de gestão de florestas públicas no Brasil.

TABELA 5 – Florestas públicas federais passíveis de concessões florestais no PAOF 2010.

UF	Floresta Pública Federal	Área (em ha)
AC	FLONA de São Francisco	21.205
	FLONA de Macauã	176.148
AP	FLONA do Amapá	459.220
PA	FLONA de Altamira	761.232
	FLONA de Carajás	393.331
	FLONA de Caxiuanã	322.368
	FLONA de Itaituba I	220.223
	FLONA de Itaituba II	421.027
	FLONA de Saracá-Taquera ¹	441.152
	FLONA do Amaná	542.620
	FLONA do Crepori	742.197
	FLONA do Jamanxim	1.301.390
	FLONA do Tapirapé-Aquiri	191.933
	FLONA do Trairão	250.406
RO	FLONA de Jacundá	220.784
RS	FLONA de Canela	541
	FLONA de São Francisco de Paula	1.609
	FLONA de Passo Fundo	1.289
SC	FLONA de Caçador	708
	FLONA de Chapecó	1.603
	FLONA de Três Barras	4.451
PR	FLONA de Assungui	548
SP	FLONA de Capão Bonito	4.728
	FLONA de Ipanema	5.355
Total geral		6.486.068

Nota: ¹ Floresta em processo de licitação para concessão florestal.

Fonte: Plano Anual de Outorga Florestal 2010/Serviço Florestal Brasileiro.



Fonte: Plano Anual de Outorga Florestal 2010/Serviço Florestal Brasileiro.

FIGURA 5 – Florestas públicas federais (FPF) passíveis de concessões florestais em 2010.

2.3 Concessão Florestal

As concessões florestais foram introduzidas no marco regulatório nacional por meio da Lei 11.284, de 2 março de 2006, que definiu o processo como “delegação onerosa, feita pelo poder concedente, do direito de praticar manejo florestal sustentável para exploração de produtos e serviços numa unidade de manejo, mediante licitação, à pessoa jurídica, em consórcio ou não, que atenda às exigências do respectivo edital de licitação e demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado”. Seu aspecto de processo oneroso o diferencia do que o Estado vem realizando em áreas habitadas por populações tradicionais, como a destinação não onerosa na forma de unidades de conservação, como Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentado, terras indígenas e algumas modalidades de assentamentos para a reforma agrária.

O Serviço Florestal Brasileiro optou por concentrar sua ação de promoção de concessões florestais em florestas públicas destinadas como Florestas Nacionais, pelo fato de possuírem um arcabouço institucional e legal que permite o controle mais efetivo da atividade pelo Estado e ainda:

- por constituírem grandes maciços florestais contínuos;
- por estarem localizadas em regiões estratégicas para a conservação e o desenvolvimento florestal ao longo dos grandes eixos de integração regional; e
- pela necessidade de dotar estas unidades de seus planos de manejo.

Floresta Nacional é uma categoria de Unidade de Conservação de Uso Sustentável, definida pela Lei 9.985, de 18 de junho de 2000, que possui como principal objetivo o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para a exploração sustentável de florestas nativas.

Com base nesses elementos estratégicos, o Serviço Florestal Brasileiro vem apoiando o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), com o objetivo de dotar essas unidades de planos de manejo e, assim, torná-las efetivamente aptas a concessão florestal. Esse esforço conjunto vem rendendo importantes resultados, com mais 5.090.394,43 ha de planos de manejo em andamento.

2.3.1 O processo de concessão florestal

O ciclo do processo de concessão florestal é bastante longo, pois necessita de um extenso conjunto de estudos técnicos para que a floresta seja efetivamente apta à concessão e para que se possa garantir a segurança jurídica, econômica, ambiental e social do processo. O fluxograma apresentado na figura 6 representa as diferentes etapas do processo de concessão, com seus respectivos prazos.

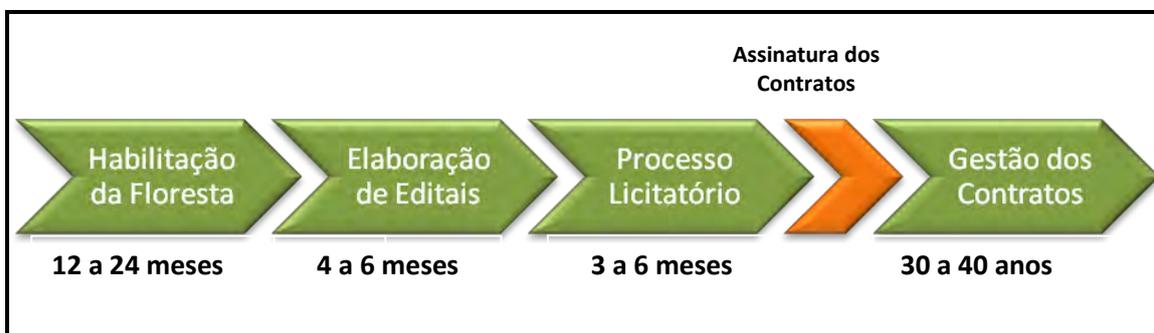


FIGURA 6 – Representação do fluxo processual da concessão florestal.

2.3.2 Principais ações de habilitação e preparação de florestas públicas para as concessões florestais em 2009

A principal ação atual é cooperar com o ICMBio, órgão gestor das unidades de conservação, na realização de estudos que visem à elaboração do Plano de Manejo das unidades de conservação de uso sustentável. Esse trabalho se insere no escopo do Acordo de Cooperação Técnica de 18 de maio de 2009, firmado entre o Serviço Florestal Brasileiro e o ICMBio.

O ano de 2009 marcou a conclusão dos estudos técnicos para a habilitação de diversas Florestas Nacionais na região de influência da BR-163, abrindo uma ampla frente de florestas públicas a serem licitadas em 2010. Esse conjunto de florestas totalizou 7.321.347,93 ha em áreas de unidades de conservação de uso sustentável. Quatro Florestas Nacionais tiveram seus Planos de Manejo concluídos, somando uma área de 1.760.894,5 ha, e três FLONAs estão com Planos de Manejo em andamento, com uma área total de 2.210.823,43 ha, conforme apresentado na tabela 6.

TABELA 6 – Estudos em florestas públicas federais, em andamento e concluídos, em 2009.

Unidade de Conservação	UF	Área (ha)	Estudos	Situação
FLONA de Amana	PA	543.177,94	Plano de Manejo	concluído
FLONA de Crepori	PA	741.238,62	Plano de Manejo	concluído
FLONA de Trairão	PA	257.524,94	Plano de Manejo	concluído
FLONA de Macauã	AC	197.353,00	Plano de Manejo	concluído
FLONA de São Francisco	AC	21.600,00	Plano de Manejo	concluído
Total com Planos de Manejo concluídos		1.760.894,50		
FLONA de Altamira	PA	689.012,00	Diagnóstico	concluído
			Inventário Florestal	concluído
			Diagnóstico do Meio Físico	concluído
			Avaliação Ecológica Rápida	concluído
			Plano de Manejo	em andamento
FLONA de Jacundá	RO	220.664,00	Plano de Manejo	em andamento
FLONA de Jamaxim	PA	1.301.147,43	Plano de Manejo	em andamento
Total com Planos de Manejo em andamento		2.210.823,43		
FLONA de Saracá-Taquera	PA	429.600,00	Revisão do Plano de	em contratação
FLONA de Itaituba I	PA	220.034,00	Diagnóstico	concluído
			Plano de Manejo	em contratação
FLONA de Itaituba II	PA	440.500,00	Diagnóstico	concluído
			Plano de Manejo	em contratação
FLONA de Caxiuanã	PA	200.000,00	Plano de Manejo	em contratação
APA Tapajós	PA	2.059.496	Diagnóstico	em andamento
Total		7.321.347,93		

Durante a elaboração dos Planos de Manejo, baseados nos levantamentos bióticos e socioeconômicos, foi realizado o planejamento das unidades, com a definição de setores ou zonas com objetivos de manejo e conservação. As áreas definidas como Zonas de Manejo

Florestal são as aptas a serem destinadas à concessão florestal. Na tabela 7 são apresentadas as áreas aptas à concessão na FLONAs da BR-163 apoiadas diretamente pelo Serviço Florestal para conclusão de estudos técnicos e Planos de Manejo.

TABELA 7 – Florestas Nacionais na região de influência da BR-163, apoiadas diretamente pelo Serviço Florestal Brasileiro para a conclusão dos estudos técnicos para elaboração de Planos de Manejo, com suas respectivas áreas passíveis de concessão florestal.

Unidade de Conservação	UFs	Área (em ha)	Estimativa de área apta à concessão (em ha)
FLONA Amana	PA	543.178	340.000
FLONA Crepori	PA	741.239	450.000
FLONA Trairão	PA	257.525	120.000
FLONA Jamanxim	PA	1.301.147	500.000 ¹
Total		2.843.089	1.410.000

Nota: ¹ Área estimada, pois o Plano de Manejo ainda se encontra em elaboração.

No âmbito da parceria entre Serviço Florestal Brasileiro e ICMBio para dotar as Florestas Nacionais de Planos de Manejo em 2009, os dois órgãos instituíram um grupo de trabalho para a realização do Plano de Manejo da FLONA Caxiuanã. A elaboração desse plano conta com a colaboração do Museu Paraense Emílio Goeldi, que possui uma base científica na área e um longo histórico de pesquisas na região.

Em 2009, também foram articulados acordos técnicos de cooperação com o objetivo de apoiar os estados do Pará, Amapá e Acre a implantar seus sistemas de gestão de florestas públicas. Esses acordos estão em fase de análise pela consultoria jurídica do MMA e prevêm apoio à habilitação das florestas públicas estaduais. Entre as áreas prioritárias, encontram-se a Floresta Estadual do Amapá e a Floresta Estadual do Pará (PA), com aproximadamente de 2,3 milhões de hectares e 635 mil hectares, respectivamente.

Além disso, foi concluído o inventário florestal diagnóstico da Gleba Mamuru, no estado do Pará, o que possibilitou a elaboração do primeiro edital de concessão do estado do Pará, programado para 2010.

2.3.3 Principais ações voltadas para a elaboração de editais de concessão florestal em 2009

2.3.3.1 Edital para concessão da Floresta Nacional de Saracá-Taquera

Em 2009, foi concluído o edital de Saracá-Taquera, com a incorporação das sugestões apresentadas durante as audiências públicas realizadas em 2008. Essas sugestões suscitaram a necessidade de redefinição dos limites das Unidades de Manejo Florestal (UMF), de modo que estas não tivessem sobreposição com as áreas de uso direto e indireto das comunidades quilombolas existentes na região.

A delimitação definitiva das UMFs, que incorporou as demandas comunitárias apresentadas durante as reuniões e assembléias comunitárias promovidas pelo Serviço Florestal Brasileiro na região, é apresentada na figura 7, incluindo as distâncias entre as UMFs e as comunidades quilombolas residentes na FLONA de Saracá-Taquera.

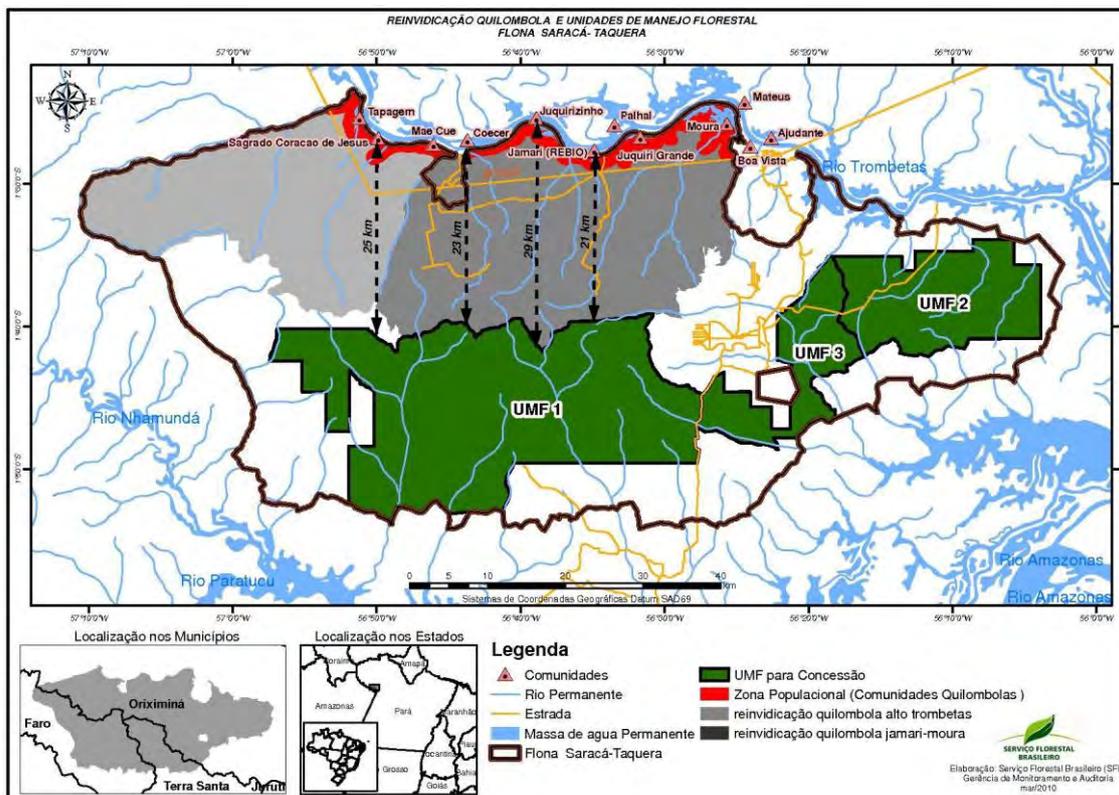


FIGURA 7 – Área de uso identificada pelas comunidades quilombolas da FLONA Saracá-Taquera e distâncias para as UMFs licitadas no Edital de Concessão.

O Edital 1/2009 lançou a concessão de um lote na FLONA de Saracá-Taquera no estado do Pará com três Unidades de Manejo Florestal (UMF), que juntas somam 140.540 ha. A sessão de abertura dos envelopes de habilitação das empresas ocorreu em 14 de dezembro de 2009. Em seguida, devido a liminares concedidas contra o processo licitatório, este ficou suspenso até o mês de março de 2010. Após suspensão das liminares, foi possível dar prosseguimento ao processo, que se encontra na fase de avaliação dos documentos de habilitação das empresas concorrentes.

2.3.3.2 Edital de concessão florestal da FLONA de Amana

Durante o ano de 2009, foram realizados todos os estudos para a elaboração do edital da Floresta Nacional de Amana (PA), por meio de um esforço articulado entre as diversas gerências do Serviço Florestal Brasileiro. Alguns dos estudos foram:

- levantamento censitário de todos os ocupantes da Floresta Nacional de Amana;
- pesquisa de preços de mercado de madeira em tora nos municípios abrangidos pelo raio econômico da atividade madeireira das FLONAs de Amana e Crepori;
- estudo logístico da FLONA Amana;
- estudo de viabilidade econômica da atividade de manejo florestal na FLONA de Amana; e
- análise de antropismo da FLONA Amana.

Esses estudos permitiram a definição dos principais elementos que devem constituir um edital de concessão florestal, tais como as áreas das UMFs, preços, grupos de espécies e estratégias de monitoramento e conservação.

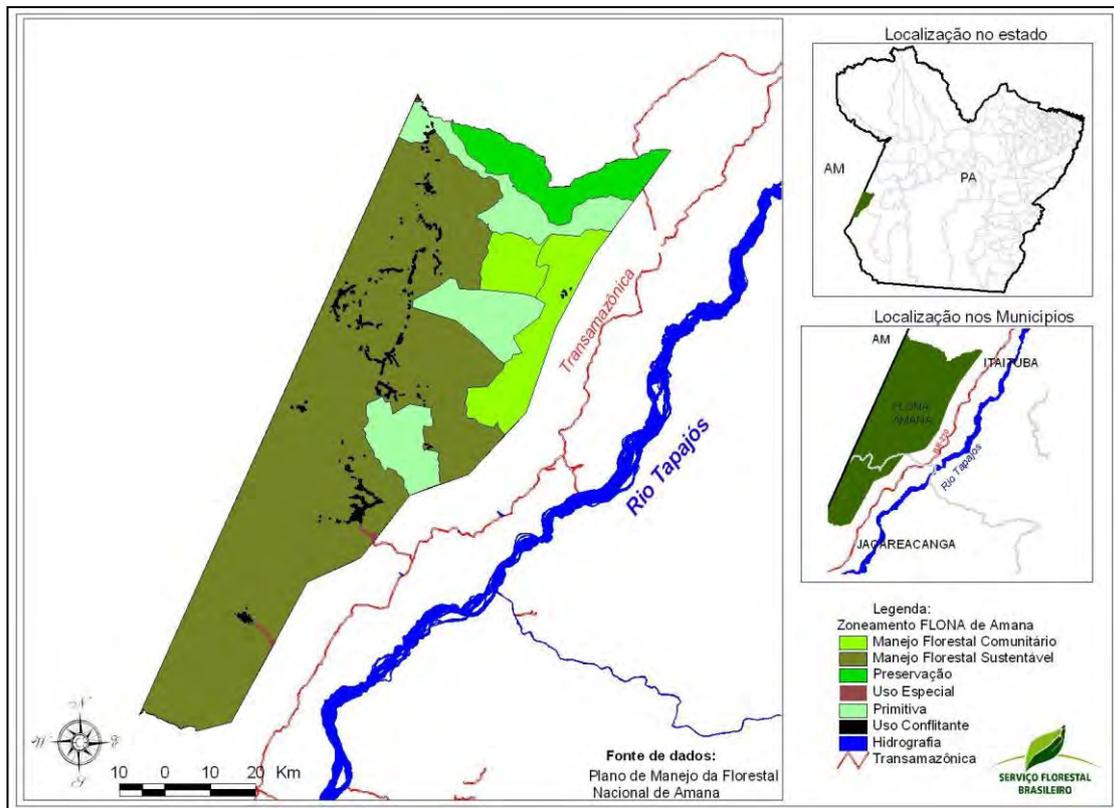


FIGURA 8 – Zoneamento da FLONA Amana, com indicação da área de antropismo.

A figura 8 mostra as áreas onde existem ações antrópicas, dentro da FLONA de Amana, classificadas como de uso conflitante. Essas ações estão associadas à atividade garimpeira e se localizam principalmente ao longo de cursos d'água.

O lançamento do pré-edital da FLONA de Amana, com uma área de 340 mil hectares para concessão florestal, está previsto para o mês de abril de 2010, com consultas públicas logo a seguir, no mês de maio.

2.3.3.3 Edital de concessão florestal da FLONA de Crepori

O edital de concessão florestal da FLONA de Crepori foi trabalhado, de forma simultânea ao edital de Amana, compartilhando diversos estudos e a mesma base de dados. Em 2009, também foi realizado o censo demográfico dessa área, que, em conjunto com as informações ambientais geradas pelos estudos prévios do plano de manejo, permitiu a elaboração das primeiras propostas de definição das UMFs.

Em junho de 2010 está previsto o lançamento do pré-edital da FLONA de Crepori, com consultas públicas previstas para julho, com uma área de 450 mil hectares apta para concessão.

2.3.3.4 Avaliação do estágio de elaboração de editais de concessão

Com o avanço na elaboração dos editais das FLONAs de Amana e Crepori, o Serviço Florestal Brasileiro buscou consolidar métodos, padrões e procedimentos, que conferem ao processo de concessão mais robustez e segurança. Essa consolidação favorece o aumento da agilidade na elaboração de editais e garante um fluxo constante de lançamentos para os próximos anos.

Por serem áreas com grandes maciços florestais, a elaboração desses dois editais também garantirá ao Serviço Florestal Brasileiro atingir a marca de um milhão de hectares de florestas públicas em processo de concessão.

2.3.4 Gestão de contratos

A etapa final do processo de concessão florestal é a gestão dos contratos. Nessa etapa, o Serviço Florestal Brasileiro tem a função de garantir o cumprimento de todas as cláusulas contratuais expressas. Entre os aspectos a serem acompanhados estão:

- o cumprimento da proposta técnica;
- o alcance do desempenho socioambiental e econômico dos concessionários;
- a qualidade ambiental das operações;
- o retorno social da concessão;
- o cumprimento de todos os pagamentos previstos;
- a lisura e o cumprimento de todos os marcos legais, relacionados direta e indiretamente ao tema;
- a transparência e a informação à sociedade e aos órgãos de controle; e
- o recolhimento e a transferência para os beneficiários das receitas oriundas da concessão florestal, conforme estabelecido no art. 39 da Lei de Gestão de Florestas Públicas.

Para se alcançar esses objetivos, o Serviço Florestal Brasileiro priorizou, em 2009, os seguintes aspectos da gestão de contratos:

- normatização;
- estabelecimento dos fluxos de informação e *design* do sistema informatizado de gestão da informação; e
- estabelecimento dos fluxos processuais.

No que diz respeito à normatização, foram minutadas todas as normas citadas nos contratos de concessões, definindo procedimentos técnicos e administrativos tanto para a atuação do concessionário como para a atuação do próprio Serviço Florestal Brasileiro.

2.3.4.1 Gestão dos contratos de concessão da FLONA Jamari

A primeira concessão florestal foi realizada em 2008, na Floresta Nacional do Jamari, localizada no estado de Rondônia. O Edital 01/2007 formalizou a licitação de um lote com três Unidades de Manejo Florestal (UMF) de diferentes tamanhos, que juntas somam 96.360 hectares. A tabela 8 apresenta o tamanho das unidades de manejo florestal e respectivas empresas vencedoras do processo licitatório.

TABELA 8 – Unidades de Manejo Florestal (UMFs) concedidas na FLONA do Jamari e empresas vencedoras do processo licitatório, atuais concessionárias florestais.

Empresa	Unidades de Manejo Florestal (UMFs)	Área (em ha)	Classe de tamanho
Industrial Madeireira FLONA do Jamari Ltda (Madeflona)	UMF I	17.178	Pequena
Sakura Indústria e Comércio de Madeiras Ltda.	UMF II	32.998	Média
Amata S/A	UMF III	46.184	Grande

Os critérios de seleção das empresas e o processo de participação social foram descritos no Relatório de Gestão de Florestas Públicas de 2007. Os contratos de concessão florestal foram assinados nos meses de setembro e outubro de 2008 e podem ser integralmente consultados no sítio eletrônico do Serviço Florestal Brasileiro (<http://www.florestal.gov.br>, no *menu* “Concessões Florestais”).

A seguir apresentam-se os principais aspectos contratuais de exploração florestal das UMFs concedidas e a situação de adimplemento dos concessionários quanto aos pagamentos obrigatórios.

Produtos e serviços explorados

Os concessionários poderão explorar produtos e serviços dentro de suas UMFs. Os produtos que poderão ser explorados são: madeira, material lenhoso residual de exploração e produtos não madeireiros. Os serviços abrangem ecoturismo, incluindo hospedagem, visitação e observação da natureza, e esportes de aventura. A tabela 9 apresenta os produtos e serviços que serão explorados pelos concessionários da FLONA do Jamari.

TABELA 9 – Produtos e serviços explorados pelos concessionários da FLONA do Jamari.

Empresa	Produtos			Serviços	
	madeira	lenha	Não madeireiro	hospedagem	visitas
Industrial Madeireira FLONA do Jamari Ltda (Madeflona)	sim	sim	não	não	não
Sakura Indústria e Comércio de Madeiras Ltda	sim	sim	sim	não	não
Amata S/A	sim	sim	sim	sim	sim

Na exploração de madeira, os concessionários deverão seguir as diretrizes estabelecidas na Resolução CONAMA 406, de 2 de fevereiro de 2009, que estabeleceu um ciclo de corte de 30 anos. A tabela 10 mostra a quantidade de Unidades de Produção Anual (UPAs) estabelecidas nos Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFSs) de cada concessionário e a correspondente intensidade máxima de corte.

TABELA 10 – Número de Unidades de Produção Anual e intensidade máxima de corte.

Unidades de Manejo Florestal (UMFs)	Número de Unidades de Produção Anual (UPAs)	Intensidade máxima de corte (em m ³ /ha)
UMF I	30	25
UMF II	30	25
UMF III	25	21,5

Situação de adimplemento dos concessionários

O regime econômico-financeiro dos contratos de concessão florestal é constituído pelos seguintes pagamentos e preços florestais: A) pagamento pelos custos do edital; B) pagamento pelos produtos e serviços; C) pagamento do valor mínimo anual.

A) Pagamento pelos custos do edital

O preço calculado sobre os custos de realização do edital de licitação da concessão florestal por UMF é definido com base no custo médio do edital por hectare e especificado no edital de licitação, considerando os custos dos seguintes itens: inventário florestal, estudos preliminares contratados especificamente para compor o edital, relatório ambiental preliminar e processo de licenciamento, e publicação e julgamento das propostas. Os custos relacionados às ações realizadas pelo poder público e que, por sua natureza, geram benefícios permanentes ao patrimônio público não compõem o custo do edital.

Na concessão da FLONA do Jamari, os custos do edital totalizaram R\$ 515.000,00, que foram pagos pelos concessionários em quatro parcelas trimestrais, como mostrado na tabela 11. Todos os concessionários se encontram adimplentes quanto ao pagamento dos custos do edital.

TABELA 11 – Pagamento pelos custos do edital efetuados pelos concessionários de cada Unidade de Manejo Florestal (UMF).

Unidades de Manejo Florestal (UMFs)	Valor das parcelas (em R\$)	Data do pagamento	Total (em R\$)
UMF I	23.000,00	16/01/09	92.000,00
	23.000,00	16/04/09	
	23.000,00	16/07/09	
	23.000,00	16/10/09	
UMF II	44.000,00	21/01/09	176.000,00
	44.000,00	21/04/09	
	44.000,00	21/07/09	
	44.000,00	21/10/09	
UMF III	61.750,00	30/12/08	247.000,00
	61.750,00	30/03/09	
	61.750,00	30/06/09	
	61.750,00	30/09/09	
Total Geral			515.000,00

B) Pagamento pelos produtos e serviços

Para a definição dos preços das madeiras, as espécies florestais foram distribuídas em quatro grupos, de acordo com o valor comercial das espécies que os compõem. No edital de licitação, estava previsto o preço mínimo, por metro cúbico de madeira, para cada grupo de valor. Os preços que constam dos contratos de concessão são os das propostas vencedoras, apresentadas pelos concessionários durante o processo licitatório (ver tabela 12). Cada uma representa diferentes porcentagens de ágio em relação aos valores estabelecidos em edital.

TABELA 12 – Preços das propostas vencedoras da licitação da FLONA do Jamari.

Grupos de Valor	Preço do Edital (em R\$)	UMF I (em R\$/m ³)	UMF II (em R\$/m ³)	UMF III (em R\$/m ³)
Grupo 01	75,00	101,00	116,00	75,00
Grupo 02	45,00	68,00	73,00	45,00
Grupo 03	30,00	46,00	56,00	30,11
Grupo 04	15,00	25,00	29,00	15,73
Ágio (em %)		45,45	66,00	0,51

Em relação ao pagamento pela comercialização do material lenhoso residual após a exploração florestal, o concessionário poderá optar pelo valor de R\$ 7,00 a tonelada ou R\$ 5,60 o estéreo. Para os produtos não madeireiros, os preços e os produtos que poderão ser explorados estão estabelecidos na Pauta de Preço Mínimo da Secretaria de Estado e Finanças do Governo do Estado de Rondônia (<http://www.portal.sefin.ro.gov.br/site/conteudo.action?conteudo=78>).

Os preços cobrados pelos serviços serão estabelecidos pelos próprios concessionários. 5% do valor faturado líquido deve ser pago ao Serviço Florestal. Em 2009, não foram realizados pagamentos, pois não houve exploração de produtos e serviços.

C) Pagamento do valor mínimo anual

A Lei de Gestão das Florestas Públicas define, para as concessões florestais, o valor mínimo anual de até 30% do preço anual do contrato de concessão florestal, calculado em função da estimativa de produção fixada no edital e dos preços de produtos e serviços contidos na proposta vencedora.

O preço mínimo será exigido anualmente do concessionário, independentemente da produção ou dos valores por ele auferidos com a exploração do objeto da concessão, conforme estabelecido na Lei de Gestão de Florestas Públicas.

Nos contratos de concessão florestal da FLONA do Jamari, esse valor ficou estabelecido em 30% do valor da proposta financeira dos concessionários, equivalente aos seguintes valores mostrados na tabela 13.

TABELA 13 – Valor mínimo anual dos contratos de concessão da FLONA do Jamari.

Empresa	Valor do Contrato (em R\$)	Valor mínimo anual (em R\$)
Industrial Madeireira FLONA do Jamari Ltda. (Madeflona)	759.761,00	227.928,30
Sakura Indústria e Comércio de Madeiras Ltda.	1.683.879,00	505.163,70
Amata S/A	1.367.863,00	410.358,90

O Decreto 6.063, de 20 de março de 2007, estabelece, em seu art. 40, § 4º, que o valor mínimo somente será exigível após a aprovação do Plano de Manejo Florestal (PMFS) pelo IBAMA, salvo quando o atraso na aprovação for de responsabilidade do concessionário.

Durante o processo de aprovação dos PMFSs, não foi caracterizado nenhum atraso por ineficiência, negligência ou má-fé por parte dos concessionários, o que levou o Serviço Florestal a aplicar a ressalva do artigo 40 do Decreto 6.063/2007. Com isso, não houve cobrança do valor mínimo anual em 2009.

Pagamento e reconstituição das garantias

O pagamento de garantia contratual está previsto no art. 21 da Lei 11.284/2006. Seu objetivo é garantir a cobertura a eventuais danos ao meio ambiente, ao erário e a terceiros, e deve ser proporcional ao ônus e aos riscos envolvidos nos contratos de concessão florestal.

A garantia equivale ao valor anual estimado para cada contrato de concessão. Os concessionários poderão escolher entre as seguintes modalidades de garantia: caução em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou outras admitidas em lei. Na tabela 14 estão descritas as modalidades de garantia escolhidas por cada concessionário e os respectivos valores.

A garantia não faz parte do regime econômico-financeiro dos contratos, previsto no art. 36 da Lei de Gestão de Florestas Públicas, pelo fato de ser pré-requisito para a assinatura destes. Todavia, dependendo da modalidade de garantia utilizada, os valores têm de ser anualmente reconstituídos. Conforme apresentado na tabela 14, a empresa Amata utilizou a modalidade de fiança bancária, que deve ter seu valor renovado anualmente, na data de assinatura do contrato.

TABELA 14 – Valor das garantias contratuais.

Empresa	Modalidade de Garantia	Valor (em R\$)
Madeflona (UMF I)	Caução	759.761,00
Sakura (UMF II)	Caução	1.683.879,00
Amata (UMF III)	Fiança Bancária	1.427.270,66

Plano de Manejo Florestal Sustentável

Os concessionários protocolaram os Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) no IBAMA dentro do prazo estabelecido em contrato, ou seja, seis meses após sua assinatura. Contudo, devido à necessidade de correção das pendências, não foi possível aprová-los em tempo hábil para início das explorações florestais em 2009.

O PMFS apresentado pela empresa Amata foi o primeiro a ser aprovado, no dia 28 de setembro de 2009. As empresas Madeflona e Sakura tiveram seus PMFS aprovados no dia 21 de dezembro de 2009.

A próxima etapa consiste na obtenção da Autorização de Exploração (AUTEX), que está condicionada à execução do inventário florestal a 100%, identificação botânica e elaboração do Plano Operacional Anual (POA), a ser encaminhado para aprovação do IBAMA.

As empresas planejam a abertura das estradas e construção do posto de controle e base operacional a partir de abril, quando as chuvas na região ficam menos intensas. O início da exploração florestal está previsto para julho de 2010 nas três UMFs.

2.3.5 Florestas Públicas Federais com Contratos de Transição

Os contratos de transição foram introduzidos pelo art. 70 da Lei 11.284, de 2 de março de 2006, para permitir a finalização das atividades de manejo florestal em áreas de florestas públicas onde houve aprovação pelo IBAMA e execução de Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) anteriormente à Lei de Gestão de Florestas Públicas.

A Instrução Normativa MMA nº 02, de 10 de agosto de 2006, que regulamenta os contratos de transição, estabeleceu, complementarmente à Lei de Gestão de Florestas Públicas, que, antes que tais contratos pudessem ser firmados com o Serviço Florestal Brasileiro, essas áreas deveriam ser vistoriadas pelo IBAMA, para averiguação do cumprimento das diretrizes legais para PMFS, e, pelo INCRA, para verificação da situação da ocupação por comunidades locais ou sobreposição com áreas de assentamento.

No período de 2006 a 2009, foram firmados onze contratos de transição com o Serviço Florestal Brasileiro. Destes, cinco encerraram o período de vigência em 2008, quatro estavam vigentes em 2009, e dois que deveriam ter encerrado o período de vigência em 2008 tiveram as autorizações para exploração (AUTEX) revalidadas pelo IBAMA para exploração em 2009, em decorrência de liminar judicial. Portanto, em 2009 foram totalizados aproximadamente 15,5 mil hectares explorados em PMFS sob contrato de transição, que resultaram na retirada e transporte de 52,56 mil m³ de madeira, com o pagamento total de 1.125 mil reais ao governo, conforme tabela 15.

Informações adicionais sobre a situação processual dos contratos de transição estão disponíveis na página eletrônica do Serviço Florestal Brasileiro (<http://www.florestal.gov.br>). Informações sobre o monitoramento desses contratos de transição são encontradas no item 2.5.1 deste relatório.

TABELA 15 – Contratos de Transição firmados com o Serviço Florestal Brasileiro vigentes em 2009, área de exploração, volume de madeira transportado e pagamentos efetuados.

DETENTOR E NÚMERO DO PROCESSO	MUNICÍPIO/UF	PERÍODO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO	ÁREA DO PMFS SOB CONTRATO DE TRANSIÇÃO (em ha)	VOLUME DE MADEIRA (em m ³)		PAGAMENTOS EFETUADOS EM 2009 (em R\$)	OBSERVAÇÃO
				AUTORIZADO PARA EXPLORAÇÃO	TRANSPORTADO		
Cláudio José Ferreira de Almeida (02000.003638/2006-21)	Medicilândia/PA	23/10/2006 a 23/10/2008	504,07	16.461,24	8.887,23	148.863,93	O contrato continuou vigente em 2009, porque a AUTEX foi revalidada pelo IBAMA em 23/1/2009, em decorrência de liminar judicial.
Ivan dos Santos Lira (02000.003644/2006-89)	Uruará/PA	23/10/2006 a 23/10/2008	483,00	15.777,53	14.293,19	221.462,13	O contrato continuou vigente em 2009, porque a AUTEX foi revalidada pelo IBAMA, em 22/1/2009, em decorrência de liminar judicial.
Julia Rosa de Jesus (02000.003989/2006-32)	Novo Progresso/PA	28/04/2008 a 28/04/2010	1.358,03	21.865,60	14.742,51	289.292,05	-----
Precious Woods Belém Ltda (02000.003656/2006-11)	Portel/PA	06/09/2007 a 06/09/2009	12.123,60	166.044,85	14.637,87	465.828,10	-----
Lino Pellegrini (02000.003861/2006-79)	Altamira/PA	04/07/2007 a 04/07/2009	400,00	-----	-----	-----	PMFS suspenso pelo Ministério Público Federal (MPF).
L. F. Timbers (02000.003864/2006-11)	Breves/PA	23/03/2009 a 23/03/2011	1.134,39	-----	-----	-----	PMFS não recebeu AUTEX pelo IBAMA.
TOTAL	-----	-----	15.499,02	203.687,98	52.560,81	1.125.446,21	-----

2.4 Manejo em Florestas Comunitárias

O ano de 2009 representou um marco para as comunidades que manejam floresta no país, uma vez que o governo federal assinou, no Dia Mundial do Meio Ambiente, o Decreto 6.874/2009, que cria o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar.

Este programa, coordenado conjuntamente pelos Ministérios do Meio Ambiente (MMA) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), foi criado com o objetivo de promover ações de fomento ao manejo florestal para agricultores familiar, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais. O Decreto prevê a realização de um Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PAMFC), cuja primeira edição, de 2010, foi lançada conjuntamente pelos ministros do MMA e do MDA, em dezembro de 2009.

O PAMFC 2010 foi construído de maneira articulada com a sociedade civil e diferentes ministérios e, conforme prevê o Decreto, foi objeto de debate na Comissão de Gestão de Florestas Públicas e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Foram definidas ações de assistência técnica, capacitação, fortalecimento institucional, regularização ambiental, entre outras, que beneficiaram um público de mais de 17 mil comunitários, com aplicação de um volume total de recursos de 40 milhões de reais.

As ações de Manejo Florestal Comunitário estão sendo desenvolvidas principalmente na Amazônia, com prioridade para os assentamentos e para as áreas previstas para concessão florestal e seus arredores. Busca-se, com isso, a sinergia entre as atividades do setor empresarial e as do setor comunitário, contribuindo, assim, para a criação de uma economia de base florestal sustentável nessas regiões.

2.4.1 Área de Florestas Públicas Federais destinadas ao uso comunitário – avanços em 2009

As florestas públicas comunitárias e familiares no Brasil são de significativa importância tanto em função de sua grande abrangência, perfazendo aproximadamente 119 milhões de hectares, quanto por sua relevância social e econômica, uma vez que o uso dessas florestas gera produtos e renda para mais de 2 milhões de habitantes (SFB/CNFP, 2009; IBGE, 2007).

Vale esclarecer que nos termos do art. 3º, capítulo I, da Lei Gestão de Florestas Públicas (Lei 11.284, de 2 de março de 2006), são consideradas florestas públicas: *todas as florestas, naturais ou plantadas, localizadas nos diversos biomas brasileiros, em bens sob o domínio da União, dos Estados, dos Municípios, do Distrito Federal ou das entidades da administração indireta.*

Acrescenta-se ainda que, conforme o Decreto 6.874, de 5 de julho de 2009, considera-se *Manejo Florestal Comunitário e Familiar a execução de planos de manejo realizada pelos agricultores familiares, assentados da reforma agrária e pelos povos e comunidades*

tradicionais para obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema (art. 2º).

Conforme disposto na Lei de Gestão de Florestas Públicas, a gestão de florestas públicas para produção sustentável compreende, entre outros, a destinação de florestas públicas a comunidades locais (art. 4º). Para fins dessa Lei, são consideradas comunidades locais as populações tradicionais e outros grupos humanos, organizados por gerações sucessivas, com estilo relevante à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica (art. 3º, inc. X).

Ressalta-se que tal destinação já tem sido feita ao longo dos anos e em diversas modalidades: a) mediante a criação de unidades de conservação de uso sustentável, como é o caso das Reservas Extrativistas (RESEX) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); b) por meio da concessão de uso, em projetos de assentamento diferenciados, como os projetos de assentamentos florestais (PAF), projetos de desenvolvimento sustentável (PDS), projetos agroextrativistas (PAE) ou similares, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); c) pela demarcação de terras indígenas, pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI); d) pela concessão de direito real de uso de áreas de várzea, pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU) do Ministério do Planejamento; entre outras, incluindo nestas, as diversas modalidades similares realizadas no âmbito dos estados.

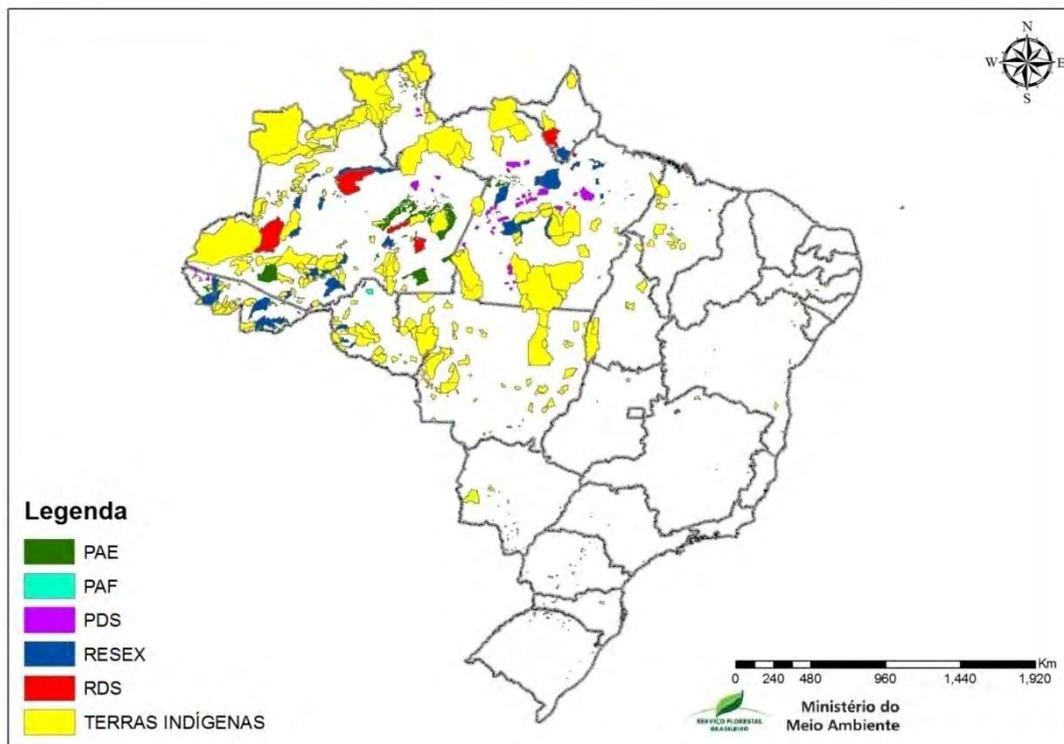
Na tabela 16, são listadas as principais modalidades de florestas públicas comunitárias e sua respectiva área, em âmbito nacional. Do total de 239 milhões de hectares de florestas públicas, 136 milhões de hectares estão nas destinadas a comunidades, o que representa 57% do total de florestas públicas atualmente cadastradas no CNFP. A distribuição geográfica da área destinada em cada uma das seis categorias de florestas comunitárias é apresentada na figura 9.

TABELA 16 – Área estimada de florestas comunitárias criadas em 2009.

Categoria	Área (em ha) em 2008	Área (em ha) em 2009	Acréscimo em área (em ha) em 2009	Percentual de Acréscimo em 2009 (em %)
Terra Indígena	98.389.212	98.389.212	0	0
RESEX	11.599.312	11.599.312	0	0
RDS	64.441	64.441	0	0
PAE	1.320.123	5.896.885	4.576.762	346,7
PDS	1.827.595	2.389.562	561.967	30,7
PAF	137.205	225.498	88.293	64,4
Total	113.337.888	118.564.910	5.227.022	4,41

Notas: 1. Os dados desta tabela apresentam diferenças do PAOF 2008/2009 devido à inclusão de áreas estaduais como áreas federais.
2. As áreas aqui declaradas são calculadas pelo Sistema de Informações Geográficas do CNFP; não correspondem exatamente às áreas dos documentos legais de criação dos assentamentos e Ucs.

Fonte: Cadastro Nacional de Florestas Públicas. Março de 2009.



Fonte: Cadastro Nacional de Florestas Públicas. Novembro de 2009.

FIGURA 9 – Florestas públicas comunitárias e familiares.

2.4.2 Gestão das Florestas Públicas Federais destinadas ao uso comunitário

A partir da destinação comunitária, o Serviço Florestal Brasileiro possui papel preponderante em relação ao apoio à implantação do Manejo Florestal Comunitário nas áreas de florestas públicas comunitárias. Nesse sentido, entre as áreas destinadas às florestas públicas, o Serviço Florestal Brasileiro atua diretamente nas unidades de conservação de uso sustentável e em projetos de assentamento, em especial, em projetos de assentamento diferenciados (PAF, PAE e PDS).

No ano de 2009, o Serviço Florestal Brasileiro desenvolveu atividades nas regiões do Distrito Florestal Sustentável BR-163, na região da Unidade Regional do Purus-Madeira e na região Nordeste do país, de forma a atuar no levantamento de informações socioeconômicas e demográficas das florestas públicas; na promoção de ações de assistência técnica florestal; no apoio ao fortalecimento organizacional das comunidades envolvidas; e no desenvolvimento de ações voltadas aos arranjos produtivos locais.

2.4.2.1 Estudos e Levantamentos de Comunidades em Florestas Públicas

Com o objetivo de apoiar a implantação do Manejo Florestal Comunitário, inicialmente, o Serviço Florestal Brasileiro atua realizando levantamentos de informações sobre a realidade das comunidades que habitam as florestas públicas brasileiras, para a definição de estratégias de ação. Nesse sentido, foram realizados estudos e levantamentos socioeconômicos e demográficos em algumas Florestas Nacionais e Projetos de Assentamento.

Em 2009, foi realizado o Levantamento Socioeconômico da Floresta Nacional de Altamira/PA, o qual indicou peculiaridades socioeconômicas e demográficas dessa unidade de conservação, subsidiando, assim, a elaboração de seu Plano de Manejo. Igualmente, foi coordenado pelo ICMBio estudo nas FLONAs Itaituba I e Itaituba II. Esses estudos tanto subsidiam o processo preparatório para a concessão florestal, garantindo que não haverá incidência de lotes de concessão sobre áreas ocupadas por comunidades, como identificam o perfil social, econômico e produtivo das populações que vivem na UC e seu entorno, visando ao planejamento de ações de apoio ao manejo florestal comunitário.

Foi também realizado, diretamente pela equipe de técnicos do Serviço Florestal Brasileiro, o Levantamento Censitário¹ da FLONA Amana/PA e o Diagnóstico Rápido Participativo² do Projeto de Assentamento Florestal Jequitibá, no município de Candeias do Jamari/RO. Tais estudos balizaram, respectivamente, o processo de Concessão Florestal daquela FLONA e o processo de planejamento e zoneamento para implantação daquele PAF.

Após a etapa de levantamentos e diagnósticos, o Serviço Florestal Brasileiro volta-se para a necessidade de fomentar a atividade florestal, mediante o apoio ao fortalecimento organizacional daquelas entidades comunitárias que irão implantar o Manejo Florestal Comunitário em suas florestas. Assim, cursos nas áreas de Associativismo, Cooperativismo e Desenvolvimento Organizacional, além de capacitações para comunidades locais e populações tradicionais em técnicas de Manejo Florestal, citados no Anexo 2, foram desenvolvidos, visando à sustentabilidade social, cultural e ambiental das florestas públicas comunitárias.

2.4.2.2 Áreas de Florestas Comunitárias sob manejo florestal

O manejo florestal comunitário e familiar praticado por pequenos produtores da Amazônia, de forma coletiva ou individual, tem aumentado de forma célere, mesmo que dentro de um contexto mais amplo se entenda que as iniciativas de manejo florestal comunitário e em pequena escala, no Brasil, ainda sejam incipientes.

¹ Identificação, de forma detalhada, de todos os aglomerados populacionais e unidades produtivas, residentes no interior da unidade de conservação. Essa identificação compreende visitas e aplicação de entrevista, *in loco*, orientadas pelos aspectos da localização geográfica dos aglomerados populacionais e unidades produtivas e caracterização de cada um dos grupos humanos identificados, com relação à etnia, tamanho e composição da população (gênero, faixa etária, escolaridade e tempo de ocupação da área).

² Conjunto de técnicas e ferramentas utilizadas com o objetivo de incentivar as comunidades a diagnosticar-se e, a partir então, a autogerenciar o seu planejamento e desenvolvimento. Durante o diagnóstico, os participantes trocam experiências e analisam os seus conhecimentos, a fim de melhorar as suas habilidades de planejamento e ação.

Vários fatores têm contribuído para esse aumento, tais como a internalização em agendas governamentais federais e nos estados de ações de promoção e apoio ao manejo florestal comunitário e familiar (MFCF), a maior demanda por produtos florestais madeiros e não madeiros, o interesse de empresas privadas em estabelecer parcerias com comunitários visando ao manejo do recurso florestal e à oferta de apoio de cooperação internacional.

Com o objetivo de entender a dinâmica regional dos planos de manejo florestal comunitário e familiar e as iniciativas de modalidades de manejo existentes, foi realizado diagnóstico, financiado pela USAID, a cerca da situação atual dos planos de manejo florestal na Amazônia brasileira, em 2007, pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON) e pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB). Em 2009, foi contratada pelo Serviço Florestal Brasileiro, com apoio da Cooperação Alemã (GTZ), um estudo para atualização desses dados, incluindo também a produção florestal não madeira por parte das comunidades. Os resultados desse estudo estarão disponíveis no primeiro semestre de 2010.

2.4.2.3 Manejo Florestal em Assentamentos de Reforma Agrária

Os assentamentos de reforma agrária implantados pelo INCRA e pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário se tornaram a oportunidade para desenvolver experiências exitosas em Manejo Florestal Comunitário. Desse modo, foram selecionados dezesseis assentamentos na região amazônica (ver figura 10) e treze na região da caatinga (ver figura 11), para o apoio ao manejo florestal comunitário e familiar pelo Serviço Florestal Brasileiro.

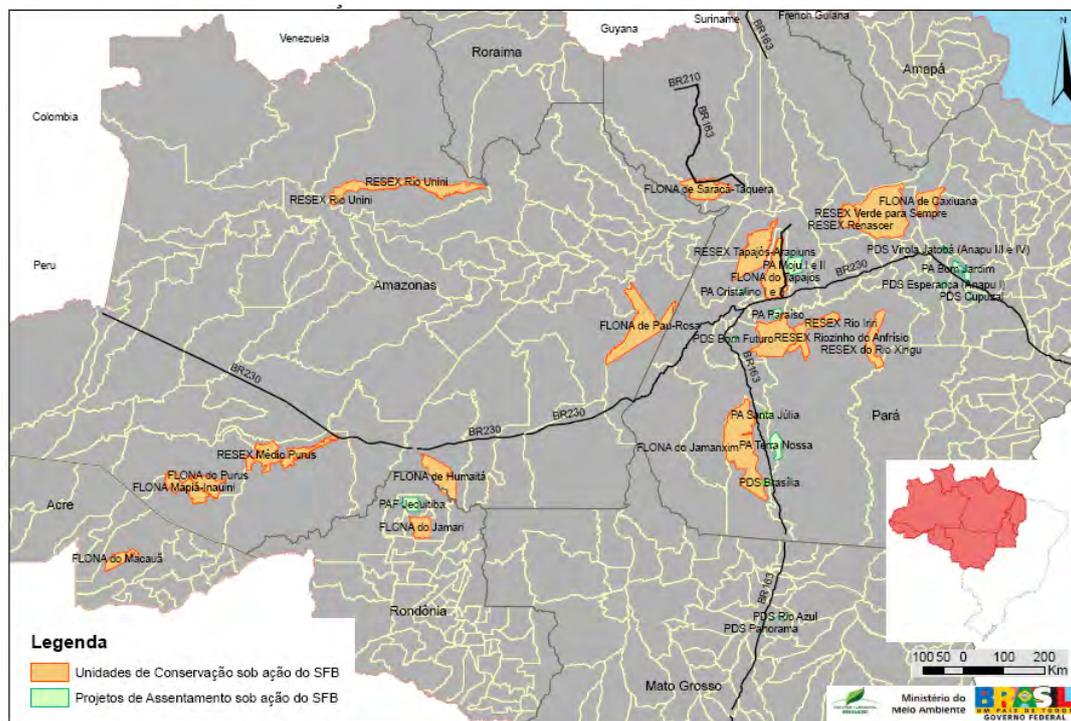


FIGURA 10 – Assentamentos e Unidades de Conservação prioritários para apoio do Serviço Florestal Brasileiro na Amazônia, para implantação do manejo florestal comunitário.

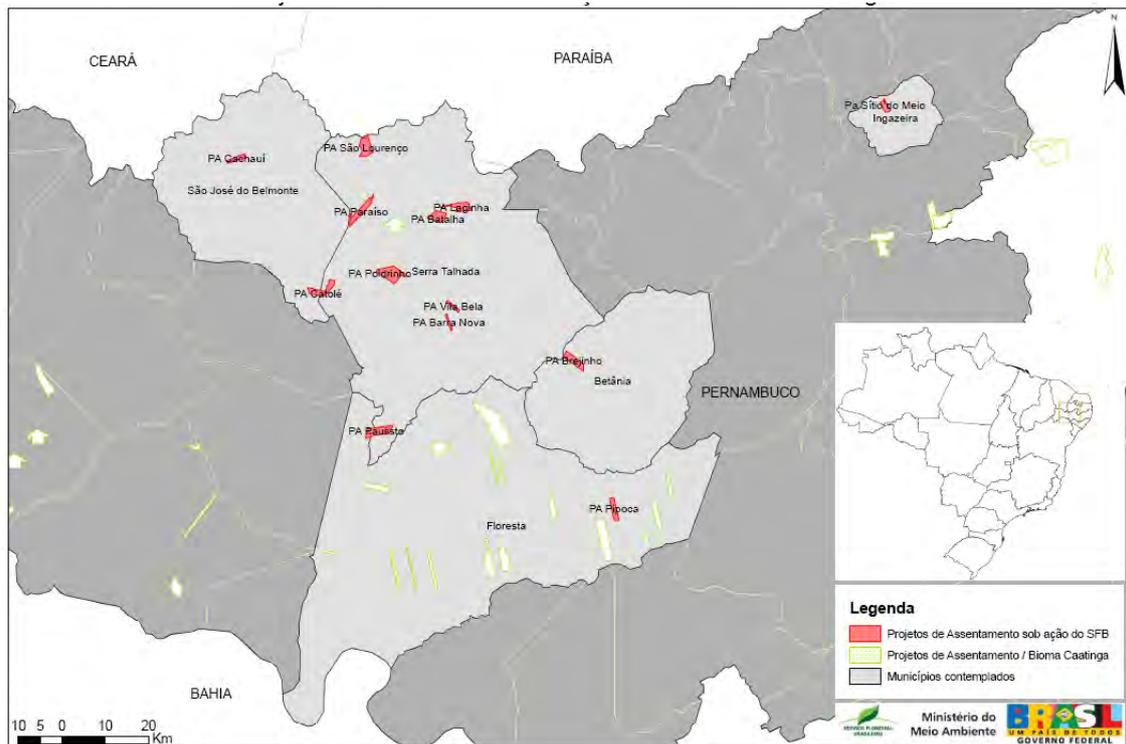


FIGURA 11 – Assentamentos atendidos por assistência técnica florestal pelo Serviço Florestal Brasileiro na Caatinga (Pernambuco).

Para que o manejo florestal comunitário e familiar se dê de forma que haja um benefício direto para as comunidades, há a necessidade de apoiar a organização social destas, mediante capacitações nas áreas de associativismo, cooperativismo e desenvolvimento organizacional participativo.

Ademais, a assessoria técnica na área florestal também se mostra como uma importante etapa da implantação do manejo florestal comunitário em assentamentos. Desse modo, em 2009, o Serviço Florestal Brasileiro teve a oportunidade de realizar a contratação para Assistência Técnica e Extensão Florestal (ATEF) em Projetos de Assentamento do INCRA e do PNCF no estado do Pará, de Pernambuco e de Rondônia. As principais atividades desenvolvidas em 2009 nos assentamentos são listadas no quadro 1.

Essas atividades mostraram-se de relevante importância para os agricultores desses Projetos de Assentamento (PAs), uma vez que o manejo florestal comunitário se mostrou complementar à atividade de agricultura, aumentando a renda e promovendo o desenvolvimento sustentável nessas áreas. A ATEF contratada pelo Serviço Florestal Brasileiro também procura atingir os órgãos responsáveis pela Reforma Agrária, incentivando o planejamento e zoneamento destes Projetos de Assentamento de forma que promovam a sustentabilidade florestal. Nesse sentido, foi realizada a contratação do Inventário Florestal do Projeto de Assentamento Jequitibá, em Candeias do Jamari (RO), como forma de subsidiar o zoneamento e a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) deste PAF.

QUADRO 1 – Principais Ações realizadas nos Projetos de Assentamento apoiados pelo Serviço Florestal Brasileiro.

Projeto de Assentamento	Município/UF	Ações de ATEF do Serviço Florestal Brasileiro em 2009
Projeto de Assentamento Cristalino I e II	Aveiro/PA	Contratação do inventário florestal participativo de produtos florestais não madeireiros.
Projeto de Assentamento Florestal Jequitibá	Candeias do Jamari/RO	Realização de capacitações em organização social e manejo florestal sustentável. Realização de Diagnóstico Rural Participativo. Contratação de inventário florestal amostral. Realização de ações de apoio ao INCRA visando à implantação do Projeto de Assentamento Florestal.
13 Projetos de Assentamento situados na região da Caatinga de Pernambuco	Betânia/PE, Floresta/PE, Ingazeira/PE, São José do Belmonte/PE e Serra Talhada/PE	Contratação de Assistência Técnica Florestal para elaboração e acompanhamento técnico das etapas do Manejo Florestal Comunitário. Reuniões Técnicas para Desenvolvimento da Comercialização de Carvão e Lenha.
Projeto de Assentamento Igarapé do Anta	Santarém /PA	Visita Técnica em Conjunto com o INCRA. Reuniões com técnicos da COOPVAG.
Projeto de Assentamento Bom Futuro	Trairão/PA	Diagnóstico Organizacional ¹ .

Nota: ¹ Instrumento utilizado com o objetivo de construir o mapeamento da situação global da empresa/cooperativa a partir da visão seus proprietários, funcionários, clientes internos e principais clientes externos. É considerada uma etapa essencial anterior ao planejamento institucional.

Em setembro de 2009, foi enviada ao INCRA proposta de Acordo de Cooperação Técnica, com objetivo de formalizar as responsabilidades e a elaboração de Plano de Trabalho das atividades nos Projetos de Assentamentos Rurais onde há atuação do Serviço Florestal Brasileiro.

2.4.2.4 Manejo Florestal em Unidades de Conservação

Como citado, o Serviço Florestal Brasileiro também atua nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável, em Florestas Nacionais (FLONAS) e em Reservas Extrativistas (RESEXs) na Amazônia, conforme figura 10. Algumas dessas Unidades foram alvo de ações de Assistência Técnica e Extensão Florestal (ATEF) em 2009, conforme apresentado na tabela 17.

TABELA 17 – Ações de ATEF realizadas nas Unidades de Conservação sob ação do Serviço Florestal Brasileiro.

Unidade de Conservação	Município/UF	Ações de ATEF do Serviço Florestal Brasileiro em 2009
Floresta Nacional do Purus	Pauini/AM	Contratação de elaboração do Plano Operativo Anual do Plano de Manejo Florestal Sustentável da Vila Céu do Mapiá.
Floresta Nacional do Tapajós	Belterra/PA	Realização de capacitações e visitas de intercâmbio sobre Manejo Florestal Comunitário.
Reserva Extrativista Verde para Sempre	Porto de Moz/PA	Contratação de avaliação dos Planos de Manejo Florestal Sustentável de duas comunidades. Visitas técnicas para diagnóstico de demais comunidades em relação à implantação de Planos de Manejo Florestal Sustentável. Realização de parceria com organismo internacional, visando à permanência de técnico prestador de ATEF.

Adicionalmente às assistências técnicas realizadas nessas unidades, ações de apoio aos arranjos produtivos foram desenvolvidas pelo Serviço Florestal Brasileiro, tais como: organização das cadeias produtivas, visitas de prospecção e elaboração de planos de negócios.

TABELA 18 – Ações de Apoio aos Arranjos Produtivos realizadas nas Unidades de Conservação sob ação do Serviço Florestal Brasileiro.

Produto	Ações realizadas pelo Serviço Florestal Brasileiro em 2009
Óleos (copaíba e andiroba)	Reuniões com os produtores (oito), empresas compradoras (dez), instituições de apoio (dezesseis) e instituições estaduais (dezoito). Participação de eventos (feiras (uma) e seminários (três)) para promoção da cadeia. Levantamento de custos de produção e da legislação pertinente.
Castanha-do-Brasil	Levantamento preliminar das comunidades quilombolas do município de Oriximiná/PA e apoio na elaboração de plano de negócios para a Associação dos Moradores da Comunidade de Quilombos de Cachoeira Porteira (AMOCREQ).

Ademais, o Serviço Florestal Brasileiro também investiu na assessoria organizacional das comunidades do Assentamento Igarapé do Anta, do Assentamento Florestal Jequitibá e da FLONA do Purus. Além disso, a Cooperativa Mista da FLONA Tapajós (COOMFLONA), no ano de 2009, recebeu diversas visitas de acompanhamento para o desenvolvimento organizacional e, atualmente, está com suas contas e balanços equilibrados e em consonância com os seus objetivos.

2.4.3 O Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar

Com o objetivo de fortalecer o manejo florestal comunitário por meio de instrumentos legais de apoio e de fomento voltados às peculiaridades da atividade, foi assinado o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PMCF), instituído pelo Decreto 6.874, de 5 de junho de 2009, e coordenado por um comitê gestor composto por representantes do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com as atribuições de: a) articulação, com os diversos setores competentes do governo e da sociedade civil, das ações necessárias ao planejamento e à gestão de projetos de fomento e suporte ao manejo florestal comunitário e familiar; b) articulação da execução do PMCF com as políticas nacionais ambientais, de reforma agrária, de agricultura familiar e de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais; e c) realização do planejamento orçamentário geral e da gestão financeira da execução do PMCF, a partir do planejamento orçamentário encaminhado por aqueles Ministérios (art. 4º).

BOX 1 – Princípios e diretrizes do Decreto 6.874, de 5 de junho de 2009.

O Decreto 6.874, de 5 de junho de 2009, institui o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PMCF), com o objetivo de organizar ações de gestão e fomento ao manejo sustentável em florestas utilizadas por agricultores familiares, assentados da reforma agrária e por povos e comunidades tradicionais.

O Decreto inova ao conceituar Manejo Florestal Comunitário e Familiar como “a execução de planos de manejo realizada pelos agricultores familiares, assentados da reforma agrária e pelos povos e comunidades tradicionais para obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema” (art. 2º), e reconhece que “atividades previstas no plano de manejo realizadas por terceiros não descaracterizam o manejo florestal comunitário e familiar, desde que o referido plano continue sob a responsabilidade dos agricultores familiares, assentados e dos povos e comunidades tradicionais” (art. 2º, parágrafo único).

O Decreto lista os princípios e diretrizes do PMCF (art. 3º):

- a) desenvolvimento sustentável, por meio do uso múltiplo dos recursos naturais, bens e serviços das florestas;
- b) deração de trabalho e renda para os beneficiários;
- c) identificação e valorização das diversas formas de organização social, cultural e produtiva das comunidades, visando ao respeito às especificidades dos beneficiários e dos diferentes biomas;
- d) promoção do acesso das comunidades aos institutos jurídicos que permitem a regularização da posse e do uso das áreas ocupadas nas florestas da União, quando esse uso for permitido pela legislação em vigor;
- e) fomento à elaboração e implementação de planos de manejo como instrumentos aptos a orientar os manejadores na gestão adequada da produção sustentável;
- f) promoção de assistência técnica e extensão rural adaptadas ao manejo florestal comunitário e familiar;
- g) promoção da educação ambiental como instrumento de capacitação e orientação da juventude rural, visando estimular a sua permanência na produção familiar, para assegurar o processo de sucessão;
- h) estímulo à diversificação produtiva e à agregação de valor à produção florestal de base comunitária e familiar; e
- i) fomento à pesquisa, ao desenvolvimento e à apropriação de tecnologias pelos beneficiários.

Além dos recursos orçamentários do MMA e MDA, pelos quais o Programa será representado prioritariamente, o Programa poderá obter receitas oriundas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), do Fundo Amazônia, de que trata o Decreto 6.527, de 1º de agosto de 2008, do Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA), e outros fundos cujos objetivos institucionais se adequem ao PMCF.

2.4.3.1 O Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar 2010

Conforme previsto no Decreto, no ano de 2009 foi elaborado e lançado o Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar 2010 (PAMFC 2010), que apresenta as áreas, as ações e os seus respectivos detalhamentos a serem implementados, conforme Box 2. Entretanto, por se tratar do primeiro plano e por ter sido elaborado em curto período (menos de seis meses), apresenta caráter simplificado. Abrange as ações em andamento nos órgãos do governo federal membros do Comitê Gestor ou do Grupo de Trabalho do Programa que estão concentradas no bioma amazônico (o Plano completo pode ser encontrado no sítio eletrônico do Serviço Florestal Brasileiro (<http://www.florestal.gov.br>, no *menu* Florestas Comunitárias).

O processo de construção do Plano foi iniciado a partir de diversas reuniões do Comitê Gestor e de duas reuniões deste com membros do Grupo de Trabalho. Ademais, foram ouvidos os órgãos consultivos do Plano, quais sejam, a Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF). Essas reuniões foram bastante produtivas, pois a maioria dos órgãos convidados apresentou, de maneira bastante clara e pró-ativa, quais seriam seus compromissos com o tema do manejo florestal comunitário e familiar e seu público beneficiário.

O Comitê Gestor do Programa foi composto por três representantes do MMA, entre eles o Serviço Florestal Brasileiro, e três representantes do MDA, um deles do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

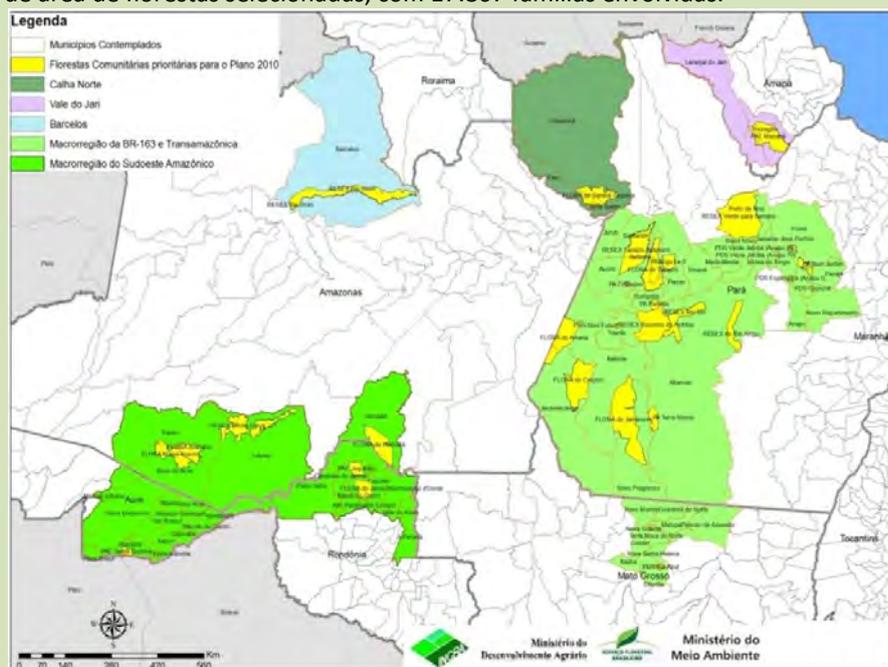
Nas reuniões em formato de oficina, ocorridas entre o Comitê Gestor e o Grupo de Trabalho do Programa, foram definidas: os objetos do Plano, as áreas prioritárias, as principais linhas de ação, os gargalos e as ações do manejo florestal comunitário e familiar para 2010 (apresentados no Anexo 1). Discutiram-se, também, estratégias de monitoramento dos planos anuais e de concepção dos próximos planos.

A partir dos resultados tirados na reunião do Grupo de Trabalho, os órgãos de governo detalharam suas ações e confirmaram a inclusão de algumas áreas como prioritárias para 2010.

BOX 2 – Ações Propostas no Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar 2010

O Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar 2010 (PAMFC 2010) estabelece as áreas prioritárias para implementação do Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PMCF), de acordo com os seguintes critérios: 1) localização na Amazônia, em razão de esta abranger 92% das florestas públicas comunitárias brasileiras; 2) áreas com maior sobreposição de ações entre os diversos órgãos; 3) maior concentração de comunitários e familiares que manejam florestas; e 4) proximidade ao arco do desmatamento.

Assim, as áreas prioritárias foram definidas em duas macrorregiões – a) BR-163 e Transamazônica; e b) Sudoeste Amazônico – e em três regiões, a saber: a) Vale do Jari; b) Calha Norte; e c) Barcelos (figura a seguir). Essas áreas abrangem sete estados (AC, AP, AM, MT, PA, RO e MA), 85 municípios, 32 florestas comunitárias – 17 unidades de conservação e 15 assentamentos –, totalizando 9.109.409 ha de área de florestas selecionadas, com 17.867 famílias envolvidas.



Para o PAMFC 2010, foram definidas ações no total de R\$ 40.718.900, englobando as seguintes linhas: fortalecimento organizacional, fortalecimento institucional, regularização ambiental, crédito, assistência técnica e extensão florestal, capacitação de base florestal, infraestrutura e produção, beneficiamento e comercialização

As principais estratégias para o PAMFC 2010 são descritas a seguir:

- 6.241 famílias assistidas para elaboração de onze planos de manejo florestal em assentamentos;
- cinquenta experiências inovadoras sistematizadas, envolvendo ensino, pesquisa e extensão para os agricultores familiares em manejo florestal;
- 17 milhões de reais disponíveis para crédito rural na linha PRONAF Florestal;
- 891 manejadores capacitados na gestão do empreendimento;
- 85 técnicos capacitados para analisar planos de manejo florestal;
- 287 agentes de ATER e ATES capacitados em práticas de manejo florestal;
- 718 manejadores capacitados em técnicas de manejo florestal e beneficiamento de produtos florestais;
- sessenta participantes de intercâmbios entre experiências de manejo florestal comunitário;
- cadeias produtivas florestais apoiadas (açaí, castanha, óleos, madeira, borracha, babaçu e piaçava);
- APLs diagnosticados; e
- cartilhas sobre marco regulatório ambiental, fiscal e sanitário relacionado aos produtos da sociobiodiversidade publicadas.

Posteriormente, foram realizadas apresentações dos principais pontos do Plano 2010 para os órgãos consultivos do Programa, quais sejam: a Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP), em 17 de novembro, e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), em 3 de dezembro. Ambos os órgãos colegiados apresentaram sugestões valiosas ao Plano, muitas delas puderam ser incorporadas a este documento, após avaliação do Comitê Gestor e consulta aos órgãos envolvidos.

O processo culminou com o lançamento do PAMFC 2010, no dia 22 de dezembro de 2009, pelos Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário e pelo Serviço Florestal Brasileiro.

2.5 Monitoramento das Florestas Públicas

Em atendimento à Lei de Gestão de Florestas Públicas, o Serviço Florestal Brasileiro realiza o monitoramento das áreas sob contratos de transição e concessão florestal e se articula com os órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) – art. 50 da Lei 11.284/2006 e art. 53 do Decreto 6.063/2007 – e outros órgãos e entidades responsáveis para o planejamento, gestão e execução dos sistemas de monitoramento, controle e fiscalização das florestas públicas federais.

Em 2009, as áreas de florestas públicas federais somavam 196.800.022 hectares – 86,91% referentes às do Tipo A (áreas destinadas, que compreendem as terras indígenas, as unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável e os assentamentos). As do Tipo B (terras arrecadadas pela União e não destinadas) representavam 13,09% das florestas públicas federais já cadastradas em 2009.

As terras indígenas estão sob a gestão da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), responsável pelo monitoramento e manutenção da integridade desses territórios. A gestão das unidades de conservação federais está sob responsabilidade do ICMBio. Contudo, nas unidades de conservação federais de uso sustentável, em que já ocorreram licitações para concessões florestais, o Serviço Florestal Brasileiro se torna responsável pela gestão e pelo monitoramento das Unidades de Manejo Florestal (UMF), ainda que o ICMBio seja responsável pela manutenção da integridade da UC e pelo cumprimento do seu Plano de Manejo. As áreas de assentamento estão sob responsabilidade direta do INCRA, bem como as áreas de florestas públicas federais Tipo B.

O Serviço Florestal Brasileiro tem dedicado atenção ao monitoramento para detecção de ações de invasão em áreas não destinadas, que representam um grande potencial para concessão florestal. O Serviço Florestal Brasileiro vem mapeando as ocupações irregulares existentes e acionando os órgãos e mecanismos de fiscalização pertinentes para providências.

O Serviço Florestal Brasileiro, em cooperação com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), também investe no aprimoramento de técnicas de sensoriamento remoto para o monitoramento das florestas públicas brasileiras. O Sistema de Detecção de Exploração

Seletiva (DETEX), ainda que limitado à disponibilidade sazonal de imagens de satélite sem cobertura de nuvens, é uma ferramenta para monitorar a exploração seletiva de madeira, seja ela legal ou ilegal.

O DETEX vem sendo aperfeiçoado e será utilizado pelo Serviço Florestal Brasileiro no acompanhamento remoto de todas as áreas de interesse (veja exemplo da aplicação da ferramenta na figura 12). Para tanto, foi realizada, em 2009, uma oficina com o objetivo de uniformizar o conhecimento metodológico entre órgãos parceiros de gestão de florestas públicas e de fiscalização. Nessa oficina, na qual estiveram presentes atores da esfera estadual e federal, foi apresentada a metodologia de aplicação do DETEX e foram discutidas possíveis aplicações dos dados de exploração seletiva obtidos por essa ferramenta. Destacou-se o potencial do DETEX para as atividades de licenciamento, monitoramento e fiscalização dos planos de manejo florestal. A ampla capacitação para uso dessa ferramenta nas diferentes instituições foi citada como necessidade premente para a implantação efetiva do sistema, o que também será foco das ações no próximo ano.

A figura 12 apresenta a evolução da exploração seletiva na região do Distrito Florestal da BR-163, identificada pelo DETEX no período de 2004 a 2008.

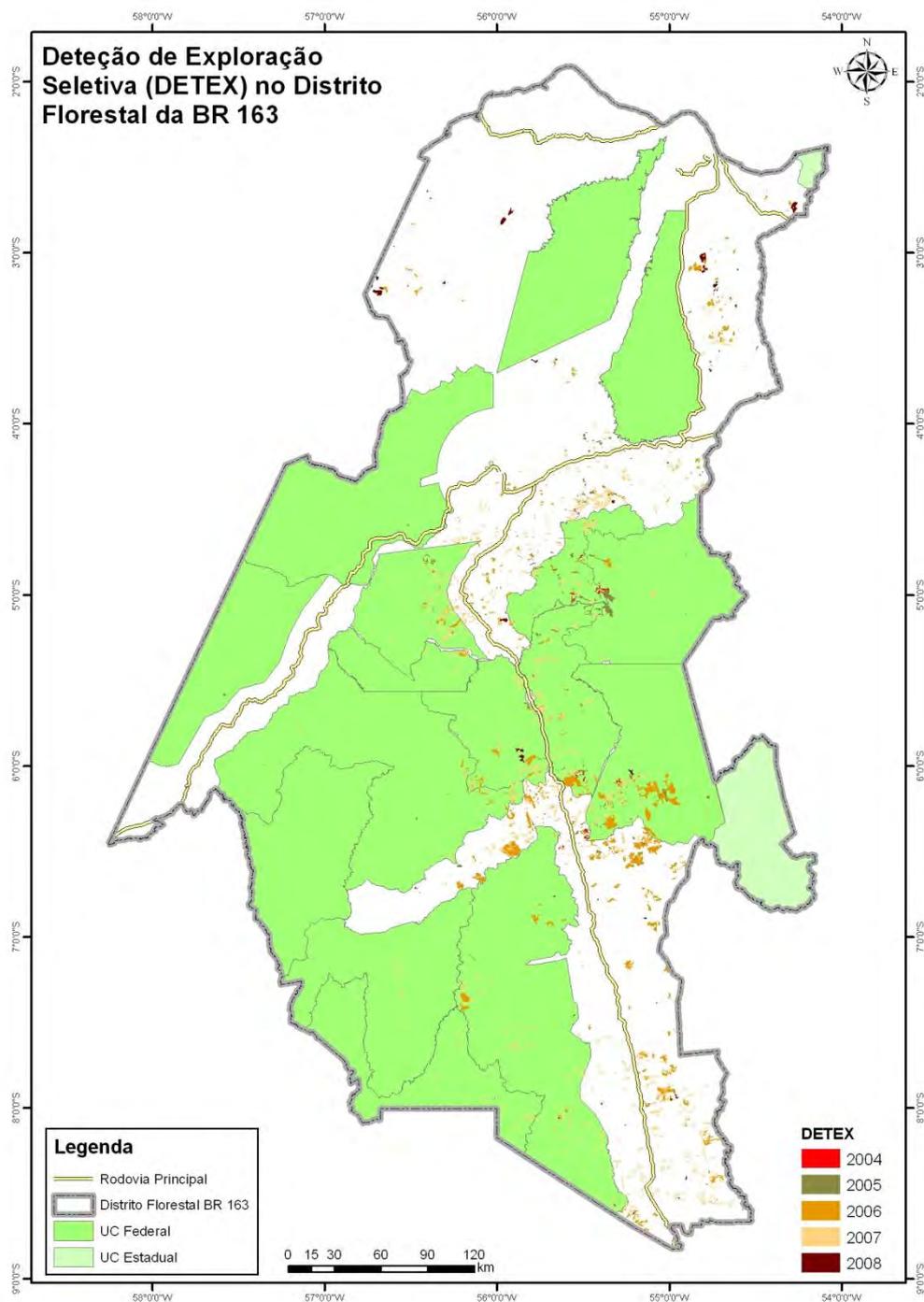


FIGURA 12 – Série histórica de detecção da exploração seletiva de madeira no Distrito Florestal da BR-163.

2.5.1 Monitoramento dos Contratos de Transição

O Serviço Florestal Brasileiro conduziu, durante o ano de 2009, o acompanhamento dos Contratos de Transição, com o objetivo de averiguar o cumprimento das cláusulas contratuais em relação aos pagamentos e a entrega dos relatórios de produção devidos. Esse

acompanhamento foi feito por meio de visitas de campo durante todos os meses de exploração madeireira. Em antecipação a essas visitas, foram identificadas imagens de satélite desses PMFSs, de maneira a orientar as atividades de campo (ver figura 13).

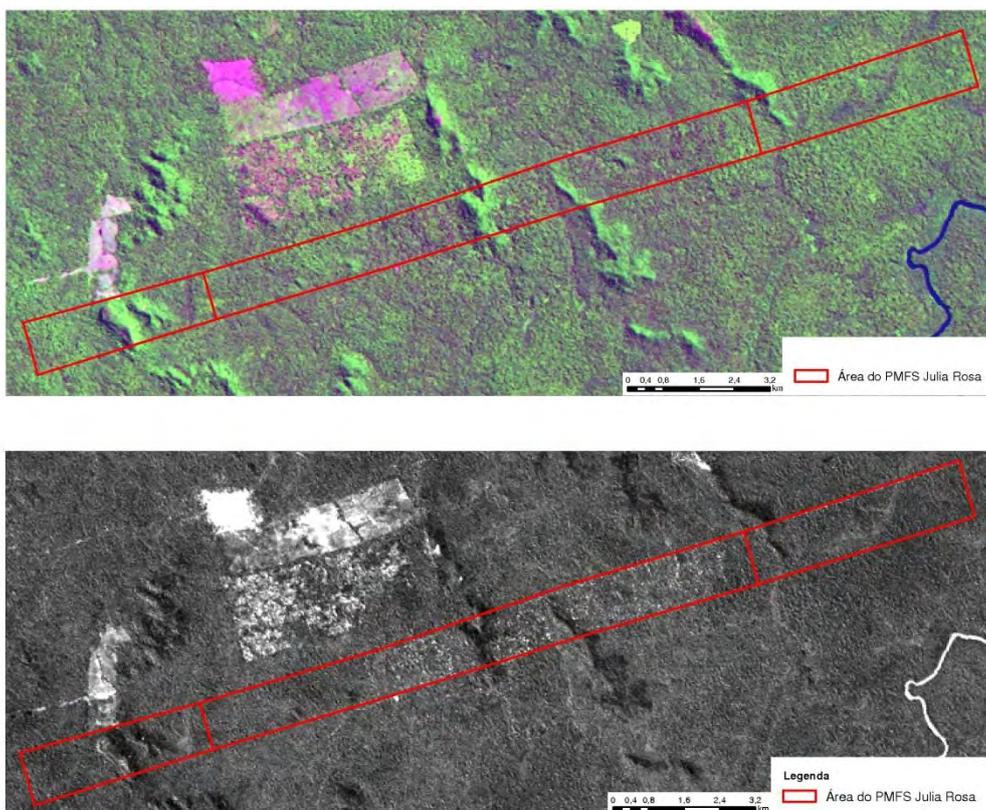


FIGURA 13 – Área sob contrato de transição, mostrando a diferença entre uma imagem de satélite com típica composição RGB (acima) e uma imagem realçada com técnicas do DETEX (abaixo), que mostra as trilhas e pátios oriundos da exploração florestal.

Esses contratos também foram monitorados por meio de acompanhamento de escritório dos registros de movimentação, isto é, transporte de toras, existentes do Cadastro de Exploradores e Consumidores de Produtos Florestais do Estado do Pará (CEPROF-PA) e no Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais do Estado do Pará (SISFLORA-PA). Essas informações foram cruzadas com a classificação de espécies constante de cada um dos contratos, o que gerou mensalmente o montante a ser pago ao Serviço Florestal Brasileiro relativo aos chamados preços florestais estabelecidos na Lei de Gestão de Florestas Públicas.

Os contratos de transição, com atividades totalmente finalizadas em 2009, foram também visitados por técnicos do Serviço Florestal Brasileiro para conferência da situação das áreas. Em casos em que foram encontradas irregularidades como, por exemplo, a existência de toras de árvores abatidas e que não haviam sido pagas ao Serviço Florestal Brasileiro, foi realizado o levantamento desse volume e determinado o montante a ser pago, estipulado para cada grupo de espécies. Em outras situações em que foi constatada a existência de potenciais ilícitos ambientais, essas irregularidades foram informadas ao IBAMA para as providências cabíveis. Para os contratos de transição sem pendências em campo, o processo de

encerramento administrativo desses contratos foi iniciado com envio de correspondência oficial aos Detentores de Planos de Manejo (DPMs), demandando a apresentação dos relatórios finais de declaração de benfeitorias a serem repassadas à União.

2.5.2 Monitoramento das Concessões Florestais

Em 2009, as áreas de concessões florestais já licitadas na Floresta Nacional do Jamari passaram pelo processo de aprovação dos Planos de Manejo Florestal Sustentável pelo IBAMA e, no início de 2010, está prevista a conclusão dos Planos Operacionais Anuais (POA), quando então deverão receber do IBAMA as Autorizações de Exploração (AUTEX).

O Serviço Florestal Brasileiro dedicou o ano de 2009 à elaboração dos sistemas de Auditorias Florestais Independentes, de Rastreamento de Veículos e de Monitoramento da Cadeia de Custódia. O Sistema de Auditorias Florestais Independentes consta de uma Regulamentação de Acreditação de Concessões (RAC), que foi desenvolvida em parceria com o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), órgão estabelecido na Lei de Gestão de Florestas Públicas como acreditador dos organismos que poderão conduzir essas auditorias em cada UMF. O Programa de Monitoramento e Rastreamento de Veículos de Transporte de Produtos Florestais (PROMON) conta com documentação de Diretrizes Institucionais e Tecnológicas e Minuta de Regulamentação a ser publicada pelo Ministério do Meio Ambiente. O Sistema de Monitoramento da cadeia de custódia, isto é, o controle da produção de madeira, desde a origem das toras até a primeira unidade de processamento de cada um dos concessionários, conta com planilhas e sistema informatizado de entrada de dados e geração de relatórios de controle.

Para o monitoramento das concessões florestais, também foi elaborado, em 2009, um Manual de Monitoramento dos Contratos de Concessão Florestal, em que está descrito minuciosamente cada item do contrato, com prazos e procedimentos para monitoramento e, quando for o caso, contabilidade de bônus para desconto dos preços florestais. As diretrizes desse manual, que será disponibilizado publicamente, serão testadas após o início das operações de exploração a partir do fim do período de embargo em 15 de maio de 2010.

Todo o processo de desenvolvimento dos mecanismos de monitoramento das concessões, com especial enfoque nas áreas já licitadas na Floresta Nacional do Jamari, foi conduzido com base em visitas de campo, troca de informações com os concessionários e também, quando pertinente, em parceria com o ICMBio e o IBAMA. Propostas de mecanismos conjuntos de monitoramento com o ICMBio e o IBAMA estão em desenvolvimento para acompanhamento dos impactos da exploração madeireira na fauna e para o aperfeiçoamento do Documento de Origem Florestal (DOF) a ser adotado para o transporte da madeira oriunda das concessões.

Em relação ao monitoramento das condições trabalhistas nas concessões florestais, cuja fiscalização será realizada por Auditores Fiscais do Ministério do Trabalho, o Serviço Florestal Brasileiro, em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), elaborou

uma cartilha, que compila, em linguagem acessível, a legislação pertinente ao setor florestal, de maneira que trabalhadores e a sociedade, em geral, possam colaborar no monitoramento desse quesito nas concessões florestais.

2.6 Fomento Florestal

O Serviço Florestal Brasileiro promoveu o processo de regulamentação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), cujas principais características de funcionamento haviam sido propostas ainda em 2008 para a Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP), na qualidade de órgão consultivo do Serviço Florestal Brasileiro.

Além dos esforços empreendidos na captação de recursos para a implementação da Gestão Florestal, houve um impulso na consolidação de novos instrumentos de fomento que pudessem canalizar recursos adicionais para a Conservação Florestal, com o fundamental apoio à implementação do Fundo Amazônia e às discussões sobre os mecanismos financeiros associados à Redução de Emissões do Desmatamento e Degradação Florestal (REDD), conforme previstos na Convenção Quadro das Nações Unidas para a Mudança Climática Global da Organização das Nações Unidas (UNFCCC – sigla original em inglês).

2.6.1 Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) vem sendo estruturado para operação no apoio a projetos. Durante o ano de 2009, além da proposição de seu decreto regulamentador, foram desenvolvidos os regulamentos operacionais e do Plano Anual de Aplicação Regionalizado (PAAR).

A tímida implementação das primeiras concessões florestais durante o exercício de 2009 não permitiu a realização de saldo financeiro para o apoio a projetos ainda nesse exercício. O decreto regulamentador do FNDF encontra-se em apreciação pela Casa Civil da Presidência da República, com previsão de sua edição em 2010.

2.6.2 Outros instrumentos de fomento

Adicionalmente ao FNDF, o Serviço Florestal Brasileiro envolveu-se ativamente na implementação do Fundo Amazônia, prospectou outras oportunidades de ingresso de recursos para a atividade florestal, representadas pelos mecanismos de Redução de Emissões do Desmatamento e Degradação Florestal (REDD) e promoveu a captação de recursos com organismos financiadores externos.

2.6.2.1 Fundo Amazônia

O Fundo Amazônia, instrumento de financiamento para a redução do desmatamento na Amazônia, sob a gestão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), foi criado em 2008 com uma intensa participação do Ministério do Meio Ambiente, notadamente por intermédio do Serviço Florestal Brasileiro.

Acordo de Cooperação Técnica

Em 25 de março, foi celebrado um Acordo de Cooperação Técnica entre o BNDES, o Serviço Florestal Brasileiro e o Ministério do Meio Ambiente, visando ao apoio organizacional para a atuação do BNDES e do Serviço Florestal Brasileiro, respectivamente, como Secretarias Executivas do Comitê Orientador do Fundo Amazônia e do Comitê Técnico do Fundo Amazônia, à captação de recursos e ao relacionamento com doadores, à elaboração de roteiros, manuais, palestras e material de divulgação e promoção do Fundo, bem como de seus mecanismos de acompanhamento e instrumentos para aferição de resultados do Fundo Amazônia, entre outros.

Comitê Técnico do Fundo Amazônia (CTFA)

O Serviço Florestal Brasileiro, na qualidade de Secretaria Executiva do Comitê Técnico do Fundo Amazônia, promoveu, em 1º de dezembro de 2009, a segunda reunião do CTFA, visando atestar as emissões de gás carbônico evitadas a partir da redução dos desmatamentos na Amazônia Legal brasileira no período de agosto de 2007 a julho de 2008, para efeito de captações pelo Fundo Amazônia. As emissões evitadas, atestadas pelo CTFA, para esse período foram de 245.725.333 tCO₂e (toneladas de gás carbônico equivalente), habilitando, portanto, o BNDES a captar 1.228.626.667 (um bilhão duzentos e vinte e oito milhões seiscentos e vinte e seis mil e seiscentos e sessenta e sete) dólares para o Fundo Amazônia.

Rodada de Apresentação do Fundo Amazônia

No segundo semestre de 2009, Serviço Florestal Brasileiro e BNDES realizaram eventos de apresentação do Fundo Amazônia nos nove estados da Amazônia Legal. O objetivo da rodada de apresentação foi apresentar às instituições públicas e privadas as linhas de apoio e os procedimentos do Fundo Amazônia. Essa ação visou informar e assim estimular instituições regionais a apresentarem projetos ao fundo.

2.6.2.2 Redução de Emissões do Desmatamento e Degradação Florestal (REDD)

A redução da emissão de gases provocadores do aquecimento do planeta, notadamente o gás carbônico (CO₂), é um objetivo global perseguido pelos países signatários da Convenção de Mudanças Climáticas da ONU. Um dos instrumentos financeiros em desenvolvimento relaciona-se à remuneração dos detentores de florestas que reduzam suas emissões de gases do efeito estufa, evitando a ocorrência de desmatamentos ou de degradação dessas florestas.

Oficina sobre REDD

Com o objetivo de promover discussões em âmbito nacional quanto aos mecanismos de REDD, o Serviço Florestal realizou, no dia 24 de novembro, um seminário para apresentar os resultados do primeiro levantamento nacional de projetos de REDD realizado pelo governo brasileiro. Foram mapeados 22 projetos, em sete estados, totalizando uma área de 33.741.600 hectares. O seminário contou com a participação de representantes de órgãos federais e de organizações não governamentais e, entre seus encaminhamentos, está o desenvolvimento de uma estratégia nacional de REDD e o lançamento de um Portal Nacional de REDD, ampliando as discussões que devem levar para uma adequada apropriação de benefícios pela redução de emissões obtidas pelo país.

2.6.2.3 Captação de projetos

Com a atribuição institucional de promover a captação de recursos para a implantação de projetos no Serviço Florestal Brasileiro, além do apoio à captação por instituições parceiras da implementação da gestão florestal, nesse exercício foram empreendidas diversas consultas e negociações com doadores e organizações financiadoras.

Banco Alemão de Desenvolvimento (KfW)

Entre as atividades de captação desenvolvidas, destacam-se os avanços na negociação de cooperação financeira com o Banco Alemão de Desenvolvimento (KfW), que deverá aportar cerca de 15 milhões de euros para a implementação das Unidades Regionais do Serviço Florestal Brasileiro na Amazônia, centros de treinamento em manejo florestal e para a difusão da silvicultura com espécies nativas, difusão tecnológica na área de energia renovável e estruturação das florestas nacionais nas regiões da BR-163 e dos rios Purus e Madeira.

2.7 Apoio do Serviço Florestal Brasileiro aos estados para a gestão de florestas públicas

Foram realizadas oficinas de trabalho entre as Gerências Executivas do Serviço Florestal Brasileiro e os órgãos gestores de florestas públicas dos estados do Acre, Pará e Amapá. Durante essas oficinas, foram identificadas diferentes linhas de cooperação entre o Serviço Florestal Brasileiro e os estados, para o fortalecimento da gestão de florestas públicas estaduais por meio da estruturação e integração dos cadastros estaduais de florestas públicas, inclusão das informações dos estados no Portal Nacional da Gestão Florestal, promoção de treinamentos, elaboração de estudos, estruturação de florestas públicas, apoio a concessões e troca de experiências na elaboração de editais de licitação. A partir desses encontros, foram geradas minutas de Acordos de Cooperação Técnica com os três estados, que se encontram em fase final de análise para a assinatura de seus representantes legais e início das ações em 2010.

Capítulo 3: Gestão do Distrito Florestal Sustentável da BR-163

A gestão do Distrito Florestal Sustentável da BR-163 avançou consideravelmente em 2009. Merecem destaque a contratação dos novos funcionários temporários para Unidade Regional (UR) do Distrito Florestal Sustentável da BR-163 do Serviço Florestal Brasileiro, o início do funcionamento do Projeto BR-163 e o lançamento do edital para a concessão florestal na Floresta Nacional Saracá-Taquera.

Em maio de 2009, nove funcionários temporários assumiram suas funções na UR e deram início às suas atividades com grande impacto sobre a atuação do Serviço Florestal na região. Antes a UR contava com apenas dois funcionários, o Chefe da UR e seu substituto. A partir daí, todos os Conselhos Consultivos, assentamentos e demais grupos passaram a ser acompanhados com regularidade. Os estudos feitos ou contratados pelo Serviço Florestal também passaram a ter participação ativa da equipe da UR.

O projeto “Manejo Florestal, Apoio à Produção Sustentável e Fortalecimento da Sociedade Civil na Amazônia Brasileira”, conhecido como Projeto BR-163, teve início em abril de 2009. O projeto tem por objetivo o desenvolvimento sustentável da área de influência da BR-163 no estado do Pará. Sua área de abrangência é apresentada na figura 14. Esse projeto é executado pelo Ministério do Meio Ambiente, com recursos de doação da Comunidade Européia. Conta ainda com suporte técnico e administrativo da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) do Brasil e com o monitoramento da Agência Brasileira de Cooperação.

Seu histórico é marcado pelo processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR-163 Cuiabá – Santarém. O Plano começou a ser discutido em 2004 e foi publicado em 2007, enquanto o projeto foi elaborado em 2006. Atrasos nas negociações entre as partes fizeram que o Projeto BR-163 só tivesse seu início efetivo em 2009. É importante ressaltar que o Plano BR-163 tem um escopo maior do que o projeto e é liderado pela Casa Civil da Presidência da República, em articulação com um conjunto de dezessete ministérios. Já o Projeto pode ser visto como uma ação do Ministério do Meio Ambiente, em que o executor do maior componente é o Serviço Florestal Brasileiro.

A segunda área de concessão florestal no Brasil encontra-se na Floresta Nacional Saracá-Taquera, localizada entre os rios Trombetas e Nhamundá, no oeste do Pará, na área de influência do Distrito Florestal Sustentável da BR-163. O edital foi lançado em 2009 depois de um longo processo de consulta na região ao longo do ano anterior. A área em licitação foi reduzida em relação ao pré-edital avaliado nas audiências públicas, em função das demandas das comunidades quilombolas. A avaliação das propostas e a assinatura dos contratos de concessão dar-se-ão no primeiro semestre de 2010.

Todas as Florestas Nacionais ao longo do eixo da BR-163, com exceção da FLONA Tapajós, e a APA Tapajós estão em fase de habilitação para o processo de concessão, como apresentado no tópico 2.3 deste relatório, sobre as Concessões Florestais. Em 2009, vários estudos foram realizados ou contratados, tornando o DFS da BR-163 uma das áreas mais estudadas da Amazônia, em seus aspectos socioeconômicos, bióticos e abióticos. Os editais de licitação para concessão florestal nas FLONAs Amana e Crepori serão lançados em 2010. A implantação do Centro Regional do ICMBio em Itaituba e a contratação de novos analistas ambientais contribuíram para o fortalecimento da gestão das Unidades de Conservação da região.

No mesmo período, as ações de manejo florestal sustentável em assentamentos foram reforçadas, com a sensibilização e capacitação de comunitários. Os assentamentos foram selecionados em trabalho conjunto com o INCRA, a partir de critérios predefinidos, para servirem de modelo de manejo florestal comunitário. Outros assentamentos com Plano de Manejo Florestal Comunitário em andamento receberam atenção para fortalecer sua gestão, visando à maior autonomia das comunidades em seus negócios. Atualmente são assistidos oito assentamentos ao longo da BR-163 e quatro na região da Transamazônica na área de influência do Distrito Florestal Sustentável da BR-163 (ver o tópico 2.4 Manejo em Florestas Comunitárias).

O Serviço Florestal Brasileiro também trabalha junto a outros grupos e setores da região. No estorno da FLONA Saracá Taquera, os quilombolas foram assistidos na organização da cadeia produtiva da castanha-do-Pará. Na RESEX Verde para Sempre, as comunidades recebem apoio e assistência para o manejo florestal madeireiro. Essas são experiências-piloto, que, caso bem-sucedidas, poderão ser replicadas. Cabe ressaltar que o Serviço Florestal Brasileiro continuou sua interlocução com garimpeiros e suas associações na região, visando compatibilizar as atividades florestais e minerárias. Hoje caminha-se para o consenso de que essas atividades não apenas são compatíveis mas juntas contribuem para o ordenamento territorial e o desenvolvimento econômico da região. Departamento Nacional de Produção Mineral já deu início à regularização dos garimpos da região. Fator fundamental para o avanço dessas atividades foi o esforço na capacitação de diversos setores da sociedade em manejo florestal sustentável (ver Capítulo 5: Capacitação e Difusão do Manejo Florestal).

3.1 O Projeto BR-163

O Projeto BR-163 é organizado em três componentes. O Componente 1 – Manejo das Florestas Públicas no Distrito Florestal é executado pelo Serviço Florestal Brasileiro e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. O Componente 2 – Apoio às iniciativas de produção sustentável é executado pelo Departamento de Zoneamento Territorial da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA. O Componente 3 – Fortalecimento da sociedade civil e dos movimentos sociais é executado pelo Grupo de Trabalho Amazônico, com acompanhamento do Departamento de Articulação de Ações na Amazônia do MMA. O quadro 2 apresenta uma síntese das informações do projeto.

QUADRO 2 – Dados síntese do Projeto BR-163.

Titulo do Projeto	Manejo Florestal, Apoio à Produção Sustentável e Fortalecimento da Sociedade Civil na Amazônia Brasileira.
Nome do beneficiário do contrato de subvenção	Ministério do Meio Ambiente
Entidade responsável pela doação	Comunidade Européia (EC)
Gestão Financeira e Apoio Técnico	Organização das Nações Unidas Para a Agricultura e Alimentação (FAO)
Numero do contrato	ALA/2006/018-598
Data de inicio e data de fim do projeto	1º/01/2009 a 31/12/2012
Pais ou Região alvo	Brasil – Região Amazônica – Área de Influência da BR 163
Orçamento	
Valor Total	€ 6.000.000.00
Administração FAO	€ 280.000.00
Monitoramento Comissão Européia	€ 120.000.00
Execução	€ 5.600.000.00

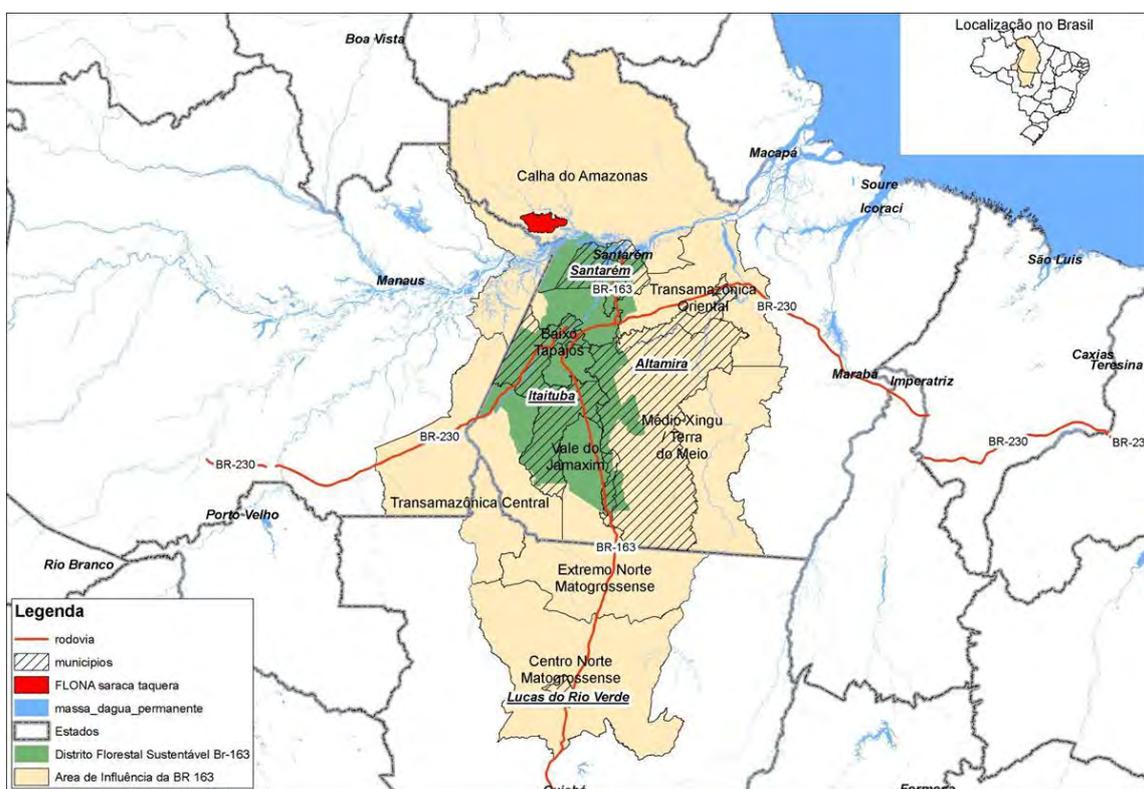


FIGURA 14 – Área de abrangência do Projeto BR-163.

3.1.1 Balanço das ações do Projeto BR-163

O ano de 2009 começou com a contratação do coordenador do projeto e de sua equipe, que constituem a Unidade de Gestão do Projeto (UGP), condição essencial para que o projeto entrasse em funcionamento e suas realizações fossem concretizadas. Foi executado

37% do orçamento previsto no Plano Operativo Anual de 2009, aproximadamente oitocentos e oitenta mil euros.

No âmbito do Componente 1 – Manejo das florestas públicas no Distrito Florestal, foram contratados estudos estratégicos para habilitação das florestas públicas ao processo de concessões florestais, bem como apoiadas ações de fortalecimento e articulação do ICMBio e do Serviço Florestal Brasileiro para a operacionalização das concessões florestais.

O Projeto BR-163 viabilizou financeira e operacionalmente cursos de treinamento e capacitação em técnicas de manejo florestal sustentável para importantes atores da região e trabalhos de sensibilização de comunidades quanto à importância do manejo florestal comunitário.

O Componente 2 – Apoio às iniciativas de produção sustentável – precisou ser reformulado para fazer frente às novas condições objetivas encontradas na região. Para isso, foi contratada uma consultoria para apoiar diretamente o redirecionamento do plano estratégico e execução de suas ações.

Houve, nesse contexto, o apoio ao Departamento de Zoneamento Territorial do MMA para o mapeamento e a identificação dos principais atores da região que irão contribuir com a execução das ações deste componente.

Foi também possível a realização de ampla articulação e planejamento para a execução de uma primeira oficina regional, na qual estarão envolvidos os principais atores da região na temática do Componente 2.

O Componente 3 – Fortalecimento dos movimentos da sociedade civil – é executado pelo Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), com o qual a FAO assinou uma Carta de Acordo.

Foi realizada a primeira oficina de planejamento em Brasília, com a participação de representantes das regionais dos cinco polos previstos na implantação das ações (Cuiabá, Lucas do Rio Verde, Santarém, Itaituba e Altamira).

Essa oficina visou nivelar informações e dar orientação geral sobre a execução da Carta de Acordo e teve como base as ações planejadas para esse componente. Foram também realizadas oficinas de capacitação com os cinco pólos, com ampla participação dos atores locais envolvidos.

O Projeto BR-163 tem se firmado como um importante instrumento para a consecução das políticas públicas brasileiras naquela região e é reconhecido pelos governos federal, estadual e municipal e pela sociedade civil como protagonista.

Para 2010, ano de maior concentração do orçamento, a perspectiva é de ampla execução. As condições necessárias a sua execução plena foram alcançadas em 2009, o que permite a consecução das metas previstas para os três componentes no plano operativo anual de 2010 e no acordo de contribuição. Há ainda perspectiva de avanço na sinergia entre os três componentes.

Capítulo 4: Participação e Controle da Sociedade na Gestão das Florestas Públicas

A participação e o controle social desempenham papel preponderante na legitimação das políticas públicas e atividades do Estado. O Serviço Florestal Brasileiro, buscando fortalecer a atuação da sociedade, perpetuou sua participação no processo de gestão de Florestas Públicas, conforme disposições contidas na Lei 11.284, de 2 de março de 2006 (Lei de Gestão de Florestas Públicas). Tais disposições criam, entre outras atividades e competências, efetivos mecanismos de participação social, destacando-se, nesse contexto, as consultas públicas, as audiências públicas e a Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP).

As audiências e consultas públicas são instrumentos que proporcionam a participação da sociedade no debate de temas locais, de modo a enquadrar as ações do Estado aos interesses das comunidades que serão, direta ou indiretamente, beneficiadas tanto em aspectos econômicos como de desenvolvimento social, em função da gestão florestal na região, além de ser um meio de se informar e esclarecer dúvidas sobre o processo de gestão de florestas públicas.

A CGFLOP é o fórum permanente de discussões, consagrado no art. 51 da Lei 11.284/2006, cuja finalidade é assessorar, avaliar e propor diretrizes para a gestão de florestas públicas da União, manifestar-se sobre o Plano Anual de Outorga Florestal da União (PAOF) e exercer as atribuições de órgão consultivo do Serviço Florestal Brasileiro. Sua composição possibilita a ação conjunta do Poder Público com representantes da sociedade na busca pelo bem comum.

Este capítulo apresenta informações específicas acerca de cada um dos mecanismos de participação e controle social utilizados pelo Serviço Florestal Brasileiro, relatando as atividades e ações realizadas no de 2009.

4.1 A Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP)

Em 2009, foram realizadas três reuniões da CGFLOP. Nessas reuniões, foram discutidos diversos assuntos, entre eles o Relatório Anual de Gestão de Florestas Públicas 2008; a proposta de decreto para instituição da Política Nacional de Manejo Florestal Comunitário e Familiar; o edital de licitação de Concessão Florestal 2009 na Floresta Nacional de Saracá-Taquera/PA; a regulamentação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF); a implementação do Fundo Amazônia; o Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF 2010); o lançamento do Cadastro Nacional de Florestas Públicas; o Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar; a participação do Serviço Florestal Brasileiro no Congresso Florestal Mundial e novas linhas e temas de pesquisa do Laboratório de Produtos Florestais para o período 2010-2013.

Diante o exposto, observa-se a importância da atuação da CGFLOP, como órgão consultivo do Serviço florestal Brasileiro, e conseqüentemente de diversos setores da sociedade civil, nas discussões das diretrizes que o Serviço Florestal Brasileiro adota em sua atuação como órgão gestor das concessões florestais.

4.2 Audiências e Consultas Públicas

O Serviço Florestal Brasileiro, durante os processos de concessão florestal, tem agido em perfeita obediência e consonância com as normas nacionais que visam garantir a participação, transparência e ampla discussão de políticas públicas perante comunidades beneficiárias ou localizadas em área de influência de tais políticas. Os processos de consulta pública e promoção da participação e controle social são mais do que uma rotina, inserindo-se com um valor fundamental da atuação do Serviço Florestal Brasileiro.

Em 2009, foram realizadas três audiências públicas, nos municípios de Faro, Oriximiná e Terra Santa, e três reuniões técnicas, em Santarém/PA, em Belém/PA e em Brasília/DF, relacionadas ao processo de concessão florestal na Floresta Nacional de Saracá-Taquera. Foi também realizada consulta pública por meio da Rede Mundial de Computadores – internet, pelo sítio eletrônico do Serviço Florestal Brasileiro (<http://www.florestal.gov.br>). As reuniões priorizaram a discussão do lado técnico do manejo florestal a ser realizado naquela unidade de conservação. Já as audiências públicas buscaram a opinião da população local, esclareceram dúvidas e informaram a população acerca do processo de concessão florestal na região. Esses eventos tiveram, em média, participação de sessenta pessoas. Muitas das sugestões propostas foram incorporadas ao edital de concessão, inclusive com redução substancial da área destinada ao manejo florestal

Para a formulação do Plano Anual de Outorga Florestal 2010, foram realizadas seis reuniões técnicas, entre os dias 1º e 16 de julho de 2009, nas cidades de Itaituba/PA, Porto Velho/RO, Curitiba/PR, Rio Branco/AC, Macapá/AP e Belém/PA, além de consulta pública, que proporcionou a participação popular por meio da Rede Mundial de Computadores – internet, pelo sítio eletrônico do Serviço Florestal Brasileiro (<http://www.florestal.gov.br>). Nessas reuniões técnicas, foram prestadas várias informações ao público a respeito do tamanho das unidades de manejo florestal a serem exploradas, dos mecanismos de concessão florestal, esclarecimentos acerca da Lei de Gestão de Florestas Públicas e do processo de gestão florestal. No total, participaram aproximadamente duzentas pessoas.

No tocante às ações para elaboração do Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar 2010, foi realizada, nos dias 28 e 29 de outubro de 2009, uma reunião técnica entre o comitê gestor e o grupo de trabalho do Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar, que envolveu representantes do governo federal, entidades representativas dos governos estaduais e representantes da sociedade civil. Nessa reunião, foram definidas as áreas prioritárias, traçaram-se as principais linhas de ação para o manejo florestal comunitário e discutiram-se as estratégias de monitoramento.

4.3 Apoio aos Conselhos Consultivos de Florestas Nacionais

O Serviço Florestal Brasileiro tem priorizado a sua participação em reuniões de Conselhos Consultivos de Florestas Nacionais, sobretudo daquelas inseridas no PAOF. Esse acompanhamento tem sido feito por intermédio das suas quatro Unidades Regionais (DFS BR-163, com sede em Santarém/PA; Purus-Madeira, com sede em Porto Velho/RO; Sul, com sede em Colombo/PR; e Nordeste, com sede em Natal/RN). O apoio tem se caracterizado, principalmente, pelo fornecimento de informações e esclarecimentos sobre a gestão de florestas públicas por meio de palestras e reuniões técnicas.

No ano de 2009, o Serviço Florestal Brasileiro participou de reuniões técnicas nos Conselhos Consultivos de Macauã/São Francisco, Amana, Crepori, Trairão, Jacundá, Altamira, Anauá, Amapá, Itaituba I e II, Caxiuana, Saracá-Taquera, Jamari, Tapirapé-Aquiri e Carajás.

4.4 Ouvidoria

A Lei de Gestão de Florestas Públicas estabelece a criação de uma Ouvidoria como parte da estrutura organizacional do Serviço Florestal (artigo 62). As competências da Ouvidoria incluem: a apuração de denúncias e reclamações afetas ao Serviço Florestal; o zelo pelo serviço prestado pela instituição; a apreciação sobre atuação da instituição; e a interação e comunicação com a sociedade sobre esses assuntos. No final de 2009, finalmente foi indicada a pessoa responsável pela Ouvidoria do Serviço Florestal Brasileiro. A investidura no cargo ocorreu a partir de janeiro de 2010.

4.5 Disponibilização da Informação

Todas as informações relevantes sobre as ações voltadas à gestão de florestas públicas exercidas pelo Serviço Florestal têm sido disponibilizadas em sua página eletrônica na Rede Mundial de Computadores – internet (<http://www.florestal.gov.br>).

O Serviço Florestal Brasileiro, em parceria com a EMBRAPA, criou uma série de programas de rádio (SPOTS) para divulgar temas florestais para os moradores da região amazônica. As informações são veiculadas no programa semanal “Prosa Rural”, distribuído para mais de cem rádios da Amazônia. São quinze minutos de duração, incluindo o espaço do Serviço Florestal, chamado de Minuto Florestal.

O programa abre espaço para responder dúvidas e privilegia a disseminação de informações de serviço para a população, em temas como manejo florestal comunitário, benefícios sociais e ambientais das concessões e potencial medicinal das árvores da região. A apresentação é feita pela jornalista Mara Régia, uma das vozes mais conhecidas no Norte do país. Essa parceria iniciou-se em 2007 e tem tido bastante receptividade na região.

O Serviço Florestal promoveu também, em 2009, dois cursos sobre "Manejo Florestal" voltados para jornalistas. Os cursos aconteceram na instalação do Instituto Floresta Tropical (IFT), situada em Paragominas, Belém. Participaram do primeiro curso os jornalistas brasileiros e no segundo, apenas os jornalistas estrangeiros. No total, 24 jornalistas aprenderam sobre as práticas do manejo florestal de impacto reduzido e a sua importância econômica e ambiental. Os cursos foram ministrados nos meses de agosto e setembro e tiveram a duração de quatro dias.

Capítulo 5: Capacitação e Difusão do Manejo Florestal

Entre as ações desenvolvidas pelo Serviço Florestal Brasileiro no cumprimento de suas competências definidas no art. 55 da Lei 11.284, de 2 de março de 2006, está o apoio à criação e gestão de capacitações e treinamentos que promovam o uso sustentável dos recursos florestais.

Na estrutura do Serviço Florestal Brasileiro, essas ações estão sob a coordenação do CENAFLO, centro especializado criado em 2003 ainda na estrutura do IBAMA, e incorporado ao Serviço Florestal Brasileiro em abril de 2007.

As ações de capacitação e treinamento coordenadas pelo CENAFLO têm, como público-alvo, uma diversa gama de atores do setor florestal, incluindo: lideranças locais (comunitárias, empresariais e políticas); gestores e funcionários públicos que atuam com o tema de manejo florestal, no âmbito federal, estadual e municipal (tais como funcionários do INCRA, EMATER, IBAMA e polícia ambiental militar); produtores rurais e comunidades tradicionais; profissionais, professores e estudantes do ensino profissionalizante na área florestal (engenheiros e técnicos florestais); comunicadores das áreas de imprensa nacional e internacional.

5.1 Treinamento e Capacitação de Recursos Humanos para Gestão do Manejo Florestal

As capacitações de recursos humanos para a gestão do manejo florestal apoiadas pelo Serviço Florestal Brasileiro envolveram a realização de 21 eventos, totalizando 71 capacitandos.

Os temas abordados foram: (a) gerenciamento e execução de Planos de Manejo Florestal; (b) instrumentos e ferramentas de controle da atividade madeireira, como a identificação macroscópica de madeira e o sistema DOF; (c) identificação botânica de espécies arbóreas florestais; (d) gestão de empreendimentos florestais comunitários; (e) análise e vistoria de Planos de Manejo; (f) ferramentas para análise e processamento de inventários florestais; (g) construção de estradas florestais; e (h) técnicas de exploração de impacto reduzido.

Algumas dessas capacitações foram realizadas em atividades conjuntas e articulações com o IBAMA e o Instituto Floresta Tropical (IFT).

O público prioritário para as capacitações em gerenciamento e execução de Planos de Manejo e técnicas de exploração de impacto reduzido foi: técnicos extensionistas, engenheiros florestais que prestam serviços especializados a empreendedores florestais comunitários e do

setor empresarial e servidores públicos que atuam em órgãos de meio ambiente e de desenvolvimento agrário com o tema “florestal”.

Dois cursos específicos (execução de Planos de Manejo e exploração de impacto reduzido, e construções de estradas florestais), tiveram como público-alvo, estudantes do ensino médio profissionalizante e professores universitários, de forma a permitir que tanto os profissionais que estão chegando ao mercado de trabalho quanto os que estão em processo de formação profissional tenham acesso a informações e tecnologia atualmente utilizadas em campo, bem como vivência de campo com essas práticas.

5.2 Articulação com programas, ações e instituições

As atividades de capacitação, treinamento e sensibilização coordenadas pelo CENAFLORE em 2009 tiveram como fonte de recursos: (a) o Orçamento Geral da União; e (b) o Projeto BR-163, no âmbito de uma cooperação técnica internacional com aporte financeiro da Comunidade Européia.

Pelo Projeto BR-163, além das capacitações realizadas, iniciou-se um processo de fortalecimento das instituições de ensino profissionalizante de nível médio e superior, na área de abrangência do projeto, por meio da aquisição de equipamentos para realização de aulas teórico-práticas, estruturação de laboratório de geoprocessamento e de manejo florestal, bem como custeio de aulas de campo.

Esse apoio atenderá aos cursos de Engenharia Florestal e Técnico Florestal, da Universidade Federal do Pará (UFPA) – *Campus* Altamira, a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e a Escola de Educação Tecnológica do Pará (EETEP) – *Campus* Itaituba.

5.3 Sensibilização e difusão do manejo florestal como alternativa para o desenvolvimento econômico local e regional

Uma das principais estratégias para a promoção do manejo florestal como atividade econômica que alie o desenvolvimento econômico local e regional à conservação dos recursos florestais é a disseminação e difusão de informações sobre esse tema. Para isso, no ano de 2009, o Serviço Florestal Brasileiro realizou:

- 21 palestras sobre manejo florestal e gestão de florestas públicas, que atingiram 943 pessoas.
- três oficinas de sensibilização para o manejo florestal, que atingiram dezoito comunicadores, da imprensa nacional e internacional, e vinte agricultores familiares.

Quadro geral das atividades de capacitações apoiadas e coordenadas pelo Serviço Florestal Brasileiro, por meio do CENAFLORE, é apresentado no Anexo 2.

Capítulo 6: Promoção e Difusão da Pesquisa Florestal

A pesquisa em produtos florestais no Serviço Florestal Brasileiro está a cargo do Laboratório de Produtos Florestais (LPF). Criado em 1973 vinculado ao extinto IBDF e, originalmente, com o objetivo de caracterizar madeiras menos conhecidas da Amazônia, o LPF atua na busca de soluções tecnológicas que visam aprimorar o uso sustentável dos recursos florestais. Em 1989, o LPF foi incorporado ao IBAMA como centro especializado encarregado de realizar pesquisas em produtos florestais. Recentemente, com o advento da Lei 11.516/2007, passou a ser um centro especializado do Serviço Florestal Brasileiro do MMA. Tem como objetivo básico a execução de projetos de P&D e a transferência de tecnologia em produtos florestais.

A infraestrutura do LPF é composta por sete áreas de pesquisas distintas e equipadas para a execução de pesquisa em produtos florestais: Anatomia e Morfologia, Biodegradação e Preservação, Energia da Biomassa, Engenharia e Física, Produtos, Secagem e Química, Adesivos e Borracha Natural. Essas áreas de pesquisa ocupam uma área física aproximada de 4.500 m² distribuídos em vários prédios. Em 2009, a ação Pesquisa e Desenvolvimento Florestal contou com 48 colaboradores (43 servidores permanentes, quatro funcionários terceirizados e um pesquisador da cooperação técnica com o CIRAD (Centro Internacional de Pesquisa Agrônômica e Desenvolvimento do Governo Francês), para a consecução de suas atividades.

Com a estruturação da gestão florestal no governo federal a partir de 2006 e a incorporação do LPF pelo Serviço Florestal Brasileiro em 2007, foram estabelecidas, em 2009, as seguintes linhas e respectivos temas de pesquisa em produtos florestais a serem adotados pelo LPF no balizamento de seus projetos, no quadriênio 2010-2013.

Linha 1. CARACTERIZAÇÃO TECNOLÓGICA DE PRODUTOS FLORESTAIS

Temas relacionados:

- anatomia e identificação por métodos tradicionais e por métodos inovadores, tais como: métodos instrumentais, DNA, análise de imagens, infravermelho, isotópico;
- determinação das propriedades tecnológicas; e
- métodos não destrutivos de avaliação das propriedades tecnológicas.

Linha 2. ENERGIA & MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Temas relacionados:

- qualidade dos processos de conversão de biomassa em energia, visando à redução de emissões;
- otimização do uso da biomassa na matriz energética;
- caracterização, identificação e localização georreferenciada da biomassa florestal;
- estudos de espécies com potencial econômico para recuperação de áreas degradadas;
- obtenção de bioenergéticos da madeira, além do carvão (lenha); e

- análise de ciclo de vida.

Linha 3. UTILIZAÇÃO DE PRODUTOS FLORESTAIS

Temas relacionados:

- melhoria do processamento industrial;
- padronização e melhoria da qualidade do produto;
- modificação das propriedades da madeira por tratamentos físicos, mecânicos, químicos e processos inovadores, tal como nanotecnologia;
- proteção contra agentes de destruição;
- classificação de espécies por uso final;
- desenvolvimento de sistemas construtivos;
- uso sustentável na construção e mobiliário, com ênfase em processos inovadores;
- tecnologia de chapas e produtos engenheirados;
- instrumentos, artefatos e produtos artesanais;
- extrativos, exsudatos (óleos, resinas, gomas, látex) e outros componentes;
- utilização de toras de diâmetros reduzidos;
- valorização do bambu e outros produtos florestais não madeireiros; e
- fortalecimento da base tecnológica de arranjos produtivos.

Linha 4. APROVEITAMENTO DE RESÍDUOS

Temas relacionados:

- obtenção de princípios ativos;
- desenvolvimento de novos produtos, visando à agregação de valor; e
- valorização para uso energético.

6.1 Pesquisas relacionadas ao processamento local e agregação de valor aos produtos e serviços da floresta

Foi desenvolvida uma “Chave Interativa de Identificação de Madeiras”, cuja base de dados possui sessenta características referentes a 160 espécies estudadas pelo LPF. Desse grupo, fazem parte 56 espécies que se encontram entre as 100 espécies mais comercializadas no ano de 2008, dez espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção e três espécies incluídas nos Anexos I e II da Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e da Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (CITES). Essa base de dados será muito útil para o público que atua na área florestal, como tomadores de decisão, agentes de fiscalização, elaboradores de planos de manejo florestal, pesquisadores, professores e alunos universitários e empresários.

Foi avaliada a durabilidade natural de 107 espécies de madeiras da Amazônia em campo de apodrecimento com vinte anos de idade. Foi constatado que cerca de 21,5% das espécies apresentaram elevada resistência à degradação. Com relação às espécies tratadas

com creosoto e com CCA, 89,7% e 78,5%, respectivamente, permanecem isentas de degradação.

6.2 Pesquisas relacionadas à diversificação industrial e desenvolvimento tecnológico

O LPF realizou análise comparativa entre deformações teóricas e reais, obtidas em ensaios de modelos reduzidos, realizados em vigas ou mesas de reação, de modo a avaliar o comportamento estrutural de grandes estruturas de madeiras. Além disso, foi desenvolvida metodologia para quantificar a lignina em madeiras, utilizando técnica de espectroscopia no infravermelho (FTIR) pela análise por reflectância difusa DRIFT (*Diffuse Reflectance Infrared Fourier Transform*).

Foi desenvolvido e construído um equipamento para estudo da compactação de resíduos em laboratório, que permite o monitoramento e o controle da pressão e da temperatura aplicadas durante a confecção de briquetes e peletes para uso energético.

No campo das pesquisas com espécies florestais, foi avaliado o potencial de os resíduos gerados durante o processamento da madeira de *Caryocar* spp. (pequiá), *Manilkara* spp. (maçaranduba) e *Tabebuia* spp. (ipê) adsorverem o cromo e o chumbo presentes, respectivamente, nos efluentes das indústrias de curtume e de baterias.

Foi também verificada a presença de alumínio em tecidos de origem secundária do caule de cinco espécies arbóreas do Cerrado, acumuladoras de alumínio; comparados dois métodos qualitativos clássicos de determinação de alumínio em tecidos vegetais com os indicadores aluminon e cromoazurol-s; e desenvolvido método quantitativo de determinação de alumínio na madeira via espectrocolorimetria, usando esses dois indicadores.

Capítulo 7: Balanço das ações em 2009 e prioridades para 2010

7.1 Balanço das ações prioritárias em 2009

O balanço do ano de 2009 foi bastante favorável com relação às metas estabelecidas, conforme apresentado no quadro 3. As metas foram cumpridas na quase totalidade e algumas delas foram até mesmo superadas. Todos os aspectos relacionados à identificação, delimitação e demarcação de florestas públicas foram plenamente atingidos. Os procedimentos de monitoramento das concessões foram firmados e estão aptos ao acompanhamento da exploração florestal nas áreas de florestas já concedidas. O apoio ao manejo florestal comunitário em Projetos de Assentamentos avançou nos estados do Pará, Acre e Amapá, assim como na gestão das florestas públicas, com o lançamento dos Planos de Outorga Florestal para 2010.

Houve o lançamento do edital de concessão da Floresta Nacional de Saracá-Taquera, porém foram encontradas dificuldades relacionadas ao lançamento de um segundo edital de concessão, conforme previsto na meta, em razão da necessidade de uma gama muito grande de estudos, o que não permitiu a sua efetivação no ano de 2009. O edital de concessão florestal da Floresta Nacional de Amaná foi elaborado, porém o seu lançamento está previsto para em abril de 2010. O Serviço Florestal Brasileiro em 2009 focou sua ação na ampliação da base florestal apta para concessões, na elaboração de editais de concessão florestal e na melhoria do processo de gestão de contratos com os seguintes resultados principais. A base de florestas públicas aptas para concessão foi bastante ampliada, atingindo uma área em torno de 1.410.000 hectares. Isso facilitará a gestão de florestas públicas em 2010.

Um aspecto que não foi plenamente cumprido foi a regulamentação e implementação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, por razões que independem da atuação do Serviço Florestal Brasileiro. A proposta de Decreto regulamentador do FNDF foi encaminhada à Casa Civil em fevereiro de 2009 e, durante o restante do ano, ficou sujeita aos trâmites burocráticos implícitos ao processo de ajustes necessários ao seu aperfeiçoamento. Sua edição está prevista para o primeiro semestre de 2010.

QUADRO 3 – Balanço dos resultados alcançados pelo Serviço Florestal Brasileiro para as prioridades estabelecidas para o ano de 2009.

Metas Prioritárias para 2009	Resultados alcançados
220 milhões de hectares de florestas públicas federais cadastradas.	<ul style="list-style-type: none"> • 239,87 milhões de hectares cadastrados.
Primeiras florestas públicas do CNFP delimitadas.	<ul style="list-style-type: none"> • Mais de 400 mil hectares de florestas públicas delimitadas.
Todas UMF com contrato de concessão florestal demarcadas.	<ul style="list-style-type: none"> • Todas as UMF com contrato de concessão estão demarcadas e sinalizadas no campo.
700 mil hectares de florestas em processo de concessão.	<ul style="list-style-type: none"> • Foi atingida a meta de 140.540 hectares de florestas em processo de concessão. • Houve a ampliação da base de florestas públicas aptas para a concessão florestal em 2010 para 1.410.000 hectares.
Dois Editais de Licitação para Concessão Florestal publicados.	<ul style="list-style-type: none"> • Lançamento do edital de concessão florestal da FLONA Saracá-Taquera, ampliando em aproximadamente 150% a área de florestas públicas em processo de concessão florestal no Brasil. • Elaboração do edital de concessão florestal da FLONA Amana.
Pelo menos vinte Projetos de Assentamentos apoiados para a implementação de manejo florestal comunitário.	<ul style="list-style-type: none"> • 29 Projetos de assentamentos apoiados para implementação do manejo florestal comunitário.
Pelo menos três PAOFs estaduais na Amazônia publicados.	<ul style="list-style-type: none"> • Foram publicados os PAOFs dos estudos do Pará, Acre e Amapá.
Sistemas de auditorias independentes, cadeia de custódia e rastreamento de frota implementados.	<ul style="list-style-type: none"> • Regulamentação de Acreditação de Concessões Florestais (RAC) elaborada e publicada; Acordo de Cooperação com o INMETRO para acreditação dos organismos de auditoria assinado e publicado. • Programa de Monitoramento e Rastreamento de Veículos de Transporte de Produtos Florestais (PROMON) com documentação de Diretrizes Institucionais e Tecnológicas e Minuta de Regulamentação finalizadas.
Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal regulamentado e implementado.	<ul style="list-style-type: none"> • O decreto regulamentador do FNDF encontra-se em apreciação pela Casa Civil da Presidência da República, com previsão de sua edição em 2010.

7.2 Análise do cumprimento dos princípios da gestão de florestas públicas

Para que tenhamos sempre em vista e possamos acompanhar os avanços obtidos a cada ano com relação ao cumprimento dos princípios da Lei de Gestão de Florestas Públicas, foi construído o quadro 4, em que se colocou em uma coluna os princípios da lei e na outra os principais resultados alcançados em 2009 que se relacionam a cada um desses princípios.

QUADRO 4 – Ações e resultados alcançados pelo Serviço Florestal Brasileiro em 2009, sua correspondência com os princípios da Lei de Gestão de Florestas Públicas.

Princípios da gestão de florestas públicas (Lei 11.284, de 2 de março de 2006)	Ações e resultados alcançados em 2009
<p>I - a proteção dos ecossistemas, do solo, da água, da biodiversidade e valores culturais associados, bem como do patrimônio público;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento dos mecanismos de colaboração interinstitucional com o IBAMA, ICMBio, AGU e MPF para monitoramento, prevenção e combate de ilícitos ambientais em áreas de florestas públicas; • aprimoramento, em parceria com o INPE, do Sistema de Detecção da Extração Seletiva de Madeiras (DETEX), para avaliação de atividades antrópicas em áreas de interesse para concessões florestais; • convênio com Cooperação Alemã para assistência técnica à UR DFS BR-163; • monitoramento dos Contratos de Transição para manejo florestal existentes na Região da BR-163; • participação em seis Mutirões do Arco Verde Terra Legal em: Marabá, Paragominas, Pacajá, Castelo de Sonhos, Novo Progresso e Belém; • participação em colegiados do CODETER; • aprovação dos PMFS da FLONA Jamari, garantindo a qualidade técnica do documento; • elaboração de Regulamentação para as Auditorias Florestais Independentes em áreas de concessão florestal a serem realizadas por organismos acreditados pelo INMETRO; • elaboração dos mecanismos de monitoramento de concessões florestais, incluindo o desenvolvimento de sistemas informatizados de cadeia de custódia e rastreamento de veículos de transporte de produtos florestais.
<p>II - o estabelecimento de atividades que promovam o uso eficiente e racional das florestas e que contribuam para o cumprimento das metas do desenvolvimento sustentável local, regional e de todo o País;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Avanço na habilitação de florestas públicas para a concessão florestal na BR-163 e na BR-319; • lançamento do edital de Saracá-Taquera, com 140.540 hectares; • elaboração do edital de concessão da FLONA de Amana; • aprovação dos planos de manejo florestal sustentável das Unidades de Manejo concedidas na FLONA do Jamari; • apoio à Diretoria da COOMFLONA no planejamento e acompanhamento das atividades de administração; • conclusão dos Planos de Manejo de quatro FLONAs.
<p>III - o respeito ao direito da população, em especial das comunidades locais, de acesso às florestas públicas e aos benefícios decorrentes de seu uso e conservação;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação (levantamento censitário) das comunidades nos garimpos da FLONA Amana e relatório dessa ação; • acompanhamento dos trabalhos do Censo da FLONA Jamaxim, para o levantamento das propriedades e garimpos no interior da FLONA nos municípios de Novo Progresso e Distrito de Castelo de Sonhos (município de Altamira); • levantamento de demanda das Associações e Cooperativas das Comunidades de Remanescentes Quilombolas na área da FLONA Saracá-Taquera; • levantamento Censitário das FLONAs Amana, Crepori e

	<p>Jamanxim;</p> <ul style="list-style-type: none"> • levantamento socioeconômico das FLONAs Itaituba I e II; • garantia da definição da área de uso das comunidades quilombolas de Saracá-Taquera.
<p>IV - a promoção do processamento local e o incentivo ao incremento da agregação de valor aos produtos e serviços da floresta, bem como à diversificação industrial, ao desenvolvimento tecnológico, à utilização e à capacitação de empreendedores locais e da mão-de-obra regional;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção da transferência de tecnologia a partir de resultados de pesquisa e treinamentos especializados do Laboratório de Produtos Florestais do Serviço Florestal Brasileiro; • avaliação, em conjunto com o LPF, do potencial de processamento e agregação de valor dos concessionários da FLONA do Jamari, objetivando promover a adoção de alternativas e melhorias; • participação na organização dos Grupos de Trabalhos de óleos vegetais e de castanha na área da UR DFS BR-163. • fortalecimento das ações da Cooperativa Mista da FLONA Tapajós (COOMFLONA), por meio de assessoria organizacional prestada pelo Serviço Florestal Brasileiro; • ampliação do peso dos indicadores relacionados à geração de empregos e agregação de valor local nos editais de Saracá-Taquera e Amana.
<p>V - o acesso livre de qualquer indivíduo às informações referentes à gestão de florestas públicas, nos termos da Lei 10.650, de 16 de abril de 2003;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação do PAOF, PAMFCF e do edital da FLONA Saracá-Taquera; • audiências e Consultas Públicas sobre PAOF e edital de Saracá-Taquera; • representação em 34 reuniões ordinárias e extraordinárias das FLONAs Amana, Crepori, Trairão, Altamira, Saracá-Taquera, Tapajós, Caxiuanã, Itaituba I e Itaituba II; • sensibilização em manejo florestal e Diagnósticos Organizacionais Participativos para assentados beneficiários da reforma agrária.
<p>VI - a promoção e difusão da pesquisa florestal, faunística e edáfica, relacionada à conservação, à recuperação e ao uso sustentável das florestas;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de pesquisas em produtos florestais madeireiros e não madeireiros; • realização de sete estudos temáticos em FLONAs, para subsidiar a elaboração de Planos de Manejo, e um diagnóstico em assentamento.
<p>VII - o fomento ao conhecimento e a promoção da conscientização da população sobre a importância da conservação, da recuperação e do manejo sustentável dos recursos florestais;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção de intercâmbios em atividades de manejo florestal comunitário; • levantamento de dados/visitas em campo e compilação destes, referente ao Grupo de Trabalho dos Óleos Vegetais e ao Grupo de Trabalho do Látex; • elaboração do Termo de Convênio com Prefeitura de Novo Progresso para a construção de Centro de Formação de Mudanças e Educação Ambiental. • realização de 21 cursos sobre manejo florestal comunitário, capacitando 71 pessoas; • apoio ao fortalecimento do ensino na área de manejo florestal na UFRA¹/Santarém, UFPA/ Altamira e EETEP/ Itaituba, com capacitações e cessão de material didático; • elaboração, em parceria com a OIT, de cartilha para divulgação da legislação trabalhista pertinente ao setor florestal; • divulgação do manejo florestal de baixo impacto para

	os Conselhos Consultivos das FLONAs; <ul style="list-style-type: none"> capacitação em manejo florestal para tomadores de decisão e técnicos de várias organizações sociais e órgãos públicos.
VIII - a garantia de condições estáveis e seguras que estimulem investimentos de longo prazo no manejo, na conservação e na recuperação das florestas.	<ul style="list-style-type: none"> Apoio a operações de fiscalização do IBAMA para assegurar um ambiente de legalidade nas áreas de interesse do Serviço Florestal Brasileiro para concessões florestais; pesquisa de preço da madeira em pé na região das FLONAs Amana e Crepori; diagnóstico do setor madeireiro na área de influência da FLONA Amana.

Nota: ¹ Em Santarém/PA, UFRA e UFPA fundiram-se e deram origem à UFOPA (Universidade Federal do Oeste do Pará).

7.3 Prioridades para o ano de 2010

As prioridades estabelecidas para o ano de 2010 visam, em primeiro lugar, à consolidação do processo de concessão florestal no país, com a homologação de mais um lote de concessão com três UMFs, que totalizam 140.540 hectares, e o lançamento de mais três editais, atingindo um milhão de hectares em processo de concessão. Também se pretende consolidar os procedimentos de monitoramento e acompanhamento da execução contratual, com o início da exploração florestal na FLONA do Jamari e do contrato na FLONA de Saracá-Taquera. As demais metas mostram a continuidade dos processos, com maior participação dos estados, maior apoio ao manejo florestal comunitário, habilitação de novas Florestas Nacionais para o processo de concessão e transparência de informações.

O quadro 5 apresenta as metas selecionadas como prioritárias para o ano de 2010.

QUADRO 5 – Metas prioritárias estabelecidas para o ano de 2010.

Metas
Homologar a licitação da concessão florestal da FLONA de Saracá-Taquera.
Lançar três de editais de concessões.
Atingir um milhão de hectares em processo de concessão florestal.
Conduzir o monitoramento das três primeiras concessões florestais na Floresta Nacional do Jamari.
Gerir e acompanhar a execução contratual da concessão florestal das FLONAs do Jamari e de Saracá-Taquera.
Ampliar a habilitação para a concessão florestal das Florestas Nacionais.
Cadastrar mais 30 milhões de hectares de florestas públicas estaduais no CNFP.
Publicar o Plano Anual de Outorga Florestal para o ano de 2011.
Selecionar e contratar os primeiros investimentos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) em projetos.
Apoiar os processos de adoção do manejo florestal em trinta assentamentos na Amazônia e na Caatinga.
Disponibilizar para o público todas as informações relacionadas à execução dos contratos de concessão florestal.

Referências Bibliográficas

GRUPO DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAL DO DISTRITO FLORESTAL SUSTENTÁVEL DA BR 163. **Plano de Ações 2006-2007**: DFS BR-163. Brasília: Gráfica Oficial, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contagem da População 2007**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/contagem.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2010.

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO. **Plano Anual de Outorga Florestal 2010**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sfb/_arquivos/paof_2010_verso_final_95.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2009.

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO. **Contrato DED / SFB**. Brasília, 2009.

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO. **Cadastro Nacional de Florestas Públicas. Atualização 2009**. Brasília, 2009. 1mapa color.

Anexos

ANEXO 1 – Principais gargalos do Manejo Florestal Comunitário e Familiar (MFCF) discutidos, para os quais foram traçadas as ações nas áreas prioritárias para 2010.

TEMA	PRINCIPAIS GARGALOS
Fortalecimento Organizacional (comum/familiar)	1. Deficiências de gestão nas organizações comunitárias.
	2. Ausência de organização comunitária.
Fortalecimento Institucional (governo)	1. Deficiência/lentidão das OEMAs na análise de planos de manejo comunitários.
	2. Equipe técnica reduzida para realizar as análises e orientações para os planos de manejo.
Regularização Fundiária e Ordenamento Territorial	1. Dificuldade na obtenção de documento de terra hábil para o processo de aprovação do plano de manejo florestal.
	2. Ausência de regularização fundiária e impossibilidade de aprovação do plano de manejo florestal.
Regularização Ambiental	1. Dificuldade (lentidão e excesso de burocracia) na aprovação de planos de manejo florestais comunitários.
	2. Dificuldade das comunidades no acompanhamento dos processos no IBAMA ou OEMAs.
	3. Ausência de regularização ambiental de projetos de assentamento e impossibilidade de aprovação do plano de manejo florestal.
	4. Ausência de plano de manejo da unidade de conservação, inviabilizando a aprovação de planos de manejo florestais.
Crédito	1. Dificuldade na liberação de crédito em razão da ausência de coeficientes técnicos que demonstrem a viabilidade do manejo florestal comunitário.
	2. Falta de informação acerca dos créditos disponíveis.
	3. Poucas linhas de créditos específicas para manejo florestal comunitário.
	4. Cadeia produtiva dos Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNM) desestruturada.
Assistência Técnica e Extensão Florestal	1. Assistência técnica e extensão florestal incipientes e despreparadas para a demanda da atividade florestal comunitária.
	2. Desconhecimento, pelas comunidades, do potencial do manejo florestal sustentável.
Capacitação de Base Florestal	1. Despreparo das comunidades para a prática do manejo florestal sustentável.
	2. Desconhecimento do Estado das práticas tradicionais utilizadas por comunidades bem-sucedidas.
	3. Despreparo dos técnicos em práticas de manejo florestal.
Pesquisa e Educação	1. Falta de estudos de viabilidade econômica e de mercado para PFNM, ao longo da cadeia produtiva.

	2. Pouca difusão do entendimento do MFCF e sobre seus benefícios ambientais, dentro das comunidades.
Desenvolvimento e Inovação	1. Carência de novas tecnologias adequadas e acessíveis para os produtos provenientes do manejo florestal comunitário.
Infraestrutura	1. Ausência de infraestrutura para escoamento da produção.
	2. Ausência de infraestrutura para o processamento e armazenamento de produtos.
Produção, Beneficiamento e Comercialização	1. Cadeia produtiva da madeira de manejo florestal comunitário desarticulada, incipiente e insustentável.
	2. Cadeia produtiva dos produtos florestais não madeireiros desestruturada.
	3. Poucas diretrizes para manejo de produtos florestais não madeireiros.
	4. Necessidade de verificação de potencial de produção de produtos florestais madeireiros e não madeireiros, por área e região.
	5. Parcerias entre empresas e comunidades desbalanceadas e sem diretrizes, durante manejo florestal comunitário.
	6. Mercado pouco atrativo para Produtos Florestais Não Madeireiros.
	7. Falta de agregação de valor no início da cadeia produtiva.
Marcos Regulatórios	1. Ausência de procedimentos e critérios para aprovação de planos de manejo florestais comunitários em RESEX, RDS, FLONAs e assentamentos.
Sistema de Informações Florestais Comunitárias	1. Ausência de banco de dados confiável e completo de áreas destinadas a comunidades e de áreas manejadas no Brasil.
	2. Necessidade de disponibilização pública desses dados de forma sistematizada e centralizada.
	3. Necessidade de disponibilização desses dados e divulgação.

Fonte: Serviço Florestal Brasileiro. Outubro/Novembro de 2009.

ANEXO 2 – Consolidação das ações de capacitação e sensibilização, realizada pelo CENAFLORE em 2009.

Nome do Evento	período	Local	Categoria	Número de Participantes
Manejo Florestal para Tomadores de Decisão - Público: Lideranças Comunitárias, da região de Humaitá, Amazonas	19 a 24 de janeiro	Paragominas/PA	Capacitação	12
Módulo 09 – Manejo Florestal Sustentável e Gestão de Florestas Comunitárias – Amazônia sem Fogo	11 e 12 de fevereiro	São Félix do Araguaia/MT	Sensibilização	36
Cooperativismo – Princípios do Manejo Florestal Comunitário – Público: COOMFLONA	17 a 18 de fevereiro	Belterra/PA	Capacitação	15
Cooperativismo – Princípios do Manejo Florestal Comunitário - Público: COMAPA	14 e 15 de março	Igarapé do Anta/PA	Capacitação	21
Palestra sobre Manejo Florestal de Uso Múltiplo - Público: 3ª Semana Florestal do Acre – UFAC	23 de março	Rio Branco/AC	Sensibilização	155
Mini Curso sobre Secagem de Madeira – 3ª Semana Florestal do Acre – UFAC	23 a 25 de março	Rio Branco/AC	Capacitação	19
Palestras sobre Concessões Florestais e Lei 11.284/2006 (Gestão de Florestas Públicas)	9 de março	Trairão/PA	Sensibilização	19
Palestras sobre Concessões Florestais e Lei 11.284/2006 (Gestão de Florestas Públicas)	12 de março	Castelo dos Sonhos/PA	Sensibilização	31
Palestras sobre Concessões Florestais e Lei 11.284/2006 (Gestão de Florestas Públicas)	14 de março	Moraes de Almeida/PA	Sensibilização	7
Palestras sobre Concessões Florestais e Lei 11.284/2006 (Gestão de Florestas Públicas)	16 de março	Caracol/PA	Sensibilização	64
Curso Legislação e Procedimentos de Análise e Vistoria de Planos de Manejo Florestal Sustentável	30 de março a 4 de abril	Boa Vista/RR	Capacitação	10
Palestras sobre Concessões Florestais e Lei 11.284/2006 (Gestão de Florestas Públicas)	3 de abril	Itaituba/PA	Sensibilização	33
Ciclo de Palestras: Integração dos Novos Funcionários do Serviço Florestal Brasileiro	25 a 30 de maio	Brasília/DF	Sensibilização	74
Avaliação da Eficiência Financeira e Social das Cooperativas	25 a 27 maio	Santarém/PA	Capacitação	30
Sistema DOF	26 a 28 de maio	Recife/PE	Capacitação	18
Manejo Florestal para Tomadores de Decisão - Público: Lideranças Comunitárias da Região da BR-163, Pará	15 a 20 de junho	Paragominas/PA	Capacitação	9
Inventário de Plantios Florestais	16 a 19 de junho	Curitiba/PR	Capacitação	25

Nome do Evento	período	Local	Categoria	Número de Participantes
Mutirão Arco Verde – Lei de Gestão de Florestas Públicas e Manejo Florestal Sustentável	17 a 18 de junho	Marabá/PA	Sensibilização	50
Mutirão Arco Verde – Lei de Gestão de Florestas Públicas e Manejo Florestal Sustentável	18 a 20 de junho	Alta Floresta/MT	Sensibilização	(*)
Gerenciamento em Manejo Florestal e Exploração de Impacto Reduzido - Público: Técnicos e Gestores de Órgãos de Governo	22 de junho a 4 de julho	Paragominas/PA	Capacitação	11
Mutirão Arco Verde – Lei de Gestão de Florestas Públicas e Manejo Florestal Sustentável	25 a 27 de junho	Peixoto de Azevedo/MT	Sensibilização	(*)
Mutirão Arco Verde – Lei de Gestão de Florestas Públicas e Manejo Florestal Sustentável	25 a 27 junho	Tailândia/PA	Sensibilização	18
Mutirão Arco Verde – Lei de Gestão de Florestas Públicas e Manejo Florestal Sustentável	2 a 4 de julho	Paragominas/PA	Sensibilização	12
Mutirão Arco Verde – Lei de Gestão de Florestas Públicas e Manejo Florestal Sustentável	15 a 17 de julho	Marcelândia/MT	Sensibilização	(*)
Gerenciamento em Manejo Florestal e Exploração de Impacto Reduzido - Público: Setor Industrial da Região da BR-163	27 de julho a 8 de agosto	Paragominas/PA	Capacitação	10
Seminário sobre Normas para Elaboração e Análise de POA e Procedimentos de Vistoria Técnica em Planos de Manejo	13 e 14 de agosto	Porto Velho/RO	Sensibilização	24
Gerenciamento em Manejo Florestal e Exploração de Impacto Reduzido - Público: Setor Industrial da Região da Transamazônica e BR-163	17 a 29 de agosto	Paragominas/PA	Capacitação	9
Mutirão Arco Verde – Lei de Gestão de Florestas Públicas e Manejo Florestal Sustentável	19 a 21 de agosto	Pacajá/PA	Sensibilização	29
Curso de Identificação Botânica de Espécies Arbóreas da Região Amazônica	24 a 28 de agosto	Porto Velho/RO	Capacitação	14
Oficina sobre Manejo Florestal e Gestão de Florestas Públicas - Público: Comunicadores Internacionais	28 a 30 de agosto	Paragominas/PA	Sensibilização	9
TD Setor Industrial Transamazônica BR-163	7 a 12 de setembro	Paragominas/PA	Capacitação	9
TD Comunicadores Nacionais	18 a 20 de setembro	Paragominas/PA	Sensibilização	9
2ª Semana Acadêmica da Engenharia Florestal UnB	21 a 25 de setembro	Brasília/DF	Sensibilização	84

Nome do Evento	período	Local	Categoria	Número de Participantes
Manejo Florestal para Tomadores de Decisão - Público: Lideranças Comunitárias da Região da BR-163	28 de setembro a 3 de outubro	Paragominas/PA	Capacitação	11
Mutirão Arco Verde – Lei de Gestão de Florestas Públicas e Manejo Florestal Sustentável	2 de outubro	Castelo dos Sonhos/PA	Sensibilização	19
Mutirão Arco Verde – Lei de Gestão de Florestas Públicas e Manejo Florestal Sustentável	9 de outubro	Novo Progresso/PA	Sensibilização	25
Capacitação em Planejamento e Construção de Estradas e Infra-estrutura com Impacto Reduzido - Público: Professores Universitários	26 a 31 de outubro	Paragominas/PA	Capacitação	15
Cooperativismo – Formação de Conselheiros Fiscais - Público: COOMFLONA	26 a 30 de outubro	Santarém/PA	Capacitação	17
Mutirão Arco Verde – Lei de Gestão de Florestas Públicas e Manejo Florestal Sustentável	29 a 31 de outubro	Mucajá/RR	Sensibilização	18
Gerenciamento em Manejo Florestal e Exploração de Impacto Reduzido - Público: ICMBio	16 a 28 de novembro	Paragominas/PA	Capacitação	1
Palestras sobre Concessões Florestais e Lei 11.284/2006 (Gestão de Florestas Públicas)	20 de novembro	Caxiuanã/PA	Sensibilização	(*)
Curso de Identificação Macroscópica de Madeira	julho a novembro	A distância/Brasília	Capacitação	25
Cooperativismo – Gestão de Empreendimentos Comunitários no Manejo Florestal - Público: Comunidade Céu do Mapiá – FLONA Purús	26 a 28 de novembro	Pauini/AM	Capacitação	14
Manejo Florestal e Técnicas de Exploração de Impacto Reduzido - Público: Estudantes do Curso Pós Técnico em Manejo Florestal - EETEP/Itaituba	30 de novembro a 12 de dezembro	Paragominas/PA	Capacitação	21
II Oficina de Sensibilização e Organização Social para o Manejo Florestal – PAF Jequitibá	14 a 18 de dezembro	Porto Velho/RO	Sensibilização	20
Total Geral				1052

Nota: (*) informação não disponível.

Serviço Florestal Brasileiro
www.florestal.gov.br
SCEN, Trecho 2, Bl. H
70818-900 - Brasília - DF
Telefone: (61) 2028-7274 Fax: (61) 2028-7269